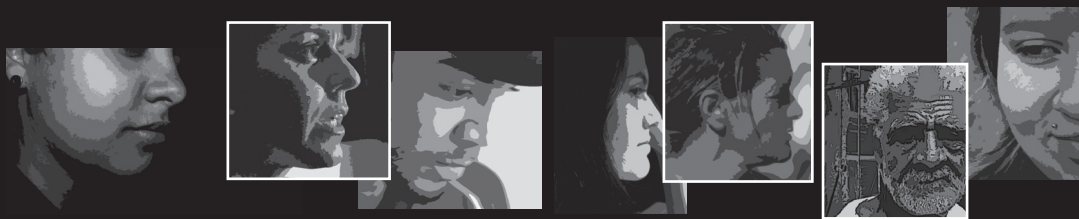


AS FACES DE UM PAÍS SEM DISPUTA



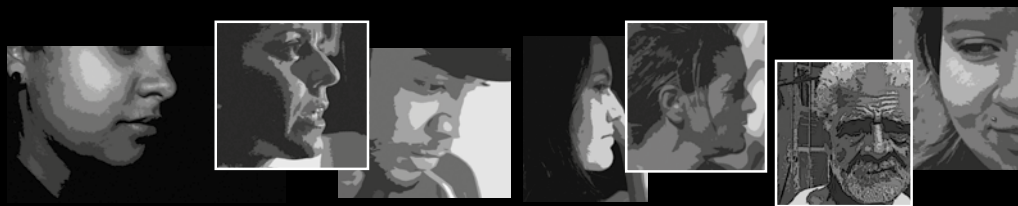
percepções e valores na cultura política brasileira

JORDANA DIAS PEREIRA | ROGÉRIO CHAVES | ORG.

ANDRÉ SINGER | ANTÔNIO CARLOS CARVALHO | ARTUR HENRIQUE | DAVID DA SILVA JÚNIOR
GABRIEL MEDEIROS | GIOVANA MARQUESANO | HELENA ABRAMO | ISABELA KALIL | JESSÉ SOUZA
JOSÉ DEL BEN NETO | JOYCE ANSELMO | JULIANA BORGES | JULIANA NASCIMENTO
KATHARINA SANTOS | LAÍS ABRAMO | LEONARDO AVRITZER | MATHEUS TANCREDO TOLEDO
PAULO RAMOS | PEDRO CAMARÃO | PRISCILA DELGADO DE CARVALHO | REBECA THEODORA
SOFIA TOLEDO | TEREZA CAMPELLO | WILLIAM NOZAKI



AS FACES DE UM PAÍS SEM DISPUTA



percepções e valores na cultura política brasileira



Tem sido recorrente na sociedade brasileira da atualidade a opinião de que vivemos tempos de profunda polarização política. Sabemos que essa é uma realidade do contexto pós-golpe parlamentar de 2016, que afastou a presidenta Dilma Rousseff do Executivo Federal e pavimentou o caminho para a ascensão da extrema-direita ao poder nas eleições de 2018.

Mas isso não é tudo. A sociedade brasileira é muito mais complexa e as suas impressões e opiniões sobre a política e os políticos é muito mais instigante do que possamos pensar.

O livro *As faces de um país em disputa - Percepções e valores na cultura política brasileira*, fruto de uma intensa pesquisa realizada pelo NOPPE da Fundação Perseu Abramo, aponta caminhos que nos ajudam a compreender essa complexidade.

A investigação parte de um olhar indagador sobre a opinião pública brasileira que vai além da polarização política tão alardeada. Revela-nos que existe uma parcela expressiva da população que não se encontra em nenhum dos polos políticos comumente debatidos: não está no campo do petismo/lulismo, nem no campo do bolsonarismo.

Um perfil importante a ser considerado não somente nas eleições de 2022, mas em qualquer pleito eleitoral. Se analisarmos com cuidado sempre encontraremos um contingente da população que apresenta atitudes fora das polarizações comuns, principalmente em processos eleitorais de disputa acirrada marcados por projetos de sociedade, de governo e de Estado radicalmente distintos e explicitamente antagônicos.

O perfil e as atitudes dessa parcela de brasileiras e brasileiros deveriam ser de interesse dos que atuam no campo da política institucional, bem como da pesquisa sobre cultura política. Quais são as suas opiniões sobre a política? Essas pessoas valorizam a democracia? Diante de quais temas sociais elas expressam opiniões mais progressistas ou conservadoras? Talvez um dos caminhos na busca pela reconstrução e transformação do Brasil possa ser o de atribuir maior atenção ao que pensam essas pessoas que, por motivos diversos, escapam da polarização, mas não são apolíticas, não se afastam do seu direito ao voto e tampouco descartam a sua participação no pleito eleitoral. Elas irão às urnas.

Nilma Lino Gomes

Professora titular emérita da UFMG. Coordenadora do NAPP de Igualdade Racial da Fundação Perseu Abramo.

AS FACES, DE UM PAÍS EM DISPUTA

PERCEPÇÕES E VALORES
NA CULTURA POLÍTICA
BRASILEIRA

JORDANA DIAS PEREIRA
ROGÉRIO CHAVES

ORGANIZADORES

2022

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vívian Farias

Elen Coutinho

Jéssica Italoema

Alberto Cantalice

Artur Henrique

Carlos Henrique Árabe

Geraldo Magela

Jorge Bittar

Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis, Conceição Evaristo, Dainis Karepovs,
Emir Sader, Hamilton Pereira, Laís Abramo, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira,
Maria Rita Kehl, Marisa Midori Deaecto Rita Sipahi, Silvio Almeida, Tássia Rabelo, Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Revisora: Claudia Andreotti

Projeto gráfico, diagramação e capa: Caco Bisol

Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

04117-091 São Paulo – SP

Fone: (11) 5571 4299

www.fpabramo.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F126 As faces de um país em disputa: percepções e valores na Cultura política
brasileira / Jordana Dias Pereira e Rogério Chaves (orgs.) – São Paulo
: Fundação Perseu Abramo ; Fundação Rosa Luxemburgo, 2022.

220p.

ISBN 978-65-5626-067-9

1. Pesquisas de opinião 2. Pesquisas qualitativas 3. Cultura política
I. Pereira, Jordana Dias II. Chaves, Rogério

(Bibliotecário responsável: Eduardo Fahl – CRB 8 / 6387)

SUMÁRIO

- 7** PREFÁCIO
Carlos Henrique Árabe
- 9** A PALAVRA DOS COEDITORES
Torge Löding e Jorge Pereira Filho
- 11** APRESENTAÇÃO
Jordana Dias Pereira
- 19** A leitura da opinião pública brasileira
e as análises do NOPPE nos últimos dois anos
Matheus Tancredo Toledo
- 33** O que é uma pesquisa empírica reflexiva?
Jessé Souza e Joyce Anselmo
- 43** Trabalho como identidade
Antônio Carlos Carvalho e Artur Henrique
- 57** O Estado entre a violência e o direito na percepção
da população brasileira não polarizada
William Nozaki
- 69** Desigualdades à flor da pele
Laís Abramo e Tereza Campello
- 81** Notas sobre violência e racismo: o desafio de superar
o punitivismo brasileiro
Juliana Borges e Sofia Toledo

- 107** Democracia relativa e corrupção como elementos do conservadorismo atual
André Singer
- 115** Percepções sobre corrupção entre eleitores não polarizados de baixa e média renda
Isabela Kalil
- 125** Antipolítica, autoritarismo e violência: interpretando os não polarizados
Leonardo Avritzer e Priscila Delgado de Carvalho
- 137** Cultura política e justiça racial: desafios urgentes e contemporâneos
Paulo Ramos
- 145** Valores e percepções dos jovens em meio à polarização
Helena Abramo e Gabriel Medeiros
- 165** Os valores políticos de jovens e mulheres e a menor adesão ao projeto bolsonarista
*Giovana Marquesano, José Del Ben Neto
Juliana Nascimento e Rebeca Theodora*
- 187** O consumo de informação, as notícias falsas e a grande mídia
David da Silva Júnior e Pedro Simon Camarão Telles Ribeiro
- 197** ANEXO
Síntese do relatório final da Pesquisa

PREFÁCIO

As reflexões geradas pela pesquisa sobre cultura política realizada pelo NOPPE – Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos – da Fundação Perseu Abramo ganham agora a dimensão mais organizada de um livro dedicado a elas. A pesquisa foi publicada nas páginas eletrônicas da Fundação no início de 2022.

Organizado por Jordana Pereira, coordenadora do NOPPE, e por Rogério Chaves, coordenador da Editora da Fundação Perseu Abramo, o livro compõe-se de análises, sob diversos ângulos, do que poderíamos chamar de “estado de espírito” de uma parcela importante da classe trabalhadora brasileira.

Chama nossa atenção o traço comum de um enfoque aberto ao debate plural, continuado e não definitivo que une o NOPPE e as interpretações aqui expostas. A pesquisa se enriquece com essa perspectiva. Pensamos que as linhas de compreensão e aprofundamento dependem muito da formulação clara de problemas e de marcos de interpretação que possam se integrar, cotejar e permitir sínteses.

Desde a formulação dos objetivos da pesquisa, uma das preocupações era perceber o quanto penetrou nas camadas populares ideias e valores típicos das ideologias de extrema-direita e o quanto essas camadas vivem e expressam contradições entre esses “conceitos” e sua própria existência material e social.

Para nossa grande satisfação a realidade é mais complexa e rica dos que abstrações simplificadas: as contradições são a marca principal do que encontramos nesse estudo! Não parece haver consolidação de tendências antidemocráticas e anti-igualitárias. Ao contrário! Tão pouco aparecem, é preciso anotar, utopias de “um outro mundo possível”, como tem sido visível, aliás, em um mundo neoliberal sem grandes movimentos emancipatórios.

A pesquisa sobre cultura política do NOPPE abre caminho para novos estudos e o livro ora publicado é um momento de impulso teórico.

Agradecemos autoras e autores que se integraram e tornaram esse momento tão promissor.

Saudamos a Fundação Rosa Luxemburgo pela cooperação nesse projeto.

Boa leitura!

Carlos Henrique Árabe
Diretor da Fundação Perseu Abramo

A PALAVRA DOS COEDITORES

As profundas mudanças pelas quais o Brasil tem passado na última década desafiam a esquerda não só a um esforço de compreensão, mas também de reflexão sobre como responder a novas questões colocadas pela realidade.

O pano de fundo dessas transformações tem múltiplas causas e, entre elas, podemos elencar as consequências das políticas ultraneoliberais, da vertiginosa reprimarização da economia, acompanhada pela explosão do desemprego e da informalidade, e do intenso processo de “acumulação por despossessão”, marcado pela super exploração da natureza e a violência contra povos tradicionais. Tudo isso se combina às históricas desigualdades da sociedade brasileira cujo combate foi bruscamente interrompido com o golpe de 2016.

As ameaças à ordem democrática e o risco da consolidação de um projeto autoritário entraram novamente na agenda política do país, em meio a um governo reconhecidamente comprometido com a destruição de garantias sociais e ambientais inscritas na Constituição de 1988. Se a gravidade desse cenário de hoje poderia surpreender um observador dez anos atrás, entender os elementos principais da cultura política do povo brasileiro é uma necessidade para possibilitar uma intervenção qualificada das forças políticas comprometidas com uma sociedade mais justa. É nesse sentido que saudamos os esforços

da Fundação Perseu Abramo em investigar o conjunto de valores e percepção na sociedade brasileira, por meio de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (NOPPE) ao longo de 2021.

Em um contexto de radicalização política, aprofundar o conhecimento da subjetividade que cerca o segmento identificado como “não polarizado” é uma tarefa fundamental para a disputa política contemporânea. A publicação desta obra, organizada com primor por Jordana Pereira e Rogério Chaves, aprofunda esse debate, a partir da interpretação e discussão feita por um time extremamente qualificado de pesquisadoras/es, professoras/es, ex-gestoras/es e militantes que contribuem com artigos sobre os mais temas centrais, relacionando os achados da pesquisa com questões estruturantes da sociedade brasileira.

Parceira nesta iniciativa, a Fundação Rosa Luxemburgo reafirma, assim, seu compromisso com a busca da qualificação da intervenção política comprometida com a transformação sócio ambiental e o enfrentamento das desigualdades. Presente no Brasil desde 2003, a Fundação é uma organização alemã, vinculada ao partido Die Linke (A Esquerda), e desenvolve projetos de cooperação internacional estimulando a formação política e a crítica social. É com a expectativa de que esse material produza mais reflexões e debates orientados para a necessária transformação da realidade brasileira que destacamos seu valioso conteúdo e sinalizamos para futuras iniciativas que sigam contribuindo com esse duplo desafio tão caro à esquerda: compreender e transformar.

Torge Löding
Jorge Pereira Filho
Fundação Rosa Luxemburgo – São Paulo e Assunção

APRESENTAÇÃO

JORDANA DIAS PEREIRA¹

É com grande satisfação que nós, do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo (NOPPE/FPA), apresentamos o livro *As faces de um país em disputa – Percepções e valores na cultura política brasileira*.

O NOPPE, fundado em 1997, possui um histórico robusto de produção de pesquisas. Nessas duas décadas e meia de existência, investigou temas como a juventude brasileira, o racismo no Brasil, a questão indígena, as mulheres e a violência de gênero, diversidade sexual e homofobia e a cultura política dos brasileiros e brasileiras, trazendo em cada momento contribuições consideráveis para o debate público nacional.

Este livro que ora chega às suas mãos marca uma nova fase do Núcleo de Pesquisas. Nos últimos dois anos organizamos o trabalho a fim de produzir diagnósticos para entender os caminhos percorridos pela opinião pública – quais tendências o eleitorado vem seguindo, a quais valores vem aderindo e reproduzindo. Para tanto, estruturamos nossos estudos em três frentes principais:

A primeira é o acompanhamento das pesquisas de opinião publicadas pelos principais institutos (DATAFOLHA, IPEC, Quaest, IPESPE, entre

1. Jordana Dias Pereira é mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenadora do NOPPE da Fundação Perseu Abramo.

outras), principalmente no que diz respeito à avaliação do governo Jair Bolsonaro (PL) e intenção de voto. Por meio dessa frente – conduzida pelo cientista político Matheus Toledo –, procuramos também produzir um debate metodológico, em que discutimos o impacto da escolha dos métodos nos resultados finais de cada pesquisa.

A segunda frente é a pesquisa de “Mulheres e Gênero nos Espaços Público e Privado”, 3ª Edição – coordenada pela cientista social Vilma Bokany –, em parceria com o SESC/SP. A primeira edição foi lançada em 2001, a segunda em 2010 e, neste ano, marcaremos a terceira década deste estudo. Os resultados da pesquisa (em suas etapas qualitativa e quantitativa) serão publicados ainda em 2022.

A terceira frente de trabalho é a pesquisa de caráter qualitativo de Cultura Política, publicada em fevereiro e intitulada “Percepções e Valores da Sociedade Brasileira Não Polarizada”.

Este livro é o resultado de um conjunto de reflexões e análises elaboradas a partir da publicação desta pesquisa de cultura política. Para a produção dos resultados, contamos com a colaboração dos professores da Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP/SP) Isabela Kalil e William Nozaki.

A ideia da publicação surgiu junto com a Fundação Rosa Luxemburgo – nossa parceira nesse projeto e a quem, na pessoa do coordenador de projetos Jorge Pereira, agradecemos imensamente. Acreditamos ser de fundamental importância seguir no caminho de aprofundar o diagnóstico sobre a evolução da opinião pública em meio a um cenário de ameaça da consolidação de um projeto autoritário, iniciado em 2016, com a ruptura democrática contra o governo do Partido dos Trabalhadores (PT).

Dito isso, vamos aos resultados da pesquisa “Percepções e Valores da Sociedade Brasileira Não Polarizada”.

O NOPPE foi a campo com uma equipe de pesquisadores/as (Gabriela Mendes, Giovana Marquesano, José Neto, Katharina San-

tos, Juliana Nascimento, Marcelo Rocco e Rebeca Theodora) em outubro de 2021. Traçamos um quadro amplo a respeito da formação, valores, visões de mundo e cultura política de parcelas da população de baixa e média renda **com posicionamento político não polarizado**.

Foram feitas 64 entrevistas em profundidade (método qualitativo) com duração média de duas horas cada, via plataforma remota Zoom, devido aos cuidados e restrições sanitárias contra a COVID-19. O método qualitativo foi escolhido, pois é considerado o mais adequado para aprofundar hipóteses, entender os comos e os porquês de cada questão levantada. Nele, o entrevistador ou entrevistadora é capaz de estabelecer uma conversa longa com o entrevistado. No nosso roteiro semiestruturado, perguntas que giravam em torno da trajetória de vida, lugar na sociedade de classes, valores, percepções sobre a política, a democracia, o Estado e a crise que assola o país.

A amostra contou com homens e mulheres economicamente ativos das cinco regiões do país, moradores de capitais ou cidades do interior, segmentados por idade (18 a 25 anos, 36 a 50 anos), renda (até dois salários mínimos e de dois a cinco salários mínimos) e raça (negros e brancos), com perfil atitudinal **não polarizado**, a partir dos critérios utilizados em “sentimentos em relação ao PT” pelo instituto Vox Populi em 2019. Para selecionar o conjunto de 64 entrevistados e entrevistadas, nós perguntamos: “em relação ao PT, você diria que:”. Excluímos da amostra pessoas que se diziam petistas ou que gostavam do PT, por um lado; e de outro, pessoas que diziam não gostar e/ou odiar o PT. Nosso objetivo era, justamente, focar no eleitorado que não se encontra hoje em nenhum dos polos políticos. Assim, todos os resultados da nossa pesquisa dizem respeito única e exclusivamente a um perfil atitudinal que não está no campo do petismo/lulismo, nem no campo do bolsorismo, o que identificamos como “não polarizados”.

É importante frisar essa questão, pois se o mesmo roteiro fosse aplicado em eleitores com perfis atitudinais diferentes, muito prova-

velmente os resultados também seriam diferentes. O NOPPE, no entanto, considerou que aprofundar o entendimento desta parcela do eleitorado – que hoje representa cerca de 30% da população, segundo a Vox Populi –, é de fundamental importância para constituir maioria.

Sobre este perfil, o primeiro resultado que merece destaque é que não se trata de um perfil homogêneo. Há diversas combinações misturadas. No campo dos valores, ele não demonstra comprometimento com nenhum “lado ideológico”. Posicionamentos ora identificados como progressistas, ora como conservadores, ora liberais, ora punitivistas coexistem no mesmo indivíduo.

Além disso – ao contrário do que se poderia prever –, não foi encontrada uma tendência antipolítica ou um baixo interesse em política. Ao contrário, a maior parte da amostra apresentou opiniões contundentes em relação aos temas abordados e bastante disposição em comparecer às urnas em outubro de 2022. A democracia é, para essa parcela da população, um valor importante – ainda que haja certa flexibilidade no julgamento de certos instrumentos autoritários de imposição da ordem.

Entre jovens e mulheres, segmentos que agrupam os maiores índices de resistência a Bolsonaro, tende a haver uma identificação maior com valores mais próximos ao lulismo. Jovens mostram maior adesão à pauta dos direitos civis e liberdades individuais, tipicamente progressista. Mulheres tendem a aderir com mais força a valores solidários e coletivos. Quando perguntadas sobre o valor que querem deixar para as próximas gerações, por exemplo, é mais frequente entre mulheres respostas que caminham no sentido de “empatia”, “respeito ao próximo”, “amor pelos outros” etc.

Por outro lado, continua sendo sobre o corpo das mulheres que se organiza importante expressão do conservadorismo. Na amostra, é alta a rejeição à legalização do aborto e ainda é atribuído às mulheres o dever dos serviços domésticos – mesmo que haja um entendimento de

que o homem deve ajudar. Ainda que haja entre entrevistados e entrevistadas um entendimento de que existem formas de preconceito racial e de gênero, nem sempre há endosso a políticas afirmativas. Com relação aos direitos LGBTQIA+ foi notada uma recepção bastante positiva e uma rejeição quase nula ao direito desta população de amar e existir. Quase consensualmente – um nível de criticidade bastante elevado em relação às expressões do racismo nos ambiente de trabalho e na falaciosa associação com a criminalidade.

A amostra demonstrou valorizar o Estado e as políticas públicas também no que concerne à redução das desigualdades do país, ainda que tenham críticas à gestão da coisa pública e, principalmente, aos gestores. As críticas à administração pública passam mais por um viés de condenar um desvio moral individual, do que por um foco mais institucional. Ou seja, para as pessoas entrevistadas, não é o sistema político que é corrupto e ineficiente, mas são os parlamentares, funcionários públicos e gestores que não trabalham para o povo. Da mesma maneira, não é a instituição da Polícia Militar que é vista como violenta e corrupta, mas alguns policiais que apresentam algum desvio moral.

Fortemente alinhados ao valor do trabalho e convictos da necessidade de batalhar para vencer na vida, os entrevistados entrevistadas tendem a ver o Brasil como um país de muitas riquezas naturais, culturais e um povo forte e acolhedor, mas conduzido por uma elite que se beneficia de sua condição de poder e por uma classe política corrompida e comprometida apenas com seus interesses, o que torna a vida do brasileiro ainda mais difícil – e a necessidade de batalhar, incontornável. Aqui, “trabalhador” é visto mais como um atributo ou marca de valor do povo, do que como lugar ocupado na sociedade de classes.

Diante de adversidades, entendem ser preciso força e resiliência para alcançar seus objetivos que, por sua vez, envolvem não muito além do que obter estabilidade financeira, conforto material, bom padrão de vida para si e os seus – o que significa acesso a mais e melhores

bens e serviços. Neste sentido, é o padrão de consumo (incluindo bens essenciais) que dita a percepção de classe que os entrevistados têm de si e dos outros.

Este conjunto de resultados foi amplamente debatido entre um grupo de intelectuais que convenciamos chamar de “Conselho da Pesquisa”. Pesquisadoras/es, professoras/es, ex-gestoras/es e militantes que, gentilmente, colocaram no papel reflexões produzidas ao longo de longas horas de debates (*on-line* e presencial).

Expressamos nosso agradecimento a cada um e cada uma que participou dos encontros e que aceitou colaborar gentilmente com os capítulos desse livro.

Nosso analista Matheus Toledo produziu um resumo das reflexões que o NOPPE desenvolveu no último período, buscando conectar as leituras das pesquisas quantitativas dos principais institutos com a nossa pesquisa própria.

Jessé Souza e Joyce Anselmo chamaram a atenção para o método de formulação de perguntas que utilizamos em nosso instrumento de coleta de dados, o roteiro semiestruturado. Diante de uma realidade em que prevalece a disseminação de informação enviesada e/ou desinformação, é importante que o/a entrevistado/a seja esclarecido/a para que tenha condições de emitir uma opinião com respaldo na realidade.

Antônio Carlos Carvalho e Artur Henrique, a partir do debate sobre trabalho como constituinte da identidade, trazem uma reflexão sobre os limites que os campos políticos tradicionais encontraram para dialogar e representar essas identidades.

William Nozaki destaca as aparentes contradições que permeiam nossa amostra no que diz respeito às opiniões sobre o Estado, Política e Democracia.

Lais Abramo e Tereza Campello refletem sobre a percepção das desigualdades no Brasil – com foco nas desigualdades no mundo do trabalho e no acesso às políticas públicas.

Juliana Borges e Sofia Toledo, a partir do resultado da pesquisa, fizeram uma discussão sobre a interseccionalidade das matizes de dominação, argumentando que questões como saúde mental, prisões, violência e controle do crime devem ser pensadas pelo prisma do enfrentamento ao capitalismo racial carcerário.

André Singer buscou, em nossa pesquisa, pistas para ajudar a entender o conservadorismo popular em toda sua dimensão aparentemente contraditória – combinando aspectos de valorização e relativização democrática, de um lado; e autoritarismo e modernidade no outro.

Isabela Kalil propôs um debate sobre os sentidos da corrupção ao longo do tempo e como influenciam no entendimento do papel do Estado e na construção da democracia.

Leonardo Avriter e Priscila Delgado de Carvalho nos ajudam a refletir sobre a relação da campanha antipolítica, a operação Lava Jato e a democracia.

Paulo Ramos retoma as formas de apresentação do racismo ao longo da história brasileira. Após analisar as atuais percepções sobre o racismo, apresenta os desafios colocados para sua superação na sociedade brasileira.

Gabriel Medeiros e Helena Abramo foram responsáveis pela leitura fina das entrevistas realizadas com jovens presentes na amostra, para compreender quais elementos os distancia de uma agenda bolsorista e os aproxima do campo progressista.

Giovana Marquesano, José Neto, Katharina Santos, Juliana Nascimento e Rebeca Theodora (nossos estudantes e entrevistadores) buscaram aprofundar as chaves explicativas que justificam a maior resistência ao bolsorismo entre jovens e mulheres.

Por fim, David Silva e Pedro Camarão tiveram acesso aos resultados não publicados da pesquisa a respeito do acesso à informação e percepção sobre disseminação de *fake news* e produziram uma reflexão a partir da história dos meios de comunicação no Brasil.

Nós, do NOPPE, acreditamos que pesquisa não deve ter um fim em si mesmo. O mais importante não é sua publicação em si, mas o posterior debate que ela suscita. A pesquisa deve ser um instrumento que qualifica reflexões sobre a realidade para que, assim, também possibilite qualificar a intervenção política com vistas à superação das desigualdades e injustiças que marcam nossa sociedade.

Boa leitura! Boa reflexão! Vamos à luta.

A LEITURA DA OPINIÃO PÚBLICA BRASILEIRA E AS ANÁLISES DO NOPPE NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

MATHEUS TANCREDO TOLEDO¹

O NOPPE, nos últimos anos, além de uma agenda própria de pesquisa, dentre as quais se inclui o estudo abordado nesta publicação, dedica esforços para acompanhar as pesquisas realizadas pelos institutos de pesquisa que divulgam dados frequentemente e contribuem para o debate público – tanto de temas conjunturais, com abordagens mais profundas, quanto dos temas que dizem respeito aos ciclos eleitorais.

Para tal, construímos espaços de produção e difusão de avaliações do Núcleo, como o Boletim do NOPPE, os artigos produzidos para o portal da Fundação Perseu Abramo, além de avaliações semanais publicadas na Revista Focus Brasil, da FPA. No período entre 2020 até o fechamento deste capítulo, avaliamos cerca de 150 pesquisas de avaliação de governo e 75 de intenção de voto², cujas análises resultaram em 13 boletins do NOPPE, um estudo sobre as eleições

1. Analista do NOPPE/FPA, mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2. Acompanhamos constantemente pesquisas de dezenas de institutos de Opinião Pública, entre eles: Datafolha, IPESPE, Atlas Político, PoderData, Offerwise, IBOPE/ÍPEC, Quaest, Vox Populi, Ideia Big Data, MDA, Sensus e FSB.

municipais de 2020, 36 artigos para a Focus Brasil, apresentações e avaliações compartilhadas em espaços de discussão dentro e fora da Fundação Perseu Abramo e, conseqüentemente, na formulação de interpretações e hipóteses acerca da opinião pública brasileira que decorreram em uma agenda própria de estudos e pesquisas. Buscamos, em todas essas publicações, traçar visões globais sobre as pesquisas publicadas, na tentativa de enxergar possíveis tendências em comum e localizar as divergências entre levantamentos e números.

Em paralelo, o frequente debate com uma série de parceiros e parcerias da academia, dos institutos de pesquisa e também especialistas em temas que permeiam o debate sobre a opinião pública brasileira – muitos dos quais compuseram o conselho político de acompanhamento do Estudo mais recente de Cultura Política, permitiu que o NOPPE também produzisse avaliações tanto dessas temáticas quanto sobre metodologias de pesquisa – em tempos nos quais uma série de pesquisas com métodos de coleta diversos – em especial as presenciais, telefônicas e *on-line* – ganham relevância na tentativa ampla e geral de compreensão das opiniões dos brasileiros.

Este capítulo sintetiza, de forma breve³, as avaliações do NOPPE durante esse período, resgatando o que já publicamos e apontando como tais análises, feitas para contribuir com o debate interno da FPA, do Partido dos Trabalhadores (PT) e de pesquisas como um todo, também desembocaram na formulação do nosso estudo, objeto de discussão deste livro. Centraremos tal síntese em três temas: 1) A avaliação do governo Bolsonaro; 2) As duas grandes agendas do período na opinião pública – a pandemia e a economia; 3) As intenções de voto para a eleição presidencial de 2022.

3. As dezenas de artigos e boletins do NOPPE podem ser acessados no portal da Fundação Perseu Abramo. Semanalmente publicamos na revista Focus Brasil análises acerca das pesquisas do momento.

EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DE GOVERNO

Tema constante em nossas análises, a avaliação dos brasileiros sobre o governo Bolsonaro passou por altos e baixos desde o final de 2019 e começo de 2020.

Aprovação: dados apontaram que durante todo o período Bolsonaro preservou um patamar relevante de brasileiros como sua base de apoio popular. Os patamares mudaram com o tempo, mas nunca foram menores que 20% da população, um quinto dos brasileiros.

O período analisado se inicia com o governo num patamar de aprovação de cerca de 30% do país, com algumas variações de acordo com as diferentes pesquisas – e consequentemente, diferentes metodologias. Em dezembro de 2019, o Datafolha apontou 30% de ótimo/bom, número semelhante ao de levantamentos como a Quaest (29%), o IBOPE (29%) e o IPESPE (35%).

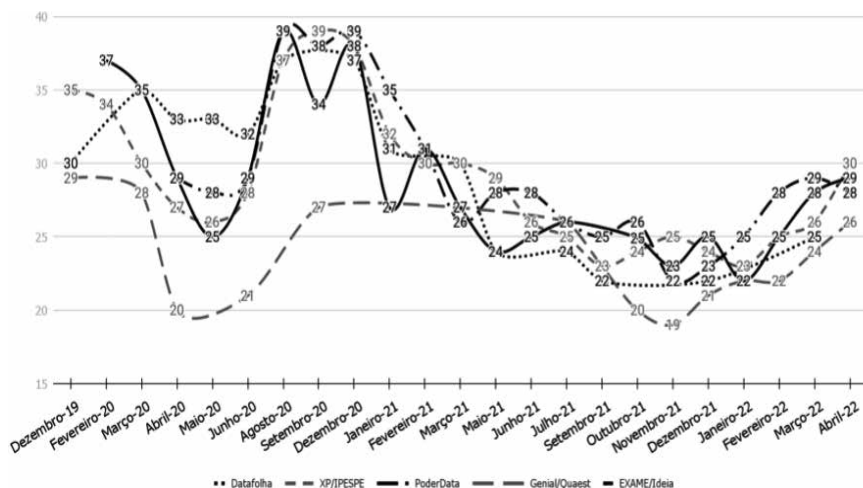
Desde então, entre altos e baixos, picos positivos e negativos de aprovação foram se construindo de acordo com a evolução do quadro pandêmico e consequentemente econômico, duas agendas que terão destaque específico mais à frente no capítulo. No segundo semestre de 2021, por exemplo, o governo viu sua aprovação reduzida a quase um quinto da população – com alguns levantamentos trazendo este número pela primeira vez abaixo dos 20%: em novembro e dezembro de 2021, os levantamentos do Atlas Político e do IPEC (antigo IBOPE), respectivamente, mensuraram apenas 19% dos brasileiros apontando o governo como ótimo ou bom.⁴ Tais dados dão força à hipótese de que Bolsonaro, e consequentemente o bolsonarismo, construíram um piso de apoio dentro da sociedade – mes-

4. Abordamos este período de baixa no final do ano passado em diversos artigos. Destacamos aqui pontualmente o nosso Boletim de número 12, de outubro de 2021 (disponível em: <https://fpabramo.org.br/2021/10/13/leia-o-boletim-no-12-do-noppe-fpa/>) e o artigo publicado na revista *Focus Brasil* de número 39. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/12/05/bolsonaro-reprovado/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

mo nos piores momentos do governo sempre houve um contingente populacional minoritário, mas volumoso, que ainda garantiu apoio ao governo.

Gráfico 1

Avaliação positiva do Governo Bolsonaro (total)

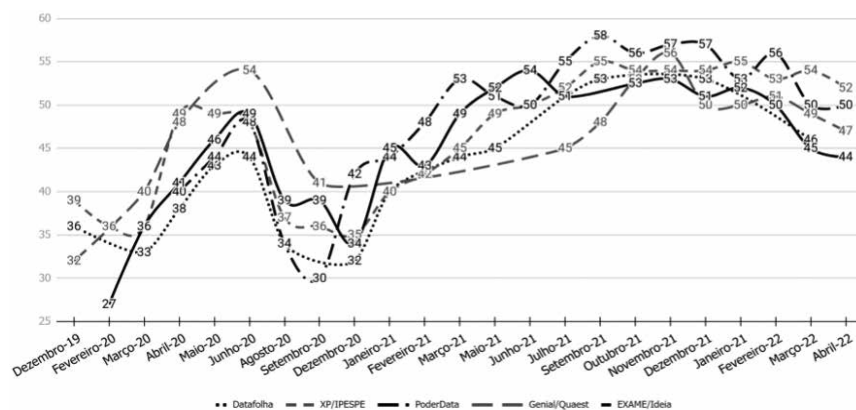


De forma mais aguda que os índices de aprovação, a variação na reprovação ao governo passou, como pode-se ver no gráfico 2, por uma movimentação similar ao de uma montanha russa. Antes da pandemia, o governo vivia um período de relativa calma: se não era, por um lado, aprovado por uma maioria social, por outro contava com uma reprovação em patamares bastante baixos – por volta de 40% – principalmente se considerarmos o volume de reprovação que Michel Temer, antecessor de Bolsonaro, teve.

A pandemia, com todas as suas consequências econômicas e sanitárias potencializadas por um governo incapaz, escancarou um período de insatisfação majoritária na sociedade brasileira com Bolsonaro. O primeiro pico de reprovação se deu nos primeiros meses após o fatídico março de 2020, quando a pandemia chegou de vez

ao Brasil. A soma de brasileiros que consideravam o governo ruim ou péssimo na ocasião avançou para um patamar de cerca de 50% da sociedade – chegando a 58% em pesquisas que captaram índices maiores, como o Atlas Político. Após um breve arrefecimento, um novo pico de reprovação se deu no início de 2021 – com patamares que foram mantidos até o final do mesmo ano: entre 50% e 60% dos brasileiros passaram a rejeitar o governo de Bolsonaro. Houve notória preponderância do impacto da crise sanitária e econômica na vida dos brasileiros, aliados à postura negacionista e negligente do governo federal.⁵ Mais recentemente, houve um arrefecimento da reprovação, que ainda segue em patamares bastante altos.

Gráfico 2
Avaliação negativa do governo Bolsonaro (total)



Durante todo o período, segmentos da sociedade atuaram como verdadeiros bolsões de aprovação e reprovação ao governo – puxando para cima e para baixo os índices. Por um lado, a reprovação era maior

5. Em outubro de 2021, destacamos a altíssima reprovação ao governo em artigo para a revista Focus Brasil de número 32: “Queda livre: Rejeição a Bolsonaro chega a 60%” por Matheus Tancredo Toledo e Juliana Nascimento disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/edicao/focus-32-18-a-24-de-outubro/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

entre mulheres⁶, jovens, residentes das regiões Nordeste e do Sudeste⁷ e pessoas com renda inferior a dois salários mínimos. Por outro, entre homens, evangélicos, moradores do Centro-oeste e do Norte (agrupados em boa parte das pesquisas) eram os que mais aprovavam o governo.

Em setembro de 2021, por exemplo, cerca de 60% das mulheres reprovavam o governo (58% segundo o Datafolha e o IPEC, 62% segundo o IPESPE, 71% segundo o Atlas Político e 52% segundo a Quaest). Entre os jovens de 16 a 24 anos, a aprovação chegou a ser de apenas 13% segundo Datafolha e IPEC e 17% segundo a Quaest. Recentemente, a queda na reprovação ao governo foi vista mesmo nos segmentos mais avessos a Bolsonaro – ainda que o governo esteja longe de convertê-los em segmentos que o aprovam mais que o reprovam.

PANDEMIA E ECONOMIA – ENTRE O NEGACIONISMO E A INFLAÇÃO

As pesquisas reforçam, no último período, que os dois grandes temas na agenda da opinião pública foram a pandemia de COVID-19 e a economia brasileira⁸. Desde março de 2020, o medo do novo coronavírus assolou o país, e a situação econômica que já era desfavorável às vésperas da pandemia se agravou por todo o período. A crise econômica, marcada por inflação, desemprego e perda do poder de compra dos brasileiros, aliada a uma pandemia que ceifou mais de 660 mil

6. Em agosto de 2021 publicamos artigo com foco na rejeição de Bolsonaro entre as mulheres: “Mulheres: a resistência ao bolsonarismo”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/edicao/focus-23-16-a-22-de-agosto/>; mais recentemente, analisamos a persistente reprovação neste segmento, mesmo após melhora geral na avaliação do governo: “A mulherada rechaça o abominável”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/05/09/a-mulherada-rechaca-o-abominavel/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

7. Os dados segmentados por região foram abordados em diversos artigos. Destacamos: “Lula forte no Nordeste e Sudeste”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/03/13/lula-forte-no-nordeste-e-sudeste/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

8. Abordamos a questão em janeiro de 2022: “Economia e pandemia preocupam eleitores”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/01/16/economia-e-pandemia-preocupam-eleitores/>; em fevereiro de 2022: “Covid, desemprego e miséria reprovam Jair Bolsonaro”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/02/05/covid-desemprego-e-miseria-reprovam-jair-bolsonaro/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

vidas no país, resultou em grande insatisfação popular com o governo, como já demonstramos. Nesta seção, traremos os números relativos à percepção da população acerca de ambos os problemas.

Em março de 2020, quando a pandemia atingiu o Brasil, 34% dos brasileiros declararam ter muito medo do coronavírus, enquanto 36% afirmaram ter algum medo e 28% não ter medo nenhum – segundo a série histórica do IPESPE. Cerca de um mês depois, no final de abril do mesmo ano, 48% dos brasileiros diziam ter muito medo da pandemia – somados aos 33% que tinham pouco medo, 81% da população estava preocupada. Um ano depois disso, em abril de 2021, eram 55% com muito medo e 28% com algum medo – totalizando 83%.

É bastante significativo o fato de que a opinião pública nunca ecoou o negacionismo governamental – que atrasou a vacinação no Brasil, atuou contra as medidas de distanciamento e só não produziu mais estragos por conta da atuação da oposição no Congresso Nacional (que garantiu o valor de 600 reais para o auxílio emergencial e atuou fortemente na CPI da COVID-19) e de decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), que questionaram o governo e garantiram a autonomia constitucional dos estados e municípios⁹.

Segundo o Datafolha, em dezembro de 2021, 96% dos brasileiros com 18 anos ou mais afirmaram ter tomado ao menos uma dose da vacina contra a COVID-19, sendo que 90% já haviam tomado as duas doses. Outros 2% não tinham recebido o imunizante, mas pretendiam fazê-lo. Os brasileiros aderiram à vacina, e esta alta adesão decorreu no apoio a medidas sanitárias de prevenção. No mesmo levantamento, eram 81% os que defendiam o “passaporte da vacinação” para entrada em locais fechados, como escritórios, bares, shows e restaurantes. Entre todos os entrevistados, 79% se posicionaram a favor da imunização de crianças entre 5 e 11 anos,

9. Em janeiro de 2022 destacamos o apoio popular à vacinação no Brasil: “Maioria crê na vacina”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/01/23/maioria-cre-na-vacina/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

17% contra e 4% não souberam opinar. Entre aqueles responsáveis por alguma criança nessa faixa etária, 76% são a favor da aplicação dos imunizantes.

A pandemia impulsionou a insatisfação dos brasileiros nos últimos 2 anos – e a postura de seu governante-mor colocou a maioria da população contra o governo federal. A combinação entre o descontrole governamental sobre um vírus que ceifou centenas de milhares de vidas no Brasil e uma crise econômica que trouxe a fome, a inflação e o desemprego para o cotidiano de milhões de pessoas resultou num cenário de insatisfação massiva.

De acordo com a série histórica do instituto Quaest, pandemia e economia figuraram entre os principais problemas do Brasil, nas duas primeiras posições, desde o início do monitoramento em setembro de 2021. Naquele momento, 28% da população mencionava a pandemia como maior problema e 41% fatores econômicos (dentre os quais são mais mencionados a inflação, baixo crescimento e desemprego). Em toda a série histórica, classificadas pelo instituto como tema separado do econômico, a fome e a miséria apareceram constantemente em terceiro lugar. Com o arrefecimento da economia após a vacinação da população, o tema econômico praticamente dominou a pauta: em abril de 2022, 50% da população apontou que o principal problema do Brasil é econômico.¹⁰

O impacto da tríade inflação/renda/emprego na vida dos brasileiros foi avassalador. Segundo o Datafolha, todas as classes sociais reduziram o consumo de proteína animal e de diversos alimentos por causa da alta nos preços. De acordo com levantamento do instituto feito em setembro de 2021, 53% dos brasileiros relatam piora na situação econômica pessoal – entre os entrevistados com renda menor que 2 salários mínimos o número chegou a 61%. Dos entrevistados, 75% viam res-

10. Abordamos o peso da pauta econômica em diversos artigos. Em abril de 2022: “E a economia só piora...” Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/04/03/e-a-economia-so-piora/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

ponsabilidade de Bolsonaro na alta da inflação; 67% dos brasileiros diminuíram o consumo de carne, e 85% redução do consumo de algum produto alimentício. Em pelo menos dois terços de cada segmento de renda houve redução do consumo de algum item alimentício – entre os mais ricos mais de um terço reduziu o consumo de carne bovina desde o início do ano – número que é de 73% entre os mais pobres.

Em levantamentos mais recentes, como os do instituto FSB e Ideia Big Data em abril de 2022, 95% dos brasileiros percebem o aumento dos preços nos últimos meses – 63% esperam que continuarão aumentando – segundo o Ideia. Segundo a FSB, 89% dos entrevistados sentiram suas vidas serem afetadas pela inflação, e 69% por dívidas. O desemprego afetou a vida de 58% da população; 60% esperam mais aumentos no custo de vida e nos preços, enquanto 43% acreditam que aumentarão os atrasos nos pagamentos de contas. Ainda, 62% da população considera que o Brasil se encontra em uma crise econômica. Os números refletem a realidade: em Abril de 2022, o IPCA atingiu um acumulado de 12,13% em 12 meses, com o maior desempenho para o mês desde 1996. Nos mercados, feiras e na hora de fechar as contas a cada mês, os brasileiros sentem o impacto do trabalho desastroso da dupla Bolsonaro e Guedes.

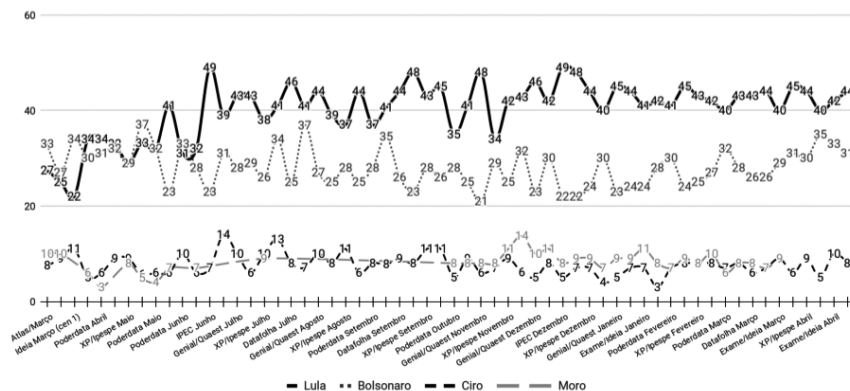
ELEIÇÕES - LULA, BOLSONARO E A CHAMADA 'TERCEIRA VIA'

Em março de 2021, o ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou todas as condenações do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva feitas pela 13ª Vara da Justiça Federal, em Curitiba. Após anos de injustiças, a perseguição contra Lula foi finalmente reconhecida pelo STF – em especial após o plenário do Supremo validar a decisão de Fachin. Estava pavimentada a entrada de Lula na disputa pela presidência da República em 2022.

Desde então, as pesquisas passaram a incluir o nome do ex-presidente nos cenários de intenção de voto testados junto aos entrevistados. Após sua entrada, em março, não tardou para o ex-presidente assumir a liderança dos cenários eleitorais logo na virada para abril de 2021¹¹.

O ex-presidente ultrapassou o patamar de 40% das intenções de voto em maio do mesmo ano, com os números chegando a quase 50% a depender da pesquisa – desde então, alguns levantamentos apontam que estatisticamente há a possibilidade de uma resolução logo no primeiro turno. Demonstramos em nossas análises que a composição da intenção de voto de Lula se dá principalmente pelo apoio massivo que possui dos segmentos com menor renda, menor escolaridade, os moradores da região Nordeste e as mulheres brasileiras.

Gráfico 3 Primeiro turno - Evolução



Em contrapartida, o atual presidente viu suas intenções de voto oscilarem em patamares que chegaram no máximo em 37% dos votos,

11. A força eleitoral de Lula, demonstrada após sua entrada na disputa, foi abordada em diversos artigos que destacaram tanto os números totais das pesquisas como dados segmentados: Julho de 2021 - “Lula do Povo disparou”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/07/19/30123/>; Agosto de 2021 - “O povo quer Lula”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/08/01/o-povo-quer-lula/>; Setembro de 2021 - “Datafolha: Lula dispara”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/09/19/datafolha-lula-dispara/>; Dezembro de 2021 - “Lula segue na frente” Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/12/13/lula-segue-na-frente/>; Março de 2022 - “Lula é o preferido na massa” Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/03/06/lula-e-o-preferido-na-massa/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

com forte queda no segundo semestre de 2021. Neste ano, em 2022, uma melhora na avaliação do governo e a saída do ex-juiz Sergio Moro da disputa eleitoral devolveram a Bolsonaro antigos eleitores.

Nas nossas análises, também nos dedicamos a compreender o potencial da chamada ‘terceira via’ nas eleições presidenciais¹². Contando com mais entusiasmo editorial dos grandes jornais do que com lastro popular, até o momento, somente um de seus candidatos (Ciro Gomes) chega – a depender do cenário, aos dois dígitos nas pesquisas. Desde que a polarização entre Lula e Bolsonaro começou a se configurar, diversos nomes foram aventados pelos partidos e pela imprensa, sem conseguirem se concretizar como alternativa até então: além de Ciro, João Doria Junior, Simone Tebet, André Janones e Luciano Bivar (que ainda permanecem pré-candidatos), os nomes de Sergio Moro, Luiz Henrique Mandetta, Eduardo Leite e até o apresentador Luciano Huck foram testados. Até o momento, a polarização parece bastante consolidada: segundo pesquisa Quaest de abril de 2022, 64% dos brasileiros já têm certeza do voto, enquanto 35% ainda podem mudar de opção. Entre os que preferem que Lula seja eleito, 76% dizem que a escolha é definitiva, enquanto 69% dos que preferem a eleição de Bolsonaro estão certos de sua escolha. Entre os que dizem preferir que nem Lula, nem Bolsonaro ganhem, são 66% os que afirmam que o voto ainda pode mudar. Em cenários reduzidos, testados por institutos como Quaest e FSB, nenhum dos postulantes chega sequer à metade dos números do segundo colocado nas pesquisas quando compete apenas com ele e com Lula¹³.

Neste cenário polarizado, os dados de segundo turno também são positivos. Na ampla maioria das pesquisas, o ex-presidente Lula

12. Dois artigos ressaltaram o baixo potencial da terceira via até o momento: Setembro de 2021 - “A baixa capacidade de mobilização da centro-direita” Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2021/09/22/a-baixa-capacidade-de-mobilizacao-da-centro-direita/>; Outubro de 2021 - “A debilidade da ‘terceira via’” Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2021/10/24/a-debilidade-da-terceira-via/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

13. A consolidação da polarização foi abordada em artigo de abril de 2022: “Polarização está consolidada” Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/04/24/polarizacao-esta-consolidada/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

tem larga vantagem sobre Bolsonaro – indicando que o ex-presidente tem mais margem para crescimento de sua votação no eleitorado do que Bolsonaro, que pouco cresce quando comparamos as simulações de segundo turno com primeiro turno.

Paira no ar a possibilidade de o atual presidente ter um teto, o que pode ser aventado ao olharmos para os números: para além da reprovação ao seu governo por cerca de metade da população brasileira, Bolsonaro tem uma rejeição eleitoral que chega a quase 60% – a depender da pesquisa. O governo tem buscado diminuir sua rejeição por meio de programas de transferência de renda, de liberação de recursos e crédito, além de políticas direcionadas – como a renegociação de dívidas do FIES, que atingiu um segmento que reprovou Bolsonaro massivamente na maior parte do período que analisamos. O quanto isso será efetivo para superar os efeitos do desastre econômico e da inflação é a grande pergunta que será respondida nos próximos meses até o pleito de outubro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS - A AVALIAÇÃO DA OPINIÃO PÚBLICA E A AGENDA DE ESTUDOS DO NOPPE

A avaliação constante e permanente da produção de pesquisas de opinião no debate público e político brasileiro permitiu ao NOPPE consolidar interpretações e análises próprias na tentativa de responder o que os brasileiros estão pensando sobre a conjuntura nacional. Por meio desta produção, formulamos perguntas que desembocaram em uma agenda de pesquisa, iniciada pela primeira etapa do nosso estudo de Cultura Política e também por uma pesquisa nacional sobre as mulheres brasileiras, ainda em andamento.

Nosso estudo, como será abordado em outros capítulos e conforme consta no relatório completo, traz subsídios para a tentativa de

compreender o porquê de alguns segmentos, em especial as mulheres e os mais jovens, serem mais propensos a reprovar o governo¹⁴, conforme apontado pelas mais diversas pesquisas de opinião divulgadas pelos institutos e pela imprensa brasileira.

O peso da crise na avaliação que a opinião pública faz da realidade – calcada na própria experiência desafiadora de sobreviver em meio à ameaça de um vírus mortal, um governo irresponsável e negacionista, e a uma economia em crise, decorreu num esforço do NOPPE em compreender, em seu estudo, as dimensões da crise na vida dos brasileiros e as percepções acerca de suas causas.

Ainda, apesar do nosso estudo não abordar o tema eleitoral, centramos esforços na tentativa de compreender o posicionamento dos entrevistados acerca do Estado brasileiro, das políticas públicas, de valores e trajetórias de vida, além da opinião sobre lideranças e partidos, temas essenciais para a disputa político-eleitoral. Por meio deste trabalho constante de acompanhamento da opinião pública, das constantes discussões internas e externas, e também da produção de estudos e pesquisas o NOPPE tem trabalhado para atender a tarefa de desvendar a opinião dos brasileiros, fornecendo insumos para o debate partidário e também para o debate público acerca dos rumos do Brasil e de seu povo.

14. Também sintetizamos esses resultados específicos em outro artigo para a revista Focus: “Por que mulheres e jovens rejeitam Bolsonaro”. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/focusbrasil/2022/02/27/por-que-mulheres-e-jovens-rejeitam-bolsonaro/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

O QUE É UMA PESQUISA EMPÍRICA REFLEXIVA?

JESSÉ SOUZA¹

JOYCE ANSELMO²

É um lugar comum entre os pesquisadores que se dedicam à pesquisa empírica dos fenômenos sociais separar o que se chama de pesquisa empírica quantitativa da pesquisa empírica qualitativa. Muitas vezes, acredita-se que a pesquisa empírica quantitativa se diferencia pela abrangência da amostra e pela necessidade de padronização das perguntas formuladas. A pesquisa qualitativa teria, nessa forma de pensar, uma abrangência menor, que seria também seu principal defeito, em parte compensada por uma possibilidade de “aprofundamento” maior nos motivos de dado comportamento ou opinião.

De fato, não existe qualquer problema na formulação de questões simples e padronizadas desde que as opiniões emitidas não envolvam embaraço moral ou conhecimento autocrítico da própria avaliação.

1. Professor titular de sociologia da Universidade Federal do ABC (UFABC).

2. Doutora em sociologia, Universidade Humboldt Berlim.

Ou seja, perguntar a alguém sobre qual sabonete a pessoa usa, envolve muito pouca avaliação moral. Ninguém, em condições normais, vai ser criticado ou se sentir desvalorizado pela escolha do sabonete. A escolha de um senador ou presidente da república também tende a ter a mesma dimensão na medida em que as “bolhas de opinião política” servem precisamente para isentar o compromisso moral e tornar palatável os diversos candidatos. É isso que faz com que, apesar de erros ocasionais, este tipo de pesquisa seja muito aplicado para investigar hábitos de consumo ou preferência eleitoral.

A situação muda de figura quando examinamos temas sociais que envolvem, de modo explícito e consciente, um comprometimento das crenças morais dominantes na sociedade. Obviamente, estamos aqui nos referindo a uma linha fluída na medida em que todas as escolhas envolvem de certa maneira um comprometimento moral. Mas o tipo de comprometimento contido na opção de escolha por um sabonete é muitíssimo menor do que aquela que envolve a opção de se ser ou não racista por exemplo.

O ponto é que é perfeitamente possível se fazer uma pesquisa quantitativa que envolva grandes números também sobre racismo. A dificuldade aqui é a de que como devo formular a questão de tal modo a saber o que o entrevistado pensa, sem provocar uma resposta “politicamente correta”, ou seja, de acordo com a mentalidade dominante. O problema real para qualquer pesquisa empírica é, portanto, a de permitir transcender as fronteiras da “opinião pública” dominante, que foi obviamente construída pelos interesses da elite que comanda a sociedade. A imprensa tem dono, muito especialmente em países como o Brasil. E a esfera pública, pensada por Jürgen Habermas³, também como espaço de convencimento baseado em argumentos, e não apenas poder e violência, se mostra crescentemente cerceada.

3. Ver Jürgen Habermas, *Strukturwandel der Öffentlichkeit*, Suhrkamp, 1975.

O cerceamento se dá de duas maneiras. Primeiro pela manutenção manipulativa de certas ideias sociais hegemônicas, como a ideia da meritocracia, ou de que a corrupção é coisa apenas de político e não de bancos, mas também, simplesmente, pela falta de informação do público. Um público mal-informado tende a ser facilmente manipulado. E o problema é que a maior parte das pesquisas empíricas quantitativas simplesmente “esquecem” e não levam em conta este problema fundamental. Sob a falsa suposição de que não se deve “induzir” a resposta do informante, assume-se então que ele é consciente de sua própria situação social e, ainda mais importante, bem-informado pela imprensa dominante. Esse pressuposto é evidentemente falso e compromete de início a efetiva validade das pesquisas ditas “quantitativas”.

Por exemplo, se, depois de cem anos de bombardeio midiático e escolar que diz que o brasileiro é corrupto por uma maldição cultural da política ibérica, formos perguntar, hoje em dia, se o brasileiro é corrupto ou mais corrupto que europeus e americanos, a resposta avassaladora vai ser que sim. O povo brasileiro, afinal, foi ensinado a se perceber desta forma⁴. A maior parte das pesquisas empíricas no mundo inteiro são feitas ainda desta maneira. Esse fato não implica que sejam boas pesquisas simplesmente porque hegemônicas. Afinal, o interesse de bancos, empresas e governos que patrocinam as maiores das pesquisas não é a “verdade”, mas, ao contrário, influenciar a imaginação do público. Assim sendo parte-se de um falso pressuposto, que contamina toda a pesquisa, e imagina-se que os indivíduos possuem perfeita transparência do mundo social no qual estão inseridos e que possuem distanciamento crítico em relação a ele. Sem pressupor este estado de coisas não faria sentido fazer as pesquisas. Assim sendo, esse tipo de pesquisa serve, em grande medida, para confirmar os preconceitos construídos para legitimar a dominação social fática. A

4. Ver Jessé Souza, *O Brasil dos humilhados*, Record, 2022.

“opinião pública” construída, pela imprensa e pela indústria cultural, serve para justificar o mundo social como ele é.

Mas a pesquisa quantitativa não precisa ficar nos limites da escolha de sabonetes ou intenção de voto para ter alguma validade científica. Ao refletir sobre os pressupostos de sua prática, a pesquisa descobre formas de diminuir tanto a manipulação quanto o desconhecimento relativo do público. No século XX se formou uma tradição respeitável de pesquisa empírica que parte, precisamente, da problematização destes falsos pressupostos. Os arautos da assim chamada “escola de Frankfurt” foram um dos primeiros a se por essas questões que examinamos acima e procurar soluções para elas. Seja nos estudos da década de 1920 e 1930 com Erich Fromm⁵ ou nos estudos sobre a personalidade autoritária dos anos 1950 com Theodor Adorno⁶, temos uma reflexão dirigida à formulação de questões válidas que ensejassem respostas não padronizadas pela construção manipulativa da “opinião pública” fabricada.

Assim, se se quer, por exemplo, diminuir o compromisso do informante com as opiniões da moralidade dominante, para adentrar à sua “verdadeira opinião”, vários cuidados podem ser tomados. Por exemplo, “impessoalizar” temas controversos, como tipicamente o racismo e o preconceito, retirando-se a “responsabilidade pessoal” do informante ao mesmo tempo que o possibilita expressar sua opinião “verdadeira”. A técnica da “projeção”, estimulando a fantasia livre do entrevistado, caminha no mesmo sentido. Na verdade, Adorno e sua equipe, nesta pesquisa histórica realizada nos Estados Unidos, desenvolvem e adaptam à sociologia empírica os ensinamentos da psicanálise. Apesar da mudança de vocabulário, “sociologizando” a referência psicanalítica anterior, as pesquisas de Pierre Bourdieu, na segunda metade do século XX, além do uso sistemático da análise de

5. Ver Erich Fromm, *Studien über Autorität und Familie*, Zu Klampen, 2005.

6. Ver Theodor Adorno, *Studien zum autoritären Charakter*, Suhrkamp, 1985.

correspondências múltiplas entre as variáveis, vão exatamente pelo mesmo caminho⁷.

Estamos tratando aqui de alguns dos pensadores mais importantes do século XX que refletiram acerca dos desafios da pesquisa empírica no contexto de desinformação e manipulação midiática do público. O desafio maior é precisamente reconstruir a percepção do informante que foi intencionalmente distorcida pela mídia dominante de tal modo a propiciar um instante de reflexão autônoma por parte do entrevistado. É verdade que este movimento implica, na verdade, uma ênfase maior na análise do “comportamento prático” do informante em desfavor da sua elaboração mental explícita. Esta última, irá, necessariamente, se aproximar da opinião pública “produzida” pelos esquemas simbólicos de poder. A assim chamada “sociologia disposicional”⁸ assume que o sentido da ação social – e “falar” também é agir – é “prático” e se mostra no comportamento efetivo e não nas fantasias que criamos para legitimar a vida que levamos. Filósofos do porte de um Wittgenstein e de um Habermas mostraram a importância de uma mudança de paradigma nestas questões fundamentais⁹.

Ainda que a análise metódica do comportamento seja precisamente o atributo principal de novas técnicas de pesquisa qualitativa, isso não significa que seja necessária sempre uma técnica “qualitativa” para se chegar à “verdade pessoal” do informante. Na verdade, o que é decisivo em qualquer tipo de pesquisa é o conhecimento da sociedade que se quer estudar, e de seus mecanismos de poder e produção de consenso social, para possibilitar a diminuição de seus efeitos perversos na compreensão do mundo social dos informantes leigos. Na verdade, todo tipo de pesquisa, qualitativa ou quantitativa, tem que

7. Ver Pierre Bourdieu, *A distinção*, Azouk, 2010.

8. Ver Bernard Lahire, *Retratos sociológicos: disposições e variações individuais*, Artmed, 2004.

9. Ver Jürgen Habermas, *Vorstudien und Ergänzungen zur Theorie des Kommunikativen Handelns*, Suhrkamp, 1984.

por esta questão como seu desafio principal. Um exemplo que mostra sobejamente o que estamos discutindo é a primeira pesquisa do IIDDD ICL sobre corrupção financeira no Brasil¹⁰, que foi a campo em meados de novembro de 2021.

Ora, como há cem anos os brasileiros ouvem que a corrupção é praticada apenas na “política” e nunca na dimensão econômica da elite de proprietários, a primeira necessidade é possibilitar um instante de reflexão autônoma para um público tão manipulado. Investigar práticas de corrupção sem levar em conta esse pressuposto é não só cientificamente ingênuo, mas também é fazer o trabalho do dominador de justificar o mundo como construído pela imprensa venal. Assim, na referida pesquisa, adicionamos “esclarecimentos”, antes de perguntar a opinião do público, acerca do que são, por exemplo, “paraísos fiscais”. Como estes temas não são nunca abordados na mídia dominante, já que óbvia corrupção elitista que é dona da mesma imprensa, poucos sabem o que o termo significa. Sem saber do que se trata as pessoas, por óbvio, não podem responder adequadamente.

Ao mesmo tempo explicar o que são “paraísos fiscais” e para o que servem, não significa “induzir” resposta, ainda que, muitos informantes, desde que informados devidamente do que se trata, tendam a ver o caso como evidente corrupção. Significa dotar o entrevistado de uma informação preciosa, que lhe é intencionalmente negada, para que possa expressar o que sente e como vê o mundo social. A explicação do que são “paraísos fiscais” é um “juízo de fato”, ou seja, diz simplesmente como o mundo é se o informante fosse devidamente informado. A opinião do entrevistado, a partir desta nova informação que ele não possuía, é um “juízo de valor”, ou seja, uma avaliação que articula a pré-compreensão moral que ele possui do mundo social,

10. Participaram desta pesquisa, Jordana Dias Pereira, Clara Castellano e Jessé Souza. A pesquisa completa pode ser encontrada no site do Instituto Conhecimento Liberta (ICL): <http://icl.com.br/wp-content/uploads/2021/12/Pesquisa-VF2.pdf>

que é precisamente o que queremos saber. A informação simplesmente possibilita que ele possa “refletir” de modo autônomo sobre o que pensa acerca do fato descrito.

Este adendo simples motivou uma pesquisa muito interessante sobre a corrupção brasileira, um tema quase nunca estudado desta maneira. Senão vejamos. A explicação sobre o que são “paraísos fiscais” foi a seguinte:

São chamados de paraísos fiscais países que:

- cobram impostos muito baixos ou não cobram impostos para que se mantenha ou movimente dinheiro e,
- oferecem privacidade absoluta sobre as informações de origem e as movimentações desse dinheiro.

Desde que o dinheiro mantido em um paraíso fiscal seja declarado no Imposto de Renda, não é ilegal manter uma conta nesses países. Porém, por suas características de baixos impostos e sigilo, os paraísos fiscais são muito utilizados para guardar dinheiro obtido de forma ilegal (como por meio de corrupção, fraudes ou tráfico de drogas), para evitar pagar impostos no país de origem ou para ganhar rendimentos especulando mediante a diferença no valor das moedas.

Recentemente o “Pandora Papers” revelou que o Ministro da Economia, Paulo Guedes, mantinha investidos 9,55 milhões de dólares em paraísos fiscais.

Esse esclarecimento de tipo simples, de conhecimento universal dos especialistas, permitiu um tipo de resposta dos informantes que responsabiliza a elite financeira por crimes de evasão de impostos percebidos como corrupção, ou seja, como fraude consciente e criminosa praticada pela elite financeiras e seus aliados contra toda a sociedade. Isso mostra como a seletividade da imprensa venal dominante, que nunca sequer discute os crimes da elite, influencia a percepção do

cidadão comum. As seguintes respostas mostram o grau de repulsa moral dos entrevistados às atividades que são mantidas escondidas ou que são “naturalizadas” pela mídia dominante. Não é inteligência que falta ao povo, mas sim informação verdadeira.

A pesquisa do ICL mostrou que o caso Pandora Papers era bem conhecido por apenas 13% dos respondentes, é o conhecimento é maior entre mais escolarizados e mais ricos, mas ainda assim fica em torno de um quarto desses grupos. Entre os mais jovens, menos escolarizados e mais pobres, mais da metade dos respondentes nunca ouviu falar sobre o tema.

No entanto, após terem contato com texto informativo sobre o caso “Pandora Papers”, a maioria significativa dos respondentes avalia a prática de “envio de dinheiro para paraísos fiscais” de forma negativa:

- 80% concordam que *“O envio de dinheiro dos mais ricos para paraísos fiscais prejudica o Brasil porque faz com que menos impostos sejam arrecadados aqui”*.
- 76% concordam que *“Independentemente de ser uma prática legal/ lícita, é eticamente Inaceitável que um gestor público tenha dinheiro em paraísos fiscais”*.
- 70% concordam que *“Diante destes fatos, acredito que o Ministro Paulo Guedes tenha tomado decisões para beneficiar seus interesses privados”*.
- 69% concordam que *“Ter dinheiro em paraísos fiscais é uma prática ilegal/ Ilícita”*.

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo (FPA) também captou esse movimento da opinião pública quando bem informada. Num primeiro momento, quando questionados sobre a cobrança de impostos no Brasil, os respondentes emitiam uma percepção inicial de que os ricos pagam mais impostos do que os mais pobres – já que compram mais e, assim, gastam mais. Quando, porém, eram infor-

mados sobre o sistema regressivo de tributação, as opiniões ganhavam contornos bem críticos. Mais uma vez, a desigualdade social aparecia como um problema no Brasil a ser combatido.

Este resultado de pesquisa mostra que um aspecto central da sociedade brasileira: o que é cuidadosamente retirado da atenção pública, quando devidamente informado provoca mudança significativa da percepção da corrupção e desigualdade. Muitas vezes, procedimentos simples, como os que utilizamos, produz uma enorme diferença, em um público acostumado a ver os comportamentos desviantes da elite como “negócios” como outro qualquer. Nesse contexto, “corrupto” é apenas o que a política faz, permitindo o “bode expiatório perfeito” para o saque elitista. E sabemos que o principal dispositivo do poder social é tornar invisível a responsabilidade da elite dominante. Uma pesquisa reflexiva é, portanto, toda aquela que reflete acerca dos pressupostos necessários para que seja possível a maior autonomia e consciência possível do informante. Por outro lado, simplesmente “supor” a transparência do mundo social é fazer o trabalho dos interesses que estão ganhando.

TRABALHO COMO IDENTIDADE

ANTONIO CARLOS CARVALHO¹

ARTUR HENRIQUE SANTOS²

A construção de um mapeamento da cultura política brasileira é uma tarefa praticamente impossível. As dimensões do território, as profundas desigualdades que constituem o tecido social e o curtíssimo período democrático são elementos que apontam para a complexidade dessa tarefa. A conjuntura política pós-2013 assistiu ao agravamento de um cenário de crises múltiplas e sobrepostas que acabaram culminando com uma série de rupturas institucionais e de um cenário de carestia e descompasso social que pareciam impossíveis de serem vistos no país.

Soma-se a isso uma articulação de forças que declaradamente trabalham de forma contrária a princípios básicos difundidos pelo mundo ocidental no século XX. Como é possível que tamanha ruptura institucional tenha acontecido? Como é possível que um ser humano

1. Antonio Carlos Souza de Carvalho é advogado e consultor de entidades sindicais. Formado em Direito pela USP, possui pós graduação em Ciência Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) e em Economia do Trabalho e Sindicalismo pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

2. Artur Henrique da Silva Santos é diretor da Fundação Perseu Abramo. Foi presidente do Sinergia e presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Formou-se na Fundação Instituto Tecnológico de Osasco (SP) e graduou-se em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas).

como o presidente eleito em 2018 tenha sido escolhido pela maioria dos eleitores? Como é possível que a estupidez tenha se tornado um organizador político que transformou idiotas em lideranças políticas e ignorantes em militantes?

Este artigo, e talvez este livro, não têm as respostas para essas perguntas. Mas há um contexto a ser analisado. A escolha pelas entrevistas em profundidade daqueles e daquelas que representam uma população que escapa da polaridade política é a escolha que escapa do lugar comum. É a escolha difícil que sai das análises rasas sobre negação da política e que trata das profundidades da sociedade brasileira e suas desigualdades.

Przeworski³ e Miguel⁴ alertam para essa conexão evidente entre desigualdade e crise de representatividade. O primeiro aponta para crises da democracia, no plural, na medida em que essas crises se agravam ao final do século XX pela diminuição do crescimento dos países ricos, pelo aumento da desigualdade em grande parte do mundo e pela reestruturação produtiva que diminuiu o peso da indústria e aumentou o peso dos serviços (com trabalho mais precário) no mercado de trabalho mundial. Esses elementos obviamente não fogem à realidade brasileira, ainda que os anos de governo petistas tenham representado uma tentativa de freio de arrumação para o país.

Essas transformações, para Przeworski, causaram uma enorme dificuldade de crescimento das rendas mais baixas e a perda na “crença do progresso material”. Esses elementos teriam causado uma mudança dos pactos de classe. Olhando para o caso europeu, a mudança dos pactos de classe teria representado o enfraquecimento da ideia de que as relações de trabalho teriam um papel central na construção da sociedade e que a constituição de sindicatos e acordos coletivos, de direitos sociais garantidos pelo estado, garantiam a estabilidade de

3. Adam Przeworski, *Crises da democracia*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

4. Luis Felipe Miguel, *Democracia e representação: territórios em disputa*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

renda, de acesso aos serviços públicos de qualidade e ao equilíbrio democrático necessário à manutenção da estabilidade social.

Esse é o principal resultado político do projeto neoliberal e um dos principais elementos das crises da democracia. O autor traz dados alarmantes como a queda drástica da densidade sindical em países membros da OCDE, o aumento drástico do distanciamento ideológico da sociedade estadunidense entre 1994 e 2017 e o aumento, tanto nos EUA quanto na Europa, da ideia de que imigrantes são um fardo para as sociedades (com diferentes agravamentos para diferentes etnias).

Quando o assunto se torna a crença daquilo que é verdade ou não (e isso impacta sobremaneira o debate das *fake news*), Przeworski afirma que “a verdade de uma declaração é autenticada pela identidade de quem fala e todas as identidades são igualmente válidas. Isso cria um mundo que permite diferenças, mas que impede divergências”. É como se a identidade ganhasse um espaço de formação da verdade em substituição a pressupostos filosóficos seculares que fundaram a democracia ainda na Grécia antiga. A extrema radicalização do individualismo proposta pela ideologia neoliberal abalou convenções que a civilização humana levou milênios para aprender, como os parâmetros científicos, critérios, convenções de análise e até mesmo o respeito à dignidade humana acima de qualquer diferença, tenha ela qualquer natureza. Há um nítido aumento de casos de crimes de ódio em boa parte do mundo e, recentemente, depois de várias décadas, a volta do risco de um conflito armado de proporções globais com o início da guerra na Ucrânia.

A identidade enquanto elemento fundante da “pós-verdade” é um fenômeno que só é possível em virtude do agravamento do cenário da desigualdade do mundo projetado pelo neoliberalismo. Obviamente, essa conclusão afeta sobremaneira qualquer perspectiva de representatividade baseada no mundo europeu pós-segunda guerra mundial. É aqui que a sobreposição de padrões de identidade pode ser vista em sua outra face, a da organização política necessária ao mundo atual.

Miguel (2014) aborda a ideia de que há “padrões de identidade sobrepostos” na realidade atual que são responsáveis por gerar uma forte dificuldade de identificação ampla das pessoas sobre determinadas questões da sociedade, como raça, gênero, condições de trabalho, orientação sexual, condição física, território, nacionalidade, entre outras. Assim, cada um enxergaria a sua própria situação com algumas identificações específicas, tornando difícil a expressão coletiva de “classe” conforme se convencionou pesquisar no século XX.

Mas isso, em nenhuma maneira, torna dispensável a análise da relação entre as crises e, em especial, o impacto do trabalho na percepção política das pessoas. Ao ampliar a teoria da representação política, o autor aponta para dois valores fundamentais: o pluralismo político, entendido como “a plena constituição dos interesses dos grupos” e a autonomia “no sentido de produção das regras sociais por aqueles que estão submetidos a elas”.

Em outras palavras, não são as identidades que ameaçam a construção histórica da consciência de classe, mas sim o aprofundamento brutal das desigualdades que compõem a história do Brasil. O acolhimento das diferentes identidades deve servir ao aprofundamento das dinâmicas de representação política e social. Uma sociedade que busca a igualdade não deve temer as diferentes identidades do seu povo e isso Ângela Davis já afirma há algum tempo quando trata da necessária coligação entre as lutas do socialismo, da igualdade racial e de gênero. “Hoje, mesmo que as clivagens de classe permaneçam fundamentais para a compreensão das dinâmicas sociais, é ainda menos aceitável acreditar que elas esgotam os pertencimentos políticos ou as dimensões da vida social que devem estar refletidas nos espaços de representação.”, conforme afirma Miguel (2014).

É, portanto, a partir da ideia de que as dimensões da vida social precisam estar refletidas nos espaços de representação que esse artigo buscará analisar os resultados encontrados pelo estudo de Cultura

Política organizado pelo Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos da Fundação Perseu Abramo.

Os achados, ainda que submetidos ao feliz recorte do eleitor de baixa e média renda com posicionamento político não polarizado, possuem uma capacidade enorme de desafiar a agenda política brasileira, em especial a do PT, em um momento tão importante da nossa história.

A essa altura, o leitor desse artigo já deve ter tido acesso a esse estudo, dividido nos capítulos de Sociedade, Estado e Democracia e Política. Também já deve ter percebido que a questão das percepções de classe e das políticas sociais de trabalho já foram discutidas. Caberá, portanto, a esta análise, a busca de forma transversal em todo o estudo (inclusive em partes não publicadas) da construção do trabalho enquanto dimensão da vida social e, portanto, capaz de gerar identidade às pessoas, em especial sob o ponto de vista dos valores que envolvem essa percepção.

O público estudado não possui um comprometimento ideológico nítido. Pelo contrário, a ausência do comprometimento ideológico é talvez o que há de mais rico nesse estudo, porque ele é capaz de revelar aspectos de identidade e consciência que compõem o pensamento de boa parte do povo brasileiro sem que isso se traduza em um “lado” da política nacional.

A experiência política que conhecemos enquanto militantes, pesquisadores, ativistas, dirigentes não é o assunto trazido por essas pessoas. Esse olhar o mundo por meio dos olhos do outro é o grande desafio de qualquer grupo que se reivindique a favor da classe trabalhadora. Politicamente, esse grupo reconhece as virtudes do Partido dos Trabalhadores (PT) e critica duramente suas fraquezas, em especial quando critica a classe política. Note-se que o distanciamento desse grupo com relação ao petismo aparece no mesmo contexto do distanciamento que ele tem com a classe política de uma forma geral. As dificuldades do petismo de expressar uma gramática política mais representativa e menos dedicada à linguagem tradicional do poder

foram sentidas por essas pessoas. Esse é um exemplo do quanto essas percepções são valiosas, tanto para que se entenda quais são as melhores estratégias de ampliação de representatividade quanto para que se entenda onde moram os elementos em disputa.

A ausência de homogeneidade que marca esse perfil estudado não é tão marcante quando se trata do valor do trabalho. O trabalho é um marcador de valor moral para esse perfil. Ser tido como um trabalhador não é um elemento que diferencia, é um elemento que aglutina o povo que sofre com as dificuldades de se viver no Brasil. É essencial “batalhar para vencer na vida”. O termo “trabalhador” é carregado de uma percepção ético-existencial e aproximado a termos como “guerreiro”, “resiliência”, “batalhadora”:

“Comecei a trabalhar com 14 anos e de lá para cá eu nunca parei. Então trabalhador é uma qualidade ou um adjetivo que eu gosto de ser chamado. Eu me acho um bom profissional.” (Homem, +Velho, branco, SP, capital, Renda 2)

“Me definiria como guerreira. Trabalhadora porque meu primeiro emprego registrado foi com 18 anos e eu já era mãe. Trabalhadora, esforçada, não para buscar algo para mim, mas para meus filhos.” (Mulher, +Jovem, negra, SP, capital, Renda 1)

Isso se conecta fortemente à postura das pessoas ante o cenário atual. No aspecto social, coletivo, há uma identificação forte da crise, mas quando o assunto é a própria postura, a palavra de ordem é “perseverar”. A energia de dobrar a aposta da vida no esforço pessoal é a principal arma dessa população estudada. Enquanto alguns passaram os últimos quatro anos atribuindo toda a culpa do caos nacional ao presidente da república, essa população passou o mesmo período afirmando que era necessário trabalhar mais, batalhar, não desistir.

Por óbvio essa preparação mental guarda relação com a desesperança com o potencial transformador da política, com as alternativas institucionais/coletivas de mudança de vida. E isso acontece porque esse público acredita prioritariamente na família. Depois da família, em menor intensidade, na Igreja. A família é a instituição guardiã dos valores, do suporte, e a Igreja é o núcleo expandido da família quando o assunto é valor. Família e Igreja se conectam na mentalidade dessas pessoas por meio da palavra perseverança. É um organizador moral que compõe uma tecnologia de sobrevivência (trabalhar mais), com a crença de que a proteção e a força saem de casa, da família com o suporte da religião.

“A religião é meu forte, é ela que me dá fé, que não me deixa desistir. Porque sei que algo bom está guardado para mim”. (Mulher, +Jovem, negra, RS, interior, Renda 2)

Por estar numa esfera tão íntima (ainda não estamos discutindo individualismo), o próprio estudo afirma em suas conclusões que “a esfera do trabalho é determinante na percepção de sucesso/fracasso na vida”. Esse aspecto merece um aprofundamento.

Isso só será possível graças a trechos não divulgados do relatório em virtude de sua extensão, mas que foram gentilmente disponibilizados pelo NOPPE. Um desses trechos foi escrito no contexto do primeiro capítulo do estudo (Sociedade), no item “trajetórias de vida e inserção produtiva”. Ele diz respeito ao histórico de trabalho dos pais e mães dos entrevistados e dos próprios entrevistados. Eis o resumo dos achados:

1. Histórico de trabalho de pais e mães dos entrevistados: há uma forte diferença entre as faixas etárias, que guarda relação com as mudanças do mercado de trabalho brasileiro – movimento de mudança do padrão de trabalho entre as gerações, com os pais de entrevistados mais velhos tendo trajetórias de trabalho mais braçais e de menor escolaridade

e os pais de entrevistados mais jovens tendo trajetórias de trabalho menos físico, com maior escolaridade. Poucos pais/mães têm formação de nível superior. Há forte presença de pais trabalhando no setor de serviços e mães em serviços domésticos e comércio autônomo.

Aqui é necessária uma observação fundamental a esse artigo. Se o esteio existencial é o núcleo familiar e é dali que se extraem os valores mais caros a esse perfil de entrevistados, a cruel face da exploração do trabalho ganha contornos de orgulho para quem viveu essa realidade. Se a família é quem sustenta e se o trabalho é um valor, estar em condições adversas de trabalho é tão somente uma demonstração do quanto foi preciso batalhar.

Não há uma qualificação crítica a essa percepção da trajetória de trabalho dos pais. Porque o valor familiar jamais deixaria que se sentisse vergonha ou que se questionasse aquilo que foi feito para garantir o sustento. A desigualdade enquanto elemento a ser combatido perde espaço para a luta pela sobrevivência. Esse é o momento em que o silêncio do entrevistado fala profundamente. Isso é algo que provavelmente atinge todo brasileiro de origem pobre. Não há espaço para que não se tenha orgulho daqueles que sobreviveram a condições de trabalho degradantes para garantirem a nossa existência. A força da ancestralidade não dita, mas sempre reverenciada nos valores familiares precisa, com urgência, ganhar a centralidade do debate político brasileiro. Talvez aqui esteja o ponto de contato mais profundo entre a esquerda e os valores da família brasileira. A família real é perseverante, batalhadora, sofreu e venceu em alguma medida e qualquer preconceito, crítica a esse elemento de valor certamente afasta o ouvinte.

2. Histórico de trabalho dos entrevistados: o ingresso no mercado de trabalho ocorre mais cedo conforme a condição de

renda da família e está quase sempre associado à informalidade. Mesmo a geração mais jovem e financeiramente menos vulnerável não posterga esse ingresso por muito tempo, esforçando-se para conciliar estudo e trabalho. Os entrevistados mais velhos tiveram acesso à formalidade mais cedo, o que indica um forte impacto da informalidade entre os mais jovens. Em geral, o ingresso no mercado de trabalho possui relação profunda com a necessidade de ajudar a família e com o interesse na autonomia financeira.

Esse resumo também guarda forte conexão com a questão do trabalho e sua identidade. Isso porque o apoio à família, tão logo o jovem tenha condições de trabalhar, é o elemento que justifica esse ingresso, ainda que ele seja precoce, informal, e que “atrapalhe” os estudos. Esse aspecto aparece entre os entrevistados de forma geral, mesmo entre os mais jovens, que, teoricamente, teriam uma situação de menor vulnerabilidade econômica. A noção de que o filho precisa ajudar os pais possui enorme valor e, mais uma vez, ratifica a família enquanto guardião dos valores e da luta pela sobrevivência.

Há, portanto, uma conclusão fundamental que norteia esse artigo: o trabalho é visto enquanto valor essencial à sobrevivência e isso é estruturado a partir da família. Essa conclusão explica em parte porque a palavra classe ainda não apareceu nos achados relacionados ao trabalho. O conceito de classe não é, para esse público, algo importante quando o assunto é trabalho. Mas é essencial destacar que há outras chaves encontradas pelo estudo que dão uma percepção mais coletiva/social na cultura política desse grupo.

É o caso da percepção das desigualdades na chave da renda. Quando o assunto são os ricos, os pobres e a classe média, o grupo estudado identifica com nitidez as diferenças, tratando a segurança financeira de subsistência e o padrão de consumo como elemento que

indica as classes. Isso inclusive aponta para identificação de privilégios sociais, sempre na chave do dinheiro, da renda.

Há inclusive um outro capítulo neste livro que aborda mais profundamente a questão do “lugar de classe”, mas é preciso destacar que há, nos achados do estudo, um distanciamento entre classe e trabalho. Esse grupo parece não relacionar as desigualdades à exploração do trabalho. Entendem o privilégio do rico, mas não chamam rico de patrão. O que distingue o pobre também não é a condição de trabalhador explorado, mas sim a falta de acesso. Pobreza é insegurança alimentar, falta de acesso aos serviços públicos essenciais, mas também é falta de emprego. Há um nítido sucesso de símbolos dos planos neoliberais. O estudo não encontra a conexão entre construção da riqueza e exploração do trabalho, mas encontra a conexão entre pobreza e falta de trabalho. Essa questão é ratificada quando o estudo aponta que o “ pilar que garante a estabilidade da classe média é o emprego e o trabalho: ela é vista como uma classe que depende do trabalho para viver e que também é afetada pela alta dos preços”. “O rico é sólido, a classe média é estável, e o pobre mal sobrevive”, e o que ameaça a estabilidade da classe média é perder o trabalho.

“É muito trabalho para poder ter uma baixa qualidade de alimentação. Muitas vezes, uma pessoa pobre não tem uma fruta para dar para um filho, não tem uma carne para dar pro filho, muitas vezes uma pessoa pobre não tem nem um arroz.” (Mulher, +Velha, branca, RS, interior, Renda 1)

“É não somente falta de recurso, mas de oportunidade, essa é a pior pobreza, a falta de oportunidade. Desemprego, isso é pobreza, essa é a maior pobreza, e essa é a pobreza administrativa do país.» (Homem, +Velho, negro, BA, capital, Renda 1)

As impressões desse grupo aqui estudado guardam conexão lógica com a realidade do projeto político-econômico que domina a

cena política nos dias atuais. O PT parece ter criado uma espécie de parênteses na impressão das pessoas, especialmente quando a questão é o entendimento de que a desigualdade de renda é um problema a ser combatido por iniciativas do estado. Não há uma conexão nítida sobre desigualdade e exploração do trabalho, mas há alguns aspectos que aparecem na pesquisa que precisam ser trazidos aqui.

“A esfera do trabalho é determinante na percepção de sucesso/fracasso na vida” enquanto “a esfera do consumo é determinante na constituição de sua identidade de classe e de sua visão sobre a crise”. O valor da perseverança enquanto elemento fundante da imagem que o trabalho tem para as pessoas parece enevoar a ideia de que a esfera do trabalho possui papel central na constituição da identidade de classe das pessoas.

Há uma clivagem do conceito de qualidade de vida. O trabalho teria o papel de instrumentalizar essas condições por meio da renda, a porta de entrada do consumo e, portanto, do papel que a pessoa ocupa na sociedade. No entanto, essa visão não é linear porque “não há comprometimento com campo político: os entrevistados flutuam por diferentes visões ideológicas, ora demonstrando posicionamento mais progressista, ora demonstrando posturas conservadoras”. Os posicionamentos se formam a partir das experiências individuais e aqui a trajetória social que compõe a desigualdade (e a forma como as pessoas enxergam o trabalho) ganha um lugar complexo.

Voltando às partes não publicadas do relatório, encontramos um outro conjunto de reflexões. Perguntados sobre satisfação com a vida, as pessoas apresentam leituras bastante interessantes. Primeiro, o conjunto de jovens parece conectar a satisfação à efetividade dos planos traçados. Se a ascensão via estudo não se concretizou, há uma perda de esperança, relacionada com a crise, que aumenta a insatisfação uma vez que o acesso à faculdade não resultou no acesso a posições melhores no mercado de trabalho. Por outro lado, há jovens que optaram pelo empreendedorismo e estão satisfeitos com a vida:

“Alcancei alguns objetivos, tenho CNH, vou conseguir comprar uma moto no fim do ano. Tenho uma vida boa, sou uma pessoa feliz, resolvida, vida em progresso, quero ser uma pessoa melhor. Empreendimento é a única forma de ter liberdade, então pretendo continuar na área, quero expandir mais.” (Homem, +Jovem, branco, SP, capital, Renda 1)

Ainda no terreno da satisfação com a vida, os adultos do grupo apontam para a estabilidade financeira do núcleo familiar como elemento central da satisfação, em especial quando essa estabilidade significa renda, capacidade de consumo e acesso a bens e serviços. O fato de conseguir sustento com o trabalho é, por si só, um motivo de satisfação pessoal, enquanto o fato de não conseguir é motivo de frustração.

Há ainda o grupo de mulheres satisfeitas por terem constituído família mesmo tendo abdicado dos seus próprios sonhos de estudo e trabalho. Isso confirma, novamente, o quanto o fator família guarda profunda conexão com a sensação de satisfação pessoal ou não. Essa clivagem da satisfação com a vida aponta para uma severa consistência dos elementos que conformam a identificação com o trabalho. Mas como seria a avaliação dessas pessoas com relação à qualidade do trabalho, ou melhor dizendo, com relação à satisfação com as condições de trabalho?

A insatisfação com as condições de trabalho aparece com alguma nitidez. Em especial entre os mais jovens e entre as mulheres, há uma maior criticidade com essa questão. Há a identificação de elementos como assédio moral, cobranças desmedidas, excessos e desrespeito no ambiente de trabalho. Os mais velhos parecem ser mais pragmáticos, talvez mais resilientes, focados exclusivamente na renda gerada pelo trabalho. Quando a renda cai, aí, de fato, a insatisfação também aparece. Ainda, os entrevistados enxergam que as mulheres e os negros sofrem sim injustiças quando o assunto é renda e acesso a melhores posições no mercado de trabalho.

O trabalho pode até ser um problema, mas deixar de trabalhar definitivamente não é uma solução. Pelo contrário, seria motivo de vergonha, haja vista a profunda carga moral que envolve o tema. O trabalho possui um papel tão importante na construção da identidade das pessoas que até as suas condições de exploração não aparecem nas respostas, salvo quando as pessoas são provocadas a falar sobre isso.

Há uma enorme carga de valor em volta dessa identidade, e é preciso que se pergunte o quanto o debate político é sensível a isso. Por um lado, há aqueles que se apropriam desses valores, lançando mão de expedientes questionáveis como a defesa da família para esconder pautas absolutamente truculentas e intolerantes. Por outro, há aqueles que questionam a exploração do trabalho ignorando o enorme potencial simbólico que ele possui. Em outras palavras, se o trabalho do meu pai e o meu sustentam a minha família, como é que eu vou me voltar contra isso?

O que é possível que se conclua nesse contexto é que o debate político cuida pouco das angústias e dos valores dessas pessoas. Ora porque tenta se apropriar e deturpar esses valores, ora porque os desconsideram. Numa análise dessa natureza, é possível percebermos o quanto a vida real está distante do que as instituições debatem. De diversas conclusões possíveis, talvez a mais óbvia delas é que esse grupo de entrevistados não apresenta um “comprometimento com campo político” simplesmente porque não há campo político que as representam.

Relembrando a necessidade de ampliação da teoria da representação política (Miguel, 2014), as conclusões trazidas por esse estudo são que os interesses desse grupo não estão abarcados pela política e que, portanto, ela não garante autonomia a essas pessoas. Dessa forma, a adesão fica completamente prejudicada e não há construção sólida de consciência de classe. Há identidade com o trabalho, mas a política não conversa com ela.

O ESTADO ENTRE A VIOLÊNCIA E O DIREITO NA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO BRASILEIRA NÃO POLARIZADA

WILLIAM NOZAKI¹

INTRODUÇÃO

A pesquisa “Cultura política: o que pensam os eleitores fora do lulismo e do bolsonarismo” buscou apreender, dentre outras dimensões, a interpretação e o juízo de parcela da população a respeito do papel do Estado, dos poderes institucionais, dos representantes políticos e agentes públicos bem como de algumas políticas públicas selecionadas.

Para tanto foram abordados temas relacionados aos chamados “monopólios estatais”, como impostos, Forças Armadas, Poder Judiciário, burocracia pública. Além de temas relacionados à “garantia de direitos”, como a avaliação sobre os poderes Executivo, Legislativo e políticas públicas de saúde, educação, segurança e transferência de renda. Por fim, também foram averiguadas preliminarmente percepções sobre a identidade nacional brasileira.

1. Professor de Ciência Política e de Economia da Fundação da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP).

Do ponto de vista econômico, a pesquisa qualitativa foi realizada com públicos que compõem a chamada nova classe trabalhadora, também designados por alguns como batalhadores. Do ponto de vista social, esses públicos demonstraram se caracterizar por uma visão relativamente crítica com relação às elites econômicas e às classes políticas, mas acompanhada por um sentimento de resignação com relação a possibilidades de transformação, sobretudo por caminhos coletivos e associativistas. Do ponto de vista político, o recorte incidiu sobre perfis que em um momento de intensa politização e polarização da sociedade brasileira estiveram marcados não pela tomada de posição e pelo ativismo, mas pelo desencantamento ou pela indiferença. Trata-se, portanto, de uma baixa classe média talhada na resiliência do trabalho e na resignação da política.

Por todas essas características, em geral, os temas relacionados ao Estado e suas adjacências tendem a despertar pouco interesse ou muita desconfiança, ambos notados no processo de aplicação dos questionários ao longo da pesquisa.

A quantidade de elaborações é menor entre os mais jovens e há opiniões mais longas entre os adultos. Dentro desse grupo específico, os mais jovens parecem ter receio de se expor à polarização e são mais cautelosos na organização dos argumentos, os adultos, por seu turno, discorrem sobre o tema por mais tempo e são mais imprudentes na manifestação de verdades e certezas.

Outra especificidade que merece destaque diz respeito à diferença de acento nas impressões sobre o Estado observadas a partir do recorte de gênero. Os homens de renda mais baixa enxergam mais o Estado como sinônimo de corporação (aparelho estatal) e as mulheres de renda mais baixa enxergam mais o Estado como sinônimo de garantia de política pública. Apesar disso, não se notou grandes variações interpretativas observadas a partir dos recortes territoriais, nem entre estados e regiões, tampouco entre capitais e interior.

Em linhas gerais, como se buscará explicitar nos itens abaixo, o grupo pesquisado demonstrou certa valorização das instituições públicas de Estado (Judiciário, imposto, serviço público, forças armadas e de segurança) e certa desvalorização dos agentes políticos de governo (parlamentares, políticos corruptos e militares na política).

O Estado é lido de modo ambivalente. Como violência e como direito. Como corporativismo e como política pública. Como necessário e como insuficiente. Como parte do problema e como parte da solução.

Na mitologia romana, Janus é uma divindade bifronte que mantém uma de suas faces sempre voltada para trás, contemplando o pretérito, e a outra para frente, desbravando o futuro. Na teoria política, frequentemente, se recorre à imagem de Janus bifronte como alegoria para descrever a dupla natureza do Estado: uma dimensão arcaica marcada pelo uso da violência, do arbítrio e da autoridade e uma dimensão moderna marcada pelo uso da lei, do direito e das políticas públicas. De um lado, o Estado como espaço de medo e a política como luta pela direção do aparelho governamental, de outro lado, o Estado como *locus* de esperança e a política como luta coletiva pela liberdade. À sua maneira, essa dupla concepção de Estado também marca a percepção da população brasileira não polarizada que aqui se analisa.

INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E CLASSE POLÍTICA

Para o público estudado na presente pesquisa, os políticos são vistos mais como um problema do que como uma solução, pois prometem o que não cumprem durante as eleições, trabalham pouco quando estão no governo, se envolvem em corrupção e no Brasil se gasta muito com a classe política. Esse elenco de problemas traduz a

experiência de desencanto com boa parte dos políticos, revela uma percepção de que a crise brasileira é permanente, explícita a insatisfação com o déficit real de políticas públicas, mas também vem carregado com preconceitos e generalizações do discurso que reduz a política a sinônimo de conchavo e corrupção.

Para uma minoria, os políticos não podem ser generalizados e devem ser observados caso a caso. Por se tratar de um público mais avesso às discussões políticas institucionais, a avaliação negativa do conjunto dos políticos tende a ser mais intensa.

Entre a maior parte dos entrevistados/as não há uma percepção de que o governo trate de maneira diferente ou desigual os estratos sociais da população. Embora haja a sensação de que o governo é mais acessível para os que têm poder (mais do que para os que têm dinheiro) e de que é preciso ir atrás do governo (mais do que aguardar a chegada das ações públicas).

O papel específico do Legislativo e dos parlamentares é visto com pouca clareza, embora haja uma percepção difusa que indica como função prioritária do parlamento fiscalizar o governo e aprovar leis. A percepção negativa é preponderante e vem acompanhada da queixa de que há muitos parlamentares no país e de que depois de eleitos eles se preocupam fundamentalmente com seus interesses pessoais.

O poder Judiciário desfruta de maior prestígio do que o Legislativo, comparativamente. Ele é visto como uma instância que impede os desmandos do governo e do presidente, mas ao mesmo tempo é percebido como um obstáculo para o combate à corrupção, além de ser excessivamente lento. As leis são percebidas como um problema maior do que a atuação do judiciário.

A maior credibilidade do Judiciário, *vis-à-vis* o Executivo e o Legislativo, demonstra uma certa deferência à ordem e ao bacharelismo que contrasta com a defesa, feita em menor intensidade, do progresso e do voto.

O ESTADO E OS ABUSOS DA VIOLÊNCIA E DAS ARMAS

O Brasil é visto, via de regra, como um país muito violento. O medo está presente entre os entrevistados/as de todas as regiões do país. Há a percepção de que o país é especialmente violento com as mulheres. Entretanto, em muitos casos a violência estatal é avaliada como maior do que a violência social.

Para a maioria, o enfrentamento à violência passa por políticas de inclusão social. Mas há uma parcela expressiva que indica como solução para o problema a ampliação e a melhor preparação das forças policiais e de segurança pública.

A maioria dos entrevistados é contra a ampliação do acesso às armas para a população, a principal justificativa é a de que o brasileiro não teria “preparo psicológico” para ter posse e porte de armas. Mesmo entre a minoria que defende a ampliação do acesso às armas há ressalvas, como a necessidade de preparo e a restrição para uso da arma dentro de casa e em legítima defesa.

A participação de militares na política é vista com ressalvas. A maioria indica que os militares não deveriam participar da política, tanto porque não foram preparados para essa tarefa quanto porque a ideologia militar pode ser perigosa para o país por ser muito rígida e corporativista. Há, no entanto, os que defendem o direito de os militares participarem da política, mas mesmo nesse caso há ponderações como as de que eles deveriam ser capacitados para tanto ou que se preocupassem efetivamente com o povo. A avaliação dos militares que atualmente ocupam cargos no governo é negativa.

As polícias e guardas contam com uma avaliação ambígua. Embora as corporações policiais sejam vistas como necessárias, importantes e que devem ser valorizadas. As abordagens policiais são percebidas como violentas, discriminatórias e abusivas.

Entre a população negra e de renda mais baixa, como não poderia ser diferente, a polícia é vista mais como violenta e corrupta. Entre a população branca e de renda menos baixa, a polícia é vista mais como despreparada e mal remunerada. Entre os homens há mais elogios aos policiais do que entre as mulheres.

O avanço da violência e os abusos de poder encontram na defesa da democracia uma possível vacina. Em muitas ocasiões, esse público demonstra acreditar que a democracia seja o sistema ideal de governo, mas também pode relativizar a ditadura (especialmente os mais velhos) por ver aspectos positivos nela – embora não a defenda abertamente.

Embora esse grupo demonstre pouca empatia ou confiança nos potenciais candidatos à presidência, ainda mantém confiança nas instituições e no sistema eleitoral e compreende a importância do voto como possibilidade de mudança econômica, social e política. Por isso, pretende comparecer às urnas.

Sua confiança no sistema eleitoral só fica comprometida em um ponto: o processo de votação via urna eletrônica, tema que divide opiniões – há quem confie na sua segurança, quem não confie totalmente e prefira o voto impresso e quem não confia em nenhum dos dois modelos.

O ESTADO E OS USOS DOS DIREITOS E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

No grupo social em tela, há uma ampla expectativa de que o Estado deveria garantir não apenas o básico (educação, saúde e segurança), mas deveria atuar em uma gama mais ampla de oferta de políticas públicas.

Entretanto, diante das dificuldades com os políticos, impostos e outras questões, espera-se que o Estado faça, pelo menos, aquilo que é mínimo de forma adequada e eficiente.

A agenda de reivindicações é maior entre as mulheres e passa por salário, combate à fome, cultura, lazer e meio ambiente. Entre alguns homens de renda menos baixa há a preocupação de que o Estado não fomente o assistencialismo.

Há uma percepção amplamente difundida de que a existência dos impostos não é um problema em si mesmo. Os problemas são: a alta carga tributária, a baixa qualidade dos serviços e equipamentos públicos e a corrupção da classe política.

Outra percepção clara é de que os ricos pagam mais impostos do que os pobres. Mas os motivos da regressividade tributária não são completamente percebidos. Os ricos são vistos como quem paga mais impostos porque ganham mais e gastam mais, enquanto os pobres são vistos como quem paga menos impostos porque consomem e produzem menos.

Para a maioria dos entrevistados/as, via de regra, os impostos não estão sendo utilizados em benefício da população e em políticas públicas. A política pública mais lembrada, apesar da pandemia, é a política de educação, seguida por saúde, emprego e segurança.

O uso ineficiente ou inadequado dos impostos é visto como sendo causado, prioritariamente, por corrupção, e, secundariamente, pelo alto custo do funcionalismo público ou por erros de administração pública. O problema do desvio das verbas públicas, mais do que o problema da ineficiência ou do financiamento é percebido por esse público como o mais grave.

Para a maioria dos entrevistados/as a educação pública é de péssima qualidade ou deixa muito a desejar. A qualidade do ensino e do atendimento às crianças e jovens piorou durante a pandemia e a defesa da política de educação passa pelo desejo de mobilidade social.

A melhora na educação pública passa necessariamente pelo investimento nos professores, com melhores remunerações, mais qualificação e mais reconhecimento. Além disso, há uma queixa de que as

matérias escolares são muito distantes e difusas, por isso há a demanda para que as disciplinas dialoguem mais com a realidade concreta e aplicada da população.

Entre parcela dos/as entrevistados/as aparece a afirmação de que a escola precisa de mais disciplina e rigidez no trato com os alunos.

O SUS desfruta de prestígio entre a ampla maioria dos entrevistados, a vacinação contra a COVID-19 provavelmente joga peso nessa avaliação. Embora haja críticas à rede e ao atendimento, há também muitos elogios.

No entanto, a maior parte das pessoas aponta também a necessidade de melhorias no SUS, com destaque para a necessidade de expansão da capacidade instalada de atendimento (quantidade) e para a necessidade de melhoria nos atendimentos já realizados (qualidade).

Bolsa Família e Auxílio Emergencial são percebidos, claramente, como programas distintos. O Bolsa Família tem o mérito de ser duradouro, mas com o inconveniente de ser só para os mais pobres e ter o valor ser baixo. O Auxílio Emergencial, por seu turno, tem o mérito de atender mais pessoas, com um valor mais elevado, mas tem o inconveniente de ser passageiro.

Os programas de transferências de renda, em geral, são positivos. Embora deve-se tomar cuidado com o fato de que há pessoas credenciadas e que não precisam do benefício, e há pessoas que precisam do benefício, mas não conseguem se cadastrar.

O Auxílio Emergencial, em particular, também é percebido como uma jogada eleitoral de Bolsonaro para tirar a marca do PT (note-se que o campo foi realizado antes da divulgação de maiores informações sobre o novo Auxílio Brasil).

É curioso notar, no entanto, que o problema do desemprego tende a ser visto menos como uma questão que pode ser enfrentada coletivamente e por meio de políticas públicas e mais como um

problema que deve ser encarado individualmente e solucionado pessoalmente. Na percepção dos entrevistados, oportunidades de trabalho passam cada vez mais pelo mercado informal e, diante da necessidade de encontrar emprego, a preocupação com direitos trabalhistas fica em segundo plano, especialmente entre os mais jovens. Nesse contexto, o empreendedorismo surge para alguns deles como oportunidade atraente de obter renda.

Em contrapartida, a inflação é percebida como um problema que só pode ser enfrentado pelo governo e por políticas públicas, a subida dos preços ultrapassa qualquer solução individual e a carestia exige ação estatal.

A IDENTIDADE NACIONAL EM CRISE E RESSIGNIFICAÇÃO

A elaboração sobre uma identidade nacional do povo brasileiro é muito rarefeita e diluída, a maior parte dos entrevistados tem dificuldade em elaborar uma resposta para essa pergunta. Apesar disso prevalece a ideia do povo brasileiro como forte, batalhador e resiliente além de alegre, acolhedor e culturalmente diverso.

Vale notar que a ideia equivocada de um país pacífico, com democracia racial e que reverencia as mulheres, tão presente no imaginário de *brasilidade* do passado, cedeu lugar a uma visão em que a violência, o racismo e o machismo são encarados como problemas reais e concretos. Além disso, entre as riquezas do país os recursos naturais passaram a rivalizar com a defesa da persistência da população em buscar a sua sobrevivência e o seu caminho.

Embora não haja a construção consolidada de um imaginário nacional, há uma flagrante crise de identidade naquele estágio transitório em que, como diz o jargão do pensamento político, o velho já está morrendo, mas o novo ainda não pôde nascer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trata-se de um grupo muito heterogêneo no qual as experiências individuais são mais relevantes do que as coletivas. É muito difícil enquadrar a aqui denominada população brasileira não polarizada nos escaninhos conceituais com que estamos acostumados. Sem que sejam apenas liberais, conservadores, defensores da ordem ou apoiadores do progresso, são tudo isso, e mais, simultaneamente.

Não confiam nos políticos, mas reconhecem que precisam dos governos. Não confiam na aplicação das leis, mas conferem credibilidade ao judiciário. Não confiam nos partidos e no parlamento, mas defendem o voto. Não acreditam nos ocupantes do poder executivo, mas demandam políticas públicas. Não apoiam a violência policial e militar, mas são punitivistas. Acreditam na democracia, mas relativizam a ditadura. A corrupção e a violência os afligem mais do que a desigualdade e a falta de direitos. Não defendem o Estado mínimo de direitos, mas esperam que o Estado faça direito o mínimo.

Em suma, acreditam mais nas instituições públicas do que nos agentes políticos, demonstram descrédito na classe política, mas acreditam em ações estatais. Valorizam mais a democracia econômica (igualdade de oportunidades) do que a democracia social (universalização de direitos), embora defendam frequentemente a democracia política (voto como direito e dever). Desejam a ordem e o progresso, mas diante da falta do segundo não hesitam em se ancorar no primeiro.

REFERÊNCIAS

BALAKRISNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2017.

FERES JR., João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

LYNCH, Christian *et al.* *Pensamento político brasileiro: temas, problemas e perspectivas*. Curitiba: Appris, 2019.

SANTOS, Wanderley Guilherme. *A imaginação política brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2017.

SCHWARCZ, Lilia e STARLING, Heloisa. *Dicionário da República*. São Paulo: Cia das Letras, 2019.

SINGER, André *et al.* *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SKINNER, Quentin. *Uma genealogia do Estado moderno*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2011.

DESIGUALDADES À FLOR DA PELE

LAIS ABRAMO¹

TEREZA CAMPELLO²

INTRODUÇÃO

Muitas das faces das desigualdades que marcam a sociedade brasileira foram captadas no estudo produzido pelo NOPPE “Percepções e Valores da Sociedade Brasileira Não Polarizada” e estão sendo abordadas neste livro em diferentes capítulos. O estudo foi direcionado à população de baixa e média renda.

Esse texto buscará grifar aspectos levantados no estudo, destacando em especial a percepção das pessoas entrevistadas sobre as desigualdades que marcam o mundo do trabalho e as assimetrias da população no acesso às políticas sociais. Vale ressaltar que as abissais desigualdades que marcam nossa sociedade dificilmente podem ser analisadas isoladamente. As desigualdades se cruzam, se entrelaçam e se retroalimentam e isto fica muito claro nas respostas dadas nas entrevistas. A população de baixa e média renda revela no estudo uma

1. Socióloga, ex-diretora da Divisão de Desenvolvimento Social da Cepal (2015-2019) e do Escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil (2005-2015). Compõe o conselho editorial da Fundação Perseu Abramo.

2. Economista, titular da Cátedra Josué de Castro da Universidade de São Paulo (USP), ex-ministra de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2011-2016).

aguçada percepção sobre a “matriz da desigualdade social”, e sobre como as desigualdades de classe se acentuam quando se entrecruzam com as desigualdades de raça, gênero e idade. Sabemos que no caso do Brasil também são muito profundas as desigualdades territoriais, que se expressam não apenas em diversos indicadores socioeconômicos como também no preconceito e discriminação que existe em relação, por exemplo, às populações do Nordeste e que vive nas periferias das grandes cidades.

Dividiremos o texto em duas partes além desta breve introdução. Optamos ainda por deixar perguntas abertas ao longo do texto, instigadas pela percepção relativamente baixa dos entrevistados sobre os avanços ocorridos ao longo dos 13 anos de governos progressistas e, principalmente, pela não identificação dos retrocessos ocorridos nos últimos anos com o governo Bolsonaro. Nosso objetivo foi plantar sementes para futuras investigações, buscando os indícios que permitam melhorar a comunicação sobre as políticas públicas e seus resultados

VOZES QUE EXPLICITAM AS DESIGUALDADES

A desigualdade é uma característica histórica e estrutural da sociedade brasileira. Está baseada em um modelo econômico e produtivo altamente concentrador e excludente, assim como na *cultura do privilégio*, uma herança do nosso passado colonial e escravocrata, que continua se reproduzindo até os dias de hoje por meio de atores, instituições, regras e práticas. A cultura do privilégio se caracteriza pela negação do *outro* (os pobres, as mulheres, os negros e negras, os indígenas, a população LGBTIQA+) como sujeitos de direito e na naturalização das desigualdades, da discriminação e das acentuadas hierarquias sociais. As desigualdades estruturais que conformam a sociedade brasileira são um enorme obstáculo à erradicação da pobreza, ao desenvolvimento sustentável, à ampliação da cidadania e à

consolidação da democracia, e o seu combate é um vetor central de um projeto de desenvolvimento social inclusivo. Para avançar nesse sentido e superar esses inaceitáveis níveis de desigualdade é necessário identificar os eixos estruturantes da matriz da desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira: a classe social, o gênero, a raça e a etnia, a idade, o território³. Esses eixos estruturantes da desigualdade social não apenas coexistem, mas se entrecruzam, se potencializam e se encadeiam ao longo do ciclo de vida das pessoas.

Começamos pela mais difundida face da desigualdade, a *desigualdade de renda*. Por meio dos vários relatórios das Nações Unidas e estudos publicados por entidades da sociedade civil somos relembrados anualmente que o Brasil é um dos mais desiguais países do planeta. O relatório “A desigualdade mata” da OXFAM Brasil alerta que antes da pandemia da COVID-19 “o Brasil era o oitavo país mais desigual do planeta e a desigualdade de renda havia atingido o maior patamar desde 2012, pois a renda dos 10% mais ricos era 13 vezes superior à média dos 40% mais pobres”.⁴

A opinião captada nas pesquisas parece mostrar uma boa percepção sobre este quadro histórico. Ao tratar das diferenças entre ricos e pobres, as referências à renda são claras, como indicador de acesso a bens, serviços e oportunidades. Como ressalta o texto do relatório, “Em termos gerais, é possível notar que o marcador de classe, da mais alta à mais baixa, passa, sobretudo, por fatores relacionados à segurança financeira de subsistência e padrão de consumo”. Mas também há uma percepção de que existe uma importante desigualdade de oportunidades e tratamento marcada pela condição de classe, que afeta principalmente os pobres, como indicado no *slide* 11. E, além

3. Além desses cinco eixos básicos, é necessário considerar também, nessa complexa trama que conforma a matriz da desigualdade social no Brasil, a orientação sexual e a identidade de gênero, a situação de deficiência e a situação migratória

4. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/relatorio-a-desigualdade-mata>. Acesso em: 02 jun. 2022.

disso, aparece a percepção de que o alto nível de desigualdade também ameaça a democracia: “Não vivemos uma democracia porque a sociedade é muito desigual”.

[Rico é] “*quem pode ir ao supermercado e comprar tudo que deseja.*” (Homem, +Jovem, negro, BA, capital, Renda 1)

“*Compram, compram tudo. Silêncio, sua voz, sua dignidade, sua alma. A única coisa que não compram é saúde, tentam mas não podem. Ainda bem, né? Porque se não... Seriam imortais.*” (Mulher, +Velha, negra, BA, interior, Renda 2)

“*É muito trabalho para poder ter uma baixa qualidade de alimentação. Muitas vezes, uma pessoa pobre não tem uma fruta para dar para um filho, não tem uma carne para dar pro filho, muitas vezes uma pessoa pobre não tem nenhum arroz.*” (Mulher, +Velha, branca, RS, interior, Renda 1)

Apesar dos níveis históricos de desigualdade terem se mantido em patamares elevados, é importante destacar o avanço ocorrido durante os governos Lula e Dilma⁵. Ao longo de 13 anos, o índice de Gini caiu de forma contínua e sistemática de 0,58 em 2003 a 0,49 em 2015, quando, pela primeira vez, ficou abaixo dos 0,5⁶. Enquanto a renda média dos brasileiros cresceu 38% acima da inflação, a renda dos 20% mais pobres cresceu 84%, portanto, quatro vezes mais que a dos 20% mais ricos.

Essa trajetória, inédita na nossa história, foi resultado de um conjunto amplo de políticas: valorização do salário mínimo, geração e formalização de empregos, fortalecimento da agricultura familiar com renda no campo e implementação de políticas sociais como o Bolsa

5. “Fases da Desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás”. Disponível em: <https://flaco.org.br/?publication=faces-da-desigualdade-no-brasil-um-olhar-sobre-os-que-ficam-para-tras>. Acesso em: 02 jun. 2022.

6. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Síntese de Indicadores Sociais. Disponível em: ibge.gov.br. Acesso em: 02 jun. 2022.

Família. Assim, foi possível, simultaneamente, reduzir a desigualdade de renda e conquistar o menor patamar de desemprego (4,8%) registrado pelo IBGE.

Reduzir as desigualdades de renda, para a população mais pobre, representa fundamentalmente reduzir desigualdades no acesso a alimentos e ao consumo básico. E este foi um dos principais feitos dos nossos governos, aumentando o poder de compra “no supermercado”, que é uma das ênfases que explicitam as desigualdades nas vozes dos entrevistados. Um ponto a investigar seria entender por que este fato não se reflete de forma similar na percepção dos entrevistados.

Um segundo aspecto é a *desigualdade de acesso a bens e serviços públicos* como marcador de classe. O relatório sublinha “como é presente o sentimento de que há desigualdade de oportunidades com relação à ascensão social, oportunidades de trabalho e acesso a direitos, bens e serviços públicos”. Destaca também que a percepção da desigualdade de acesso à educação e saúde de qualidade, emprego, moradia, saneamento básico, água e até internet surge espontaneamente nas respostas.

Como bem ressalta o relatório da pesquisa, o acesso a bens e serviços públicos interfere na percepção de classe que em geral os respondentes têm de si e dos outros. Nesse sentido, a expectativa de que seja o Estado o garantidor desses bens essenciais também é apontada, em especial pelas mulheres, que consideram, em maior proporção, que cabe ao Estado garantir, por meio de políticas públicas, o acesso à saúde, educação, saneamento básico, segurança pública, além de renda, segurança alimentar, cultura, lazer e proteção do meio ambiente. É importante notar que a crítica que surge dos entrevistados se refere à qualidade desses bens e serviços e não ao papel que o Estado deve desempenhar na sua provisão.

Essas opiniões nos permitem supor que este eleitor de média e baixa renda, não polarizado entre Lula e Bolsonaro, tenderia a aderir

a um projeto político que se posicione a favor de avançar no enfrentamento às assimetrias de acesso a bens e serviços públicos. Aqui caberia pergunta: Por que não existe o discernimento neste eleitor não polarizado de que Bolsonaro representa um retrocesso e uma reversão dos avanços conquistados nos governos Lula e Dilma?

O acesso à energia elétrica foi praticamente universalizado nesse período, chegando a 35,6 milhões de brasileiros e brasileiras que dele estavam excluídos. É certo que persistem as desigualdades de acesso a água, saneamento, saúde, habitação, conectividade, dentre outras, e que ainda representam um gigantesco *apartheid* social no Brasil. São os pobres, majoritariamente negros, os excluídos.

Mas, contrariando o senso comum, também aqui avançamos muito. Em apenas 13 anos foi possível, por exemplo, levar escoamento sanitário para 48 milhões de brasileiros (o equivalente a uma Argentina). Desses, 38 milhões eram negros e negras. A água de qualidade chegou a 41 milhões de pessoas⁷.

Só o Estado pode enfrentar esse gigantesco abismo social que ainda separa os 50% sem esgoto dos demais. Ou os 25% que ainda não têm água de qualidade. Há muito a fazer em habitação, saúde, educação, acesso à internet etc. Mas o grande desafio parece ser explicitar que é possível reverter esse quadro e que um dos projetos se coloca essa missão, o projeto representado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e pelas forças progressistas articuladas em torno da candidatura Lula. Da mesma forma é incompreensível que esses eleitores não polarizados não tenham identificado no projeto representado por Bolsonaro o oposto.

O estudo também avaliou a opinião desse grupo de eleitores não polarizados com relação aos *programas de transferências de renda*. Corroborando o que vem sendo identificado em outras pesquisas, parece

7. “O Partido que mudou o Brasil”. *Revista do Partido dos Trabalhadores*. Disponível em: <https://pt.org.br/o-partido-que-mudou-o-brasil/>. Acesso em: 02 jun. 2022; “Fases da Desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás”, FLACSO.

haver uma melhora na opinião pública com relação à importância dos programas como o Bolsa Família enquanto políticas públicas de combate à pobreza e alívio à fome.

A pandemia da COVID-19, com suas trágicas consequências, que se expressam na terrível marca de mais de 660 mil mortes, muitas das quais evitáveis, além do seu profundo impacto no nível de atividade econômica e na destruição de postos de trabalho, explicitou e tornou mais visíveis as profundas desigualdades estruturais que marcam a sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, criou um ambiente favorável ao debate sobre o papel do Estado, em particular do SUS, assim como sobre as necessárias ações de proteção de renda, sejam emergenciais, para enfrentar esse tipo de crise, sejam duradouras, para enfrentar problemas estruturais. Foi o que revelou a pesquisa de opinião realizada pela OXFAM em 2020, com melhor aceitação da população com relação a programas de transferência de renda⁸. Neste sentido vale lembrar o que destaca o relatório da pesquisa, apontando que o Bolsa Família e o Auxílio Emergencial são percebidos, claramente, como programas distintos. O Bolsa Família é entendido como um programa que, apesar de ter um valor de benefício mais baixo, é mais duradouro e mais voltado aos mais pobres. Essa percepção parece revelar que as pessoas entrevistadas entendem o caráter complementar e mais permanente da política, ou seja, de que ela não substitui a renda do trabalho e que deve ser estável. “O Auxílio Emergencial, por seu turno, atende mais pessoas com um valor mais elevado e é passageiro”, já que responde ao choque econômico e à paralisação das atividades, com a consequente interrupção da renda das famílias.

Vale notar que a realização das entrevistas ocorreu justamente no momento de transição do Auxílio Emergencial para o Programa Auxílio

8. Pesquisa OXFAM Brasil/Datafolha – percepções sobre desigualdades no Brasil. “Nós e as desigualdades 2021”. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/>. Acesso em: 02 jun. 2022.

Brasil. A população ainda não havia recebido os valores e vivenciado na prática os efeitos da mudança. Mas uma grande ação de divulgação do novo Programa Auxílio Brasil já estava em curso. É interessante observar que as reações iniciais, captadas pela pesquisa, apontavam que o Programa Auxílio Brasil vinha sendo percebido “como uma jogada eleitoral de Bolsonaro para tirar a marca do PT” (*slide 29*). As ações de combate à pobreza e à fome têm se revelado a frente de atuação dos governos do PT que tem maior reconhecimento da sociedade. Mesmo sendo uma estratégia ampla e multidimensional, em geral é sintetizada pela população no Programa Bolsa Família. O programa, criticado no Brasil por mais de uma década, e reconhecido e premiado internacionalmente, acabou por se tornar quase um consenso nacional de eficiência da ação do Estado. O grupo, que para fins desse texto está sendo denominado de “não polarizados” parece partilhar desse mesmo sentimento.

Um último elemento que vale mencionar neste tópico é a relação entre assimetria de acesso e financiamento dos serviços públicos. É amplamente difundido em meios acadêmicos, de estudiosos e interessados, que a estrutura tributária brasileira é extremamente regressiva. A carga excessivamente centrada em impostos indiretos sobrecarrega mais que proporcionalmente as classes de baixa renda. Chama a atenção o fato de que isso não se reflita na compreensão dos entrevistados. Os achados da pesquisa apontam para críticas sobre a alta carga tributária e a baixa qualidade dos serviços públicos, e parecem indicar que os ricos, por terem mais renda, pagam mais impostos. Quando alertados que esta não é a realidade, parecem indicar que o caminho deveria ser cobrar mais dos mais ricos. Desta forma, aqui também, parece haver um indício de falha na comunicação dos setores progressistas que defendem uma reforma tributária progressiva como forma de financiar os gastos públicos, garantindo distribuição de renda tanto nos gastos fiscais quanto na tributação da renda.

Componente principal da renda das famílias, por isso mesmo o trabalho é valorizado como possibilidade de acesso a um determinado nível de bem-estar, almejado pelos entrevistados de renda baixa e média. É visto como um elemento fundamental para garantir as condições mais favoráveis de vida da classe média que, ao contrário dos pobres, conta com uma relativa estabilidade de emprego e renda que permite o acesso “a elementos que compõem um patamar relevante de bem-estar: comprar ou alugar uma boa casa, ter um bom carro, poder pagar as contas no final do mês, ter acesso a serviços privados de educação e saúde”. Ao mesmo tempo, ao contrário dos “ricos”, a classe média depende do trabalho para viver, é afetada pela alta dos preços e corre o risco de descender na escala social e cair em uma situação de pobreza frente a fenômenos como a perda do emprego ou o aumento da inflação, riscos em relação aos quais os ricos estariam protegidos no entender das pessoas entrevistadas.

Por outro lado, existem insatisfações em relação ao trabalho, mais marcadas entre os jovens em comparação com os mais velhos, e principalmente entre as mulheres jovens. Para os “mais velhos” (36 a 50 anos), o principal motivo de insatisfação é a remuneração obtida por meio do trabalho, considerada baixa ou insuficiente. Para os mais jovens (18 a 25 anos), os principais motivos de insatisfação se referem às condições de trabalho, em especial ao excesso de trabalho e ao tratamento por parte dos seus superiores, considerado desrespeitoso, e o conseqüente estresse derivado dessas condições. Essa crítica é ainda mais acentuada entre as mulheres jovens, que frequentemente se veem obrigadas a compatibilizar as jornadas de trabalho remunerado com uma alta carga de trabalho doméstico e de cuidado não remunerado no interior de seus próprios domicílios, seja na condição de filhas, seja na condição de cônjuges/companheiras ou de mães.

A possibilidade de compatibilizar as diversas dimensões da vida

e a importância do tempo livre também aparece como um marcador de diferenciação social: um dos principais elementos que diferencia os pobres dos ricos, e inclusive da classe média, é o acesso ao tempo livre, ao lazer e à cultura: a possibilidade de tirar férias, viajar, ir a shows, a festas. O que tem a ver não apenas com a renda do trabalho, mas também com algum nível de segurança no emprego que permita dispor e usufruir desse tempo livre e desses bens culturais.

Essas questões são de grande importância para a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas e nos remetem à noção de trabalho decente e a uma série de direitos garantidos pela legislação trabalhista brasileira, fortemente debilitada a partir do impeachment sofrido pela presidenta Dilma Rousseff e das diversas reformas instituídas a partir de então de caráter flexibilizador e destituidor de direitos sociais e trabalhistas. Entre eles, a garantia da jornada de 44 horas semanais de trabalho, do descanso semanal remunerado, das férias e do adicional de férias, do 13º salário, de condições adequadas de saúde e segurança no emprego. As velhas e novas formas de informalidade (entre elas aquelas que caracterizam os trabalhadores de plataformas) e o processo de precarização do trabalho que tem se intensificado no período recente tem criado um contingente cada vez maior de trabalhadores e trabalhadoras excluídos desses direitos.

As pessoas entrevistadas reconhecem a existência do machismo, do racismo e das desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho e em outras dimensões da vida (*slide* 18). Apesar dos avanços ocorridos no período recente, na opinião dos entrevistados, o machismo continua se expressando nas diferenças salariais entre homens e mulheres e na desvalorização da mulher no mercado de trabalho. Há diversos relatos de mulheres que ocupavam os mesmos cargos que os homens e recebiam salários inferiores, assim como de barreiras para desempenhar determinadas funções: “tem trabalho que mesmo a mulher sabendo fazer, eles querem só homens para fazer”. Até mesmo

os concursos públicos são vistos como garantindo mais cargos para homens que para mulheres.

Por sua vez o racismo se expressa, no entender dos entrevistados, na negação da igualdade de oportunidades de negros e negras em relação aos brancos. No mercado de trabalho isso se expressa em uma maior dificuldade de conseguir um emprego e em processos desiguais de competição por um posto de trabalho, que em geral favorecem os brancos e desfavorecem os negros, devido não às capacidades de uns e outros, mas à discriminação racial (*slide 20*).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das desigualdades que marcam a sociedade brasileira tem sido ao longo da história um obstáculo real à construção de uma sociedade mais justa e mais democrática e, simultaneamente, a um desenvolvimento sustentável. É central, numa perspectiva estruturante e de longo prazo, enfrentar as desigualdades de renda, de acesso a bens, serviços e direitos e as desigualdades de raça e gênero. É necessário, ainda, começar a fazer face à gigantesca concentração de riqueza e de terra nas mãos de poucos.

Essas são mudanças profundas que exigirão ações fiscais e prioridade orçamentária. Avançar no sentido de uma reforma tributária justa e solidária seria um primeiro passo. Mas, para tanto, temos que fazer um enfrentamento com a cultura do privilégio, que impera mesmo entre os que não são privilegiados, como vimos em alguns momentos nas falas dos entrevistados onde traços de preconceito e de meritocracia continuam a transparecer.

Por outro lado, a percepção sobre as profundas desigualdades que marcam a sociedade brasileira aflora quase que naturalmente nas vozes dos entrevistados e nos dão sinais de que existe espaço para avançar. A insatisfação em relação às desigualdades parecem estar à flor da pele.

O grande desafio posto é como transformar essa percepção em consciência cidadã e, ao mesmo tempo, reconstituir e aprofundar significativamente as políticas públicas e as ações coletivas dirigidas ao seu enfrentamento.

NOTAS SOBRE VIOLÊNCIA E RACISMO: O DESAFIO DE SUPERAR O PUNITIVISMO BRASILEIRO

JULIANA BORGES¹

SOFIA TOLEDO²

Uma pesquisa sobre Cultura Política no Brasil contemporâneo tem sua importância e pertinência não apenas para termos um panorama de como a população tem compreendido temas considerados polêmicos, mas, também, pelas motivações e análises para avançar na disputa hegemônica na sociedade. Se, por um lado, podemos refinar o diagnóstico, por outro, é inegável que os dados e componentes extraídos da pesquisa agora apresentada expandem desafios, confirmam ou questionam hipóteses – elementos, estes, centrais para que respostas tão complexas quanto sejam formuladas e vertidas em projeto e políticas públicas para o país.

Nossa contribuição à publicação, como consultoras do Projeto Reconexão Periferias, também da Fundação Perseu Abramo, se aterá

1. Juliana Borges é escritora e pesquisadora de Política Criminal, Relações Raciais, Violência e Segurança Pública. Conselheira da Plataforma Brasileira de Política de Drogas e da Iniciativa Negra por uma Nova Política de Drogas. Fundadora e Diretora do Orí Lab. Autora dos livros *Encarceramento em massa* (Jandaíra, 2019) e *Prisões: espelhos de nós* (Todavia, 2020). Estudou Letras (USP). Consultora na área de violência do projeto Reconexão Periferias da Fundação Perseu Abramo.

2. Sofia Toledo é graduanda em Ciências Sociais (USP), pesquisadora no Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV e pesquisadora na área de violência do projeto Reconexão Periferias da Fundação Perseu Abramo.

aos dados referentes às temáticas de violência, segurança pública e relações raciais levantados pela pesquisa. Nosso projeto é constituído por três eixos centrais: cultura; trabalho e informalidade; e violência. Nos cerca de cinco anos de existência do Reconexão Periferias, realizamos seminários e encontros regionais, que mobilizaram milhares de agentes e ativistas de coletivos periféricos e movimentos sociais. Além disso, produzimos quatro pesquisas envolvendo os eixos articuladores, sendo duas na área de violência. Nesse sentido, buscaremos estabelecer leitura diante dos dados apresentados, questões que se sobressaem e um olhar analítico crítico a partir dos acúmulos que construímos, seja pelas discussões, relatórios e dossiês publicados, seja pelas pesquisas desenvolvidas e que focaram a investigação na relação entre desigualdades e homicídios de jovens negros e as chacinhas como repertório de ação que permite analisar a politização das mortes no Brasil.

O RACISMO É UMA REALIDADE BRASILEIRA, E NÃO UMA IMPORTAÇÃO DO “TIO SAM”

É inegável que o debate em torno da questão racial no Brasil ganhou outros contornos. As discussões e demandas estabelecem-se de forma mais refinada, com avanços e aprimoramentos das pautas entre os ativismos e movimentos negros. Uma das motivações para esse refinamento de demandas pode ser compreendido por políticas públicas fundamentais que garantiram acesso a estudantes negros nos bancos universitários do país. Medidas desenvolvidas em governos populares de Lula e Dilma, como a Lei 10.639, que instituiu o ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira em currículos escolares, fundamentada de forma integral e em adequação a Lei de Diretrizes e Bases da Educação pelo fortalecimento do marco legal, formação de gestores e profissionais da educação, a produção de

material didático, condições institucionais para a execução da política, bem como acompanhamento e monitoramento das ações; o Prouni, pela Lei 11.096/05, sendo o maior programa de acesso ao ensino superior privado do país; o FIES, que passou a incluir o quesito raça/cor e, com isso, garantir maior acesso para financiamento de estudantes negros e indígenas; bem como a política de cotas, pela lei 12.711/12, que “atacou algumas estruturas simbólicas e de oportunidades de elites culturais e econômicas”³, foram importantes agentes e promotoras desse processo. No caso da política de cotas, temos, ainda, como resultado direto, não apenas a maior presença negra e indígena nas universidades, mas, também, um maior produção acadêmica desse contingente universitário, ansioso pela produção de conhecimento desvelando anos de apagamento epistêmico. E esse movimento, sem dúvida, causa incômodo.

Um discurso muito comum disseminado é o de que os militantes negros estariam importando a pauta racial dos Estados Unidos, um país notadamente de histórico de discriminação direta⁴ pelo regime de segregação das conhecidas leis “Jim Crow”. Ora, esse tipo de discurso pode ser compreendido sob duas hipóteses: a primeira demonstra superficialidade, assimilado ao mito da democracia racial, desconhecendo as complexidades de um sistema organizador como o racismo; e a segunda, ainda que relacionada ao mito da democracia racial, de dissimulação frente à problemática do racismo no país. Ou seja, uma postura de negação ao problema que pode, ainda, ser desdobrado em duas características: de um lado, a negação por desconhecimento; de outro, a negação por conhecimento e, mais, pela noção dos privilégios que envolvem pertencer ao grupo que se beneficia de uma sociedade racialmente estamental, mas que invisibiliza esse problema.

3. M. Lima; P. Ramos, “Educação e políticas de promoção da igualdade racial no Brasil de 2003 a 2014”, *Análise*, n. 31, 2017.

4. S. Almeida, *Racismo Estrutural*.

Contudo, o racismo é um sistema organizacional e adaptável, que se adequa às realidades e que é executado para garantia e manutenção de privilégios. E quando falamos em privilégios aqui, estamos falando de uma estrutura de poder.

A intelectual Lélia González realizou importantes reflexões sobre como o racismo se organiza no Brasil. Para a antropóloga, o racismo é um processo que também se interioriza nos que são por ele subalternizados e também se volta contra estes, porque “testemunhos vivos” de que não se trata apenas de uma herança europeia o que se constituiu nas Américas, fazendo isso de modo dissimulado, em negação. Em um dos seus textos mais importantes, “A categoria político-cultural da amefricanidade”, Lélia González nos apresenta duas concepções de racismo: a de racismo aberto e a de racismo disfarçado, que ela apresenta como “racismo por denegação”. O primeiro, mais presente em sociedades anglo-saxônicas, germânicas e holandesas, em que o processo de miscigenação foi totalmente rechaçado e a definição da negritude se estabeleceu pela política “da gota de sangue”. A autora não deixou de chamar atenção ao fato de que, em nenhum momento, essa repulsa à miscigenação e afirmativa de pureza tenham impedido os estupro sistemáticos de mulheres negras. Nesse processo, regimes segregacionistas – tendo em máximos exemplos a África do Sul, com o *apartheid*; e os Estados Unidos, com as leis Jim Crow – foram implementados sob as máximas de “iguais, mas separados”. Já na segunda concepção, de racismo por denegação, implementado em sociedades latinas e caribenhas, as teorias de miscigenação, de assimilação e de democracia racial tiveram mais força. Esses “emaranhados”, para usar expressão de Beatriz Nascimento, possibilitaram arranjos complexos que desembocaram em profunda alienação das influências e contribuições dos “amefricanos” nas sociedades latinas.

Esse sistema de racismo por denegação, portanto, permite as reproduções das ferramentas de classificação e hierarquização em

todas as instituições e tipo de relações sociais e intersubjetivas dessas sociedades, como na hierarquia entre o que seria cultura popular e cultura erudita. Ou mesmo na particularização e diminuição pelo corpo, pela parte, como a “exotização”, a qual a intelectual aludiu a outro conceito freudiano, nesse caso de “objeto parcial”. Um exemplo seria a fixação e hiperssexualização da bunda e o total desconhecimento de que a expressão advém do quimbundo, idioma dos “bundos”, uma etnia banto em Angola, e que exerceu grande influência linguística no país.

O que fica “escuro”, portanto, é que o racismo é sistêmico e adaptável, longe de uma importação, mas uma “realidade violenta”⁵ na constituição da sociedade brasileira.

“RACISMO EXISTE, MAS EU NÃO SOU RACISTA”

Na pesquisa, os entrevistados encontraram consenso de que há discrepância de acesso a oportunidades no país entre negros e brancos. Contudo, a problemática se explicita em quais saídas seriam as melhores no enfrentamento a essas desigualdades de oportunidades. Entre os entrevistados, a maioria, entre brancos e negros, se contrapôs a políticas de discriminação positiva, como as cotas raciais.

Em pesquisa realizada em 2014, pelo Instituto Data Popular, 92% dos brasileiros responderam acreditar que há racismo no Brasil. Mas apenas pouco mais de 1% se assumiram racistas. Na mesma pesquisa, a maioria dos entrevistados declarou já ter presenciado um branco referindo-se a uma pessoa negra como “macaca”. Contudo, apenas 12% relataram ter feito algo em relação ao que testemunharam. Estes dados, bem como os da pesquisa hora comentada, explicitam o quão “emaranhado” o racismo está na sociedade brasileira.

5. Afirmção da intelectual Grada Kilomba, em entrevista ao *Le Monde Diplomatique Brasil*.

A conquista da política de cotas no Brasil não foi sem um grande debate. Debates, seminários, compartilhamento de levantamentos e pesquisas sérias realizadas e, mesmo assim, enfrentou uma forte resistência, inclusive de setores da intelectualidade e artes brasileiras, muitos historicamente produtores de saber sobre escravidão e tendo pessoas negras como objetos de estudo. A grande defesa da meritocracia e da miscigenação como fenômeno que teria tornado cinzenta a zona das identidades brasileiras eram os fortes argumentos que falavam em: (a) importação de formulações estadunidenses; (b) racismo reverso; (c) acirramento das diferenças por conta da discriminação positiva. Todos os argumentos foram contra-argumentados não apenas por pesquisas produzidas no calor dos debates da primeira década dos 2000, mas também por históricas produções de pensadores como Florestan Fernandes, Virgínia Leone Bicudo, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzalez, já aqui citada.

A meritocracia, que significaria a conquista de sucesso por meio de esforço e talentos individuais, é uma das facetas mais bem difundidas no mito da democracia racial. Essa perspectiva ideológica simplesmente desconsidera, ou mantém oculto, o fato de que o entorno, as relações sociais, as condições ou o capital cultural impactam diretamente no sucesso alcançado pelos indivíduos e mesmo entre um grupo social. Para Bourdieu⁶, o capital cultural é tão importante quanto o capital econômico. E, pela lente do sociólogo, em sendo a escola e o ambiente escolar – não somente, mas de forma importante – espaço de geração de capital cultural, da diferenciação entre os de boa formação e os de formação simples, os que seguirão como líderes e os que serão liderados, ou os que serão exploradores e os que serão explorados, a disputa pela política de cotas não poderia passar incólume a um mito de que o esforço e o talento garantem acesso e sucesso. Os grupos dominantes do país sabem, certamente,

6. P. Bourdieu, *Capital cultura, escuela y espacio social*.

da importância do capital cultural para a manutenção das desigualdades e a concentração de poder. Assim, como ideologia, a meritocracia se dissemina como ferramenta do racismo de denegação brasileiro, capaz de aculturar a tal ponto que mesmo pessoas do grupo subalternizado acreditem na mensagem de que o esforço basta.

Para nós, o que esse dado da pesquisa aponta não é, portanto, um simplificado e superficial raio-x diante de uma questão “polêmica” para a sociedade brasileira. Mas, um dado que adverte e impõe perguntas e questionamentos do quão complexas são as ferramentas e aparatos de manutenção das desigualdades brasileiras.

Assim, o subtítulo que apresenta a afirmação de que o racismo é até admitido no Brasil, mas rechaçado como uma faceta reproduzida no âmbito das relações cotidianas pelos próprios verbalizadores de tal constatação é importante. Se o problema está no outro, como garantir comprometimento para a sua solução.

A intelectual Grada Kilomba, em seu clássico *Memórias da Plantação*, retoma um importante instrumento formulado pelo intelectual Paul Gilroy: os cinco mecanismos distintos de defesa do ego branco”. Mas por que eles existem? O que assusta o sujeito branco quando a questão a ser enfrentada é o racismo, o colonialismo e nossa história escravocrata? Quais são os mecanismos que ativam a necessidade, inclusive enquanto projeto, de apagamento histórico, político, social e cultural?

Como dissemos anteriormente, há incômodos gerados a partir de políticas públicas que interferem nas dinâmicas de poder. O incômodo pode ser lido de variadas formas, mas uma delas é interessante na relação com os mecanismos de defesa do ego já citado: o medo branco. Para o historiador Sidney Chalhoub, esse é um mecanismo que busca sofisticar argumentos para que seja possível desqualificar ou combater “aquilo que é visceralmente temido”⁷. O medo é uma con-

7. S. Chalhoub, “Medo branco das almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio”, em *Papéis avulsos*, vol.2, jul., 1986.

sequência do temor diante de insurgência a partir do reconhecimento e da fala do sujeito negro. Como desenvolve Grada Kilomba, de um medo “apreensivo de que, se o sujeito colonial falar, a/o colonizadora/or terá que ouvir. Seria forçado a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades da/o ‘outra/o’. Verdades que têm sido negadas, reprimidas, mantidas e guardadas como segredo”⁸.

O medo branco aciona o afastamento de “verdades desagradáveis” de tal modo que estas se tornam inconscientes e se incorporam ao *habitus*⁹. Além disso, essas ideias quando confrontadas causam ansiedade, culpa e vergonha, por isso precisam ser incorporadas de tal modo que sejam naturalizadas, como comportamento esperado. Os cinco mecanismos envolvem negação/recusa; culpa; vergonha; reconhecimento; e reparação.

A negação/recusa é reproduzida no inconsciente, como primeiro mecanismo para que as “verdades desagradáveis” não sejam enfrentadas. Assim, recusa-se o reconhecimento da realidade que, quando confrontada, será projetada no outro. A culpa atinge a esfera moral, porque um conflito “ao pensar que não deveria ter feito algo”, em que há mais preocupações pelas consequências que determinados atos ocasionam. Nessa fase, o sujeito branco busca racionalizar o acontecido ou “desmenti-lo” como se situações racistas fossem pequenos mal-entendidos, que poderíamos exemplificar com o discurso de que “somos todos humanos” ou que precisamos de um “dia da consciência humana”.

Em terceiro lugar, há o mecanismo da vergonha, em que o sujeito branco tem medo da falha, de não ter um comportamento esperado para se afirmar antirracista. O sociólogo Norbert Elias afirmou que a

8. G. Kilomba, *Memórias da plantação*.

9. Pierre Bourdieu conceitua “*habitus*” como “uma estrutura estruturante” que acaba por “reproduzir as estruturas objetivas das quais são produtos”. Ou seja, uma relação dialética, de ações que antecipam reações, mesmo que não de forma intencional, entre indivíduos de um mesmo grupo ou de um grupo em relação a outro. Ou seja, o *habitus* impacta nas condições de existência, no que os indivíduos e seu grupo compreendem como possível ou não, razoável ou não para si e nas dinâmicas sociais. Assim, o *habitus* se estabelece como “sistema de posições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações” (p. 65).

vergonha é acionada quando o que se espera pelo hábito acaba sendo transgredido. Para isso, é preciso ter a mínima percepção do comportamento executado, mesmo que isso não esteja totalmente explícito ao sujeito¹⁰.

A outra dimensão é a do reconhecimento, quando o sujeito branco percebe, e de forma consciente, sua branquitude, e como está posicionado na rede de relações sociais. Por fim, a dimensão da reparação, quando esse indivíduo, ou grupo, buscam construir estratégias para mudanças estruturais.

Ao confrontarmos a afirmação do subtítulo, fica evidente que haveríamos de estabelecer não apenas políticas públicas, mas garantir eixo fundamental de monitoramento e acompanhamento do ponto de vista da gestão. Mas, do ponto de vista político, esse acompanhamento envolve lidar com os cinco mecanismos do ego branco e confrontá-los não apenas sob a égide individual, mas de forma coletiva. Isso não se faz por uma constatação que interdita o debate, mas pela constatação que permeia tensionamentos e promove debate na arena pública de debates.

POLÍCIA PARA QUEM?

Entre os entrevistados, a posição sobre as corporações policiais é contraditória. Ao passo que a maioria acredita haver abuso policial e que o modelo atual de Segurança Pública não resolve, de fato, o problema da violência, uma maioria também compreende que a corporação policial ainda é necessária. A polícia é vista como corrupta e violenta, principalmente para o grupo de pessoas negras e pobres. O grupo de jovens-homens-negros apresentaram maior desconfiança nas instituições de segurança, até com certa indignação.

10. N. Elias, “Sugestão para uma teoria dos processos civilizadores” (itens I; V e VI), em *O processo civilizador*, v.2, 1993

Os marcadores sociais da diferença explicitam as divergências de percepção e experiência com os aparatos repressivos. Se, por um lado, jovens-homens-negros compreendem as problemáticas violentas da polícia; por outro, o grupo de homens-brancos, mais velhos e de maior renda compreendem a polícia como mal remunerada e despreparada, mas como importante aparato de proteção ao “cidadão de bem”. Essa é uma dicotomia que representa muito o Brasil.

Em recente pesquisa realizada pela Rede de Observatórios da Segurança Pública, ligada ao Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, “Pele-alvo: a cor da violência policial”, fica evidente que ser negro no Brasil é ser tido como “elemento suspeito”. As políticas de Segurança Pública no país reforçam estereótipos que relacionam negritude a criminalidade, posto que a narrativa de guerra às drogas e de combate a um inimigo interno define como essa violência é distribuída e a quem é endereçada. Segundo a pesquisa, “negros são os que mais morrem em ações policiais, independente do tamanho da população negra do lugar”¹¹. Ou seja, há racialização nos alvos das ações policiais. No ano de 2020, nas cidades de Salvador, Recife e Fortaleza, todos os mortos pela polícia eram negros. A pesquisa ainda encontrou a omissão de alguns estados estudados em relação à cor dos assassinados pela polícia, como é o caso do estado do Maranhão, que sequer monitora esse dado relevante para diagnóstico das desigualdades no país.

A criminalização da população negra e a relação entre negritude e criminalidade se estabelece em processos históricos, posteriormente buscando uma base de sustentação no eugenismo e se entranhando no imaginário social. O corpo negro, portanto, segue sendo visto como território no qual todo tipo de estímulo e violência podem ser exercidos, constituindo esse grupo como os inimigos internos que precisarão de uma série de mecanismos para seu controle. Assim, as diferen-

11. S. Ramos *et al.* *Pele-alvo: a cor da violência policial*.

ças de atuação da polícia dentro e fora de territórios majoritariamente negros e pobres são sustentadas pelo medo e pela relação que se faz destes territórios e dos indivíduos residentes como perigosos. E, se assim o são, a ação da polícia será sempre de repressão e de combate, e não de proteção. Evidente que a instituição policial é composta também por pessoas negras, seja em escalões inferiores, seja até em postos mais altos de comando. Contudo, como apontam Silvia Ramos e Leonarda Musumeci, em “Elemento suspeito”, “em vez de isso abrir uma porta ao debate franco sobre os temas da raça e do racismo, serve frequentemente de pretexto para contorná-lo”¹². A mesma pesquisa, que se focou em alguns aspectos no questionamento sobre as *blitz* realizadas pela polícia, aponta, também, a contradição na relação com a polícia: parte significativa dos entrevistados, 72%, apoiavam a continuidade das *blitz* e acreditavam que essa ação aumentava a sensação de segurança. Contudo, quando a pesquisa indagou se essas mesmas pessoas verificavam algum aspecto positivo quando foram abordadas e paradas em *blitz*, a imensa maioria respondeu que não. Ou seja, a dimensão pontuada aqui, e que se confere principalmente ao cidadão de bem, é de que a polícia é uma corporação que deve agir sobre outros e, em geral, o outro é atrelado a figuras que compõe os grupos selecionados pelos estereótipos racistas para sofrer o peso da criminalização.

O que a pesquisa, ora aqui discutida, aponta para nós sobre essa percepção acerca da polícia é de que mais do que utilizarmos o dado para defender a manutenção de tal instituição, precisamos lançar luz às problemáticas trazidas pelo grupo mais visado da ação policial: de que há abuso de autoridade e viés racializado em abordagens; e de que as ações empreendidas até então, ostensivas e repressivas, não têm logrado avanços no combate ao crime. Ou seja, as informações coletadas das entrevistas apontam oportunidades para discutirmos ampla-

12. S. Ramos; L. Musumeci, *Elemento suspeito*: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro.

mente na sociedade sobre outros modelos de segurança, talvez, mais comunitários, participativos e de mediação de conflitos. Além disso, a discussão acerca da desmilitarização, bem aceita até entre policiais, principalmente praças, é uma emergência, dado que estruturas altamente verticalizadas são ligadas diretamente a dinâmicas autoritárias.

A dinâmica de guerra na Segurança Pública é um problema emergente a ser enfrentado, tanto pelas consequências para a população quanto para os próprios policiais. Para explorar brevemente essa questão, podemos falar dos impactos na saúde mental tanto de “civis” quanto de policiais. Poucos são os estudos que estabelecem cruzamentos de dados envolvendo saúde mental, raça, classe e violência. Em geral, o que encontramos são recortes entre saúde mental e violência (poucos), saúde mental e gênero, saúde mental e raça. Uma análise sistêmica, em geral, encontra poucos ecos seja na Psicologia ou em áreas das Ciências Humanas. Nos últimos anos, é perceptível a maior incidência de formulações, busca de dados que não sejam tão compartimentados e as primeiras impressões, por meio de revisões bibliográficas, é de que a Psicologia social teve maior preocupação em relacionar violência e saúde mental do que a Psicologia clínica, por exemplo.

De pronto, podemos afirmar, sem qualquer problema, que a violência é das pandemias mais devastadoras do mundo, mas principalmente das Américas. Países latinos estão entre os mais violentos do mundo. E organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde têm apresentado, sistematicamente, a violência como uma questão de saúde pública, mas também associando-a a problemas de saúde física e mental, com impactos diretos e indiretos na carga de doenças no mundo todo. A violência, ainda segundo a OMS, agrava ou engatilha sofrimentos emocionais e sintomas psiquiátricos como depressão, ansiedade, entre outros; além de uso abusivo de substâncias como álcool e outras drogas.

No início dos anos 2000, uma pesquisa realizada pelo IBOPE, encomendada pela Associação Brasileira de Familiares, Amigos e portadores de Transtornos Afetivos (ABRATA), apresentou que pessoas das classes C e D eram mais suscetíveis (25%) à depressão do que pessoas das classes A e B (15%), conforme apontou artigo de Marizete Damasceno e Valeska Loyola¹³. Já a pesquisa São Paulo Megacity Mental Health, de 2012, apontava também uma maior incidência de transtornos de ansiedade em pessoas com menor escolaridade e que a violência se apresentava com um gatilho para o uso abusivo de álcool e outras drogas.

Nas Américas, o Brasil fica atrás apenas dos Estados Unidos em diagnóstico de problemas relacionados à saúde mental (em 2018, os dados estavam em torno de 12 milhões de brasileiros). Se focalizarmos apenas em ansiedade, somos o primeiro país em diagnóstico no mundo, atingindo cerca de 9% da população. Segundo a OMS, o suicídio é a terceira causa de mortes entre jovens no país; no caso das jovens mulheres, é a segunda maior causa de mortes. A primeira é a violência interpessoal, um conceito amplo e que abarca de agressões, violência urbana até feminicídios. Em estimativa do mesmo organismo, cerca de 10% da população de adolescentes no mundo comete alguma violência contra si.

A discriminação racial diária tem impactos diretos na saúde mental da população negra brasileira. A dinâmica de tensões raciais nas relações intersubjetivas e objetivas impõe um estado de alerta contínuo¹⁴, acarretando indisposição, fadiga física e mental. A experiência de pequenas agressões cotidianas causa sofrimento psíquico de pessoas negras, já que envolve um empenho contínuo para lidar com essas situações, além do acúmulo ao buscar administrá-la. Em psicologia, esse processo é discutido como “Dano por Estresse Traumático de

13. Referências estão incluídas na bibliografia ao final do artigo.

14. Por relações intersubjetivas, estou tomando a discriminação sentida em interações cotidianas, principalmente interétnicas. Por relações objetivas, estou tomando como ponto a discriminação pela violência urbana.

base Racial”. Essa é uma nomenclatura trabalhada em diálogo com o conceito de Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT) definida pelo médico dr. Dráuzio Varella como:

um distúrbio da ansiedade caracterizado por um conjunto de sinais e sintomas físicos, psíquicos e emocionais em decorrência de o portador ter sido vítima ou testemunha de atos violentos ou de situações traumáticas que, em geral, representaram ameaça à sua vida ou à vida de terceiros. Quando se recorda do fato, ele revive o episódio, como se estivesse ocorrendo naquele momento e com a mesma sensação de dor e sofrimento que o agente estressor provocou. Essa recordação, conhecida como revivescência, desencadeia alterações neurofisiológicas e mentais.

O “Dano por Estresse Traumático de Base Racial” acarreta, conforme apontam as pesquisadoras Marizete Damasceno e Valeska Zanello, variados sintomas físicos e mentais como taquicardia; hipertensão arterial; úlcera gástrica; ataques de pânico; ansiedade; ataques de raiva violenta; depressão etc. Destaco, entre esses, os ataques de raiva violenta em paralelo a como bell hooks refletirá sobre os efeitos da raiva simplificada, ou do que seria o ódio para Audre Lorde. Ou seja, um processo de internalização e acúmulo da raiva que o faria eclodir no interior das comunidades e famílias negras. Diversos documentos formulados pelo movimento negro brasileiro apontam para as problemáticas em torno do racismo e da violência, ou se tomarmos emprestada a afirmação de Grada Kilomba, do racismo como uma realidade violenta. Na Política Nacional de Saúde Integral da População Negra – aprovada em 2006, pelo Conselho Nacional de Saúde; e instituída pelo Ministério da Saúde, em 2009 – consta nas estratégias de gestão a formulação e execução de políticas públicas direcionadas aos cuidados da saúde mental. Ou seja, há o reconhecimento de que as experiências de racismo e da violência constituem peso psicológico nas periferias e entre negros.

A guerra às drogas é das políticas contemporâneas mais bem aprimoradas para controle e extermínio porque impacta e atravessa um conjunto de dinâmicas, instituições, relações e campos da vida. Imagine a tensão psíquica ao conviver em comunidades em que a qualquer momento uma operação policial pode ser realizada, em que trocas de tiro são constantes, onde as crianças não estão seguras na escola, nem mesmo em casa? Imagine os impactos psíquicos nos familiares dos jovens assassinados todos os dias pela violência urbana? Não se trata, portanto, de uma questão de menor importância. A inicial discussão sobre um outro modelo de segurança pública envolve a promoção de espaços de mediação de conflitos na esfera civil e soluções menos punitivas e restaurativas.

Na saúde mental de policiais os danos não são menos importantes. Os dados sobre vitimização policial têm impressionado e devem ser observados com atenção porque, a nosso ver, eles explicitam e corroboram tanto formulações quanto ativismos que têm denunciado a guerra às drogas como um discurso em que as vítimas são, em sua maioria, homens-negros.

Dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2019 – a partir de dados de 2018 –, apresentam uma dinâmica que, no mínimo, deve nos levar a refletir sobre o alcance de guerra cotidiana e militarizada tanto no interior das corporações policiais quanto nos territórios e grupos que são alvo dessa política. Segundo o documento, 343 policiais, entre civis e militares, foram assassinados em 2018. À primeira vista, o número poderia ser visto de modo positivo, pois representa uma queda de 10,4% em relação a 2017. Mas o cenário segue preocupante. Destes, 75% foram mortos fora de serviço, ou seja, 256 policiais foram mortos quando não estavam trabalhando, ao passo que 87 foram mortos em confronto. O perfil destes policiais é de 97% homens, 51,7% negros, 65, 5% tinham entre 30 e 49 anos e 32% foram vítimas de

latrocínio (roubo seguido de morte ou de graves lesões corporais na vítima). Um outro dado nos chama atenção: em 2018, 106 policiais na ativa cometeram suicídio (em 2017, foram 74, entre policiais civis e militares). Ou seja, o número de policiais que se suicidam superou o de policiais que morrem em confrontos, decorrentes de operações policiais. O que podemos aferir desses números? E por que devemos olhar com atenção para eles? Primeiro, por algo básico: observar esse fenômeno como algo que não é isolado e como um retrato de uma realidade que precisamos questionar.

O senso comum tem uma percepção objetificada policial, baseada em mitos que são constantemente reforçados seja pelas instituições seja pela mídia com seus programas e séries televisivas que pintam a atividade policial como heroica – além da formação no imaginário, em futuros distópicos, nos quais policiais literalmente são representados como máquinas que não pensam, não têm frustrações, muito menos agência. Essa construção imagética é incentivada, alimentada e reproduzida cotidianamente, como se policiais não fossem, também, atingidos por problemas e dificuldades, como se não enfrentassem abalos físicos e emocionais. A própria formação e funcionamento das corporações é organizada por uma estrutura extremamente vertical, centralizada, padronizada e militarizada, em que a reflexão e o livre pensamento são reprimidos por uma série de códigos e condutas disciplinares rígidas e que impactam violentamente no corpo, na psiquê e na moral dos policiais.

A ideia de racionalização e de civilidade empreendida nessas instituições tem caráter extremamente desumanizador e com severas consequências na saúde dos agentes da segurança. O apoio institucional não é visto como uma necessidade, seja pelas corporações seja pela sociedade, embevecida da ideia de policiais combatentes e aguerridos, sempre a postos. E a dinâmica de combate a um inimigo interno, de guerra, promove esse ambiente e situação pela forte pressão interna e

social. Mas o que estamos deixando de enfrentar quando assim pensamos? Quais os silêncios que estamos exercendo que não têm percebido dinâmicas trituradoras de pessoas, de comunidades, de grupos sociais? Basta que pensemos nos processos de formação dos policiais, a despeito de acharmos que não se trata de pensar soluções apenas nessa esfera, e que muitas vezes foram romantizados nas telas de cinemas e com aplausos entusiasmados do público. Que tipo de agentes de segurança estão sendo formados? Quem ganha com essa política que destroça um grupo selecionado na sociedade e que é impactado com ou sem farda?

BRASIL E A FACE PUNITIVA

Outro interessante aspecto da pesquisa ora comentada diz respeito a como os entrevistados enxergam a punição. A percepção da maioria é de que é necessária a repressão rigorosa “aos bandidos”, além de posições sobre “bandidos irrecuperáveis” e prisões como “universidades do crime”. Por outro lado, há um campo que se abre nas discussões sobre punição e sistema prisional, quando estes mesmos entrevistados reconhecem as condições insalubres das unidades prisionais brasileiras e que há determinados delitos que seriam menos condenáveis, como “roubar para comer”. Mas o fato é que a punição norteia toda percepção e compreensão sobre solução de conflitos, ainda atrelada a uma lógica de retribuição e menos de reparação.

De forma geral, os entrevistados ainda se prendem às prisões como instrumentos inevitáveis para lidar com quebras de pactos sociais. A punição surge como um elemento naturalizado nas relações e imaginário social. Quem são os grupos que compõem a imagem de bandidos incorrigíveis?

É certo que vivemos um momento de repressão como nunca antes. Em 1990, a população em situação prisional no Brasil era

composta por pouco mais de 90 mil pessoas. Em 2022, a população carcerária é composta por pouco mais de 682 mil pessoas – retirando-se da contagem pessoas que cumprem pena em regime aberto ou que estão presas em carceragens da Polícia Civil¹⁵. A superlotação no sistema prisional brasileiro é de 54,9% acima da capacidade, mesmo após observarmos uma leve queda no contingente de pessoas em situação prisional, questão que requer mais observações e análises para compreender as causas como, por exemplo, se essa redução se deve a medidas tomadas durante a pandemia da COVID-19.

As posições dos entrevistados acerca da punição foram extremamente incisivas e, para casos que consideravam “irrecuperáveis”, com defesas de perdas de direitos constitucionais e até pena de morte. Para o antropólogo Didier Fassin, punição e vingança compõem a mesma chave, posto que “compartilham uma estrutura comum, a saber, uma pena infligida por uma dada razão com o desejo de que a outra pessoa saiba o porquê”¹⁶. A busca da distinção entre punição e vingança, tema de muitos estudiosos, faria com que a deslegitimação de uma, a vingança, legitimasse a outra, a punição, conforme aponta Fassin. Ao retomar Durkheim e sua afirmativa de que “a pena não deixa de ser, ao menos em parte, uma obra da vingança”, por Fassin, nos aponta questões a serem discutidas se o dado da percepção dos entrevistados da pesquisa servir para que espectros da esquerda insistam em não enfrentar o problema na reprodução da dinâmica da punição.

A punição é diretamente ligada ao castigo. Como nos lembra a intelectual Carla Akotirene, ao estudar o sistema penitenciário feminino de Salvador, até na raiz etimológica da palavra “penitenciária” está presente a penitência, ou seja, uma pena para expiação do erro, como se a quebra de pactos sociais, condutas consideradas criminosas estivessem relacionadas a pecados e, portanto, o cárcere visto como

15. Dados do Departamento Penitenciário/MJ, Governo Federal.

16. D. Fassin, *Punir*: uma paixão contemporânea.

esse espaço de readequação¹⁷ e purificação¹⁸. Ainda, corroborando as ideias acima, citamos Fassin:

A equivalência semântica entre castigo e sofrimento vai de par com a equivalência penal entre crime e sofrimento: é porque punir significa fazer sofrer que filósofos, juristas, legisladores e magistrados são encarregados de estabelecer uma correspondência minuciosa entre o crime cometido e o sofrimento imposto, e, ao inverso, é porque estimamos que a expiação do crime exige uma certa quantidade de sofrimento que punir não é nada mais do que fazer sofrer”. (FASSIN, 2021, p. 67)

A própria definição e etimologia de “punir” está diretamente relacionada à ideia de castigo e imputação de sofrimento ao outro. A despeito das prisões, em seu surgimento, se estabelecerem pela narrativa da humanização, o que vemos objetivamente, na contemporaneidade, é um instrumento de controle e tortura. Mesmo para o objetivo de docilização de pessoas, como apresentado pelo filósofo Michel Foucault, as prisões brasileiras não têm cumprido função para os que a defendem, haja vista que podem, e devem, ser lidas mais como espaços de brutalização.

A ideia principal na defesa da punição é a de prevenção do ato criminoso. Mas há diversos estudos que apontam a falsa relação entre ampliação de penas e punições e diminuição da criminalidade. Em realidade, as prisões e as dinâmicas punitivas servem à marginalização e à manutenção de desigualdades, baseadas em hierarquias raciais porque grupos são selecionadas para o exercício da tutela e criminalização pelo Estado. Se a lógica dos que defendem as prisões é a correta, por que o objetivo de compensação e “regeneração” de pessoas presas não se aplica? Estaria o sistema penitenciário em crise ou seu mo-

17. M. Foucault, *Vigiar e Punir*.

18. C. Akotirene, *O pai, prezada!...*

delo é, justamente, formulado, reproduzido e executado desse modo porque parte da engrenagem de exclusão, expropriação e exploração do capitalismo racial carcerário? Comunidades seguem cada vez mais militarizadas, conflitos cada vez maiores na sociedade acontecem e, mesmo com a ampliação de vagas e unidades prisionais, os índices de criminalidade permanecem ou aumentam.

O cárcere, em verdade, tem sido mecanismo de precarização da vida de milhões de pessoas, tanto durante o cumprimento da pena, pelo “estado inconstitucional”, segundo o próprio Supremo Tribunal Federal, de suas instalações; quanto pelo estigma carregado por familiares e egressos que enfrentam muitas barreiras para reinserirem-se na sociedade. Nesse sentido, as questões levantadas pelos entrevistados são, em verdade, mais do que diagnóstico, mas pistas para uma disputa necessária de outro modelo de mediação de conflitos, baseado em reparação e restaurações das relações sociais.

Uma das questões importantes a serem pontuadas ao buscarmos repensar o papel das prisões e sobre modos de disputa do senso comum sobre a Justiça Criminal e o Sistema Penitenciário, é se o caminho para a defesa de inocentes ou injustiçados sistêmicos questiona ou, em verdade, acaba por validar o sistema e seus modos de atuação. Em *Contra a inocência: raça, gênero e as políticas de segurança*, a pensadora e estudiosa Jackie Wang apresenta as problemáticas em se ter a inocência como condição prévia para gerar empatia e em campanhas que buscam combater o racismo. Primeiro, porque deslocaria uma responsabilidade sistêmica ao plano individual; segundo, porque, com isso, reforçaria que os aparatos criminais e punitivos do Estado serviriam para proteger grupos marginalizados. Uma “política da inocência”, conforme assevera Wang, traria à tona o plano individual da violência racista como se excepcional e não sistêmico, reforçando o Estado Penal. Pessoas em privação de liberdade também têm direitos e o cárcere não pode seguir como espaço de desumanização. Seguir na

chave da “política da inocência” é apostar na despolitização em vez da disputa necessária para que a sociedade mude radicalmente os modelos de solução de conflitos até agora reproduzidos.

A presente pesquisa traz elementos importantes para captarmos a percepção política das pessoas, principalmente sobre temas considerados historicamente sensíveis na sociedade brasileira. Para nós, a pesquisa também propicia um flanco de debates sobre caminhos a serem percorridos, formulações de diversos especialistas e ativistas a serem aproveitadas, na formulação de políticas públicas que, na busca por soluções, acabem por aprofundar um quadro de desigualdades sociorraciais no país. As discussões e acúmulos do projeto Reconexão Periferias caminham pela via de que as matrizes de dominação são interseccionadas e que questões como prisões, violência e política de drogas precisam ser pensadas pelo prisma do enfrentamento ao capitalismo racial carcerário. Ou seja, só conseguiremos lidar com as questões envolvendo uma sociedade violenta, punitiva e racista se levarmos em conta formulações que não pensem o racismo como secundário. A questão da redistribuição e do reconhecimento, bem como da expropriação, exploração e descartabilidade caminham juntas. E as soluções à esquerda devem partir, a nosso ver, de proposições que tensionem avanços e não retrocessos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S.; MINAYO, Maria Cecília. “Risco e (in)segurança na missão policial”. In: *Revista Ciência & Saúde Coletiva*. vol. 18, núm. 3, 2013, pp. 585-593. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/630/63025680028.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.

AKOTIRENE, Carla. *Ó pai, prezada! Racismo e sexismo institucionais tomando bonde no conjunto penal feminismo de Salvador*. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo Estrutural*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BORGES, Juliana. O racismo é uma realidade violenta. In: *Le Monde Diplomatique*. Julho, 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-racismo-e-uma-realidade-violenta/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

_____. *Encarceramento em massa*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2019.

_____. *Prisões: espelhos de nós*. Coleção Ensaios sobre a Pandemia. São Paulo: Todavia, 2020.

BOURDIEU, Pierre. *Capital cultura, escuela y espacio social*. México: Siglo Veintiuno Editores, 2013.

BRUNA, Maria Helena V. “Transtorno do Estresse Pós-Traumático”. *Site Drauzio Varella*. Disponível em: <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/transtorno-do-estresse-pos-traumatico/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

CHALHOUB, Sidney. “Medo branco das almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio”. In: BRETAS, Marcos (org). *Papeis avulsos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, vol.2, jul., 1986.

DAMASCENO, Marizete G.; ZANELLO, Valeska M. L. “Saúde mental e racismo contra negros: produção bibliográfica brasileiros dos últimos quinze anos. In: *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*. Vol. 38, n.3. Brasília. Jul./Set., 2018.

_____. “Psicoterapia, raça e racismo no contexto brasileiro: experiências e percepções de mulheres negras. In: *Psicologia em Estudo*. Vol.24. Maringá. Dez, 2019.

ELIAS, Norbert. “Sugestão para uma teoria dos processos civilizadores” (itens I; V e VI). In: _____. *O processo civilizador*. v.2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

FASSIN, Didier. *Punir: uma paixão contemporânea*. Belo Horizonte: Âyiné, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Núcleo de Estudos da Violência da USP. “População carcerária diminui, mas Brasil ainda registra superlotação nos presídios em meio à pandemia”. Monitor da Violência. Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2021/05/17/populacao-carceraria-diminui-mas-brasil-ainda-registra-superlotacao-nos-presidios-em-meio-a-pandemia.ghtml>. Acesso em: 02 maio 2022.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Vozes, 2014.

KILOMBA, Grada. “O racismo é uma realidade violenta”. In: *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/o-racismo-e-uma-realidade-violenta/>. Acesso em: 03 jun. 2022.

_____. Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano. São Paulo: Cobogó, 2019.

LIMA, Marcia; RAMOS, Paulo. “Educação e políticas de promoção da igualdade racial no Brasil de 2003 a 2014”. *Análise*, n. 31, São Paulo, FES, 2017. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13615.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2022.

RAMOS, Silvia *et al.* *Pele-alvo: a cor da violência policial*. CeSeC, dez. 2021.

RAMOS, Silvia; MUSUMECI, Leonarda. *Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

WANG, Jackie. *Capitalismo carcerário*. São Paulo: Igra Kniga, 2022. (no prelo)

DEMOCRACIA RELATIVA E CORRUPÇÃO COMO ELEMENTOS DO CONSERVADORISMO ATUAL¹

ANDRÉ SINGER²

A pesquisa qualitativa realizada pelo NOPPE da Fundação Perseu Abramo (FPA) em setembro de 2021 com 69 eleitores, situados, à primeira vista e ao menos em parte, entre o que o economista Waldir Quadros chamaria de Baixa Classe Média e Média Classe Média, revelou uma interessante constelação ideativa, a qual ajuda a entender aspectos do conservadorismo no Brasil contemporâneo³. Sobretudo, no que se refere à notável contradição entre valorizar a democracia e aceitar intervenções não democráticas.

Neste artigo, trabalharemos a hipótese de que a centralidade atribuída pelos entrevistados à corrupção “resolve” em parte o conflito entre as duas posições antagônicas, contribuindo para elucidar, talvez, aspectos pouco claros do pensamento que se inclina à direita. Quiçá, os depoimentos forneçam, também, na mesma direção, pistas para compreender

1. Agradeço o auxílio de Jordana Dias Pereira, coordenadora do NOPPE/FPA, com quem debati vários aspectos da pesquisa, e Matheus Tancredo Toledo, pesquisador da FPA, que coletou os trechos mais significativos das entrevistas para os temas em debate no artigo.

2. Professor titular do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

3. Para a referida classificação, ver Waldir Quadros, “A evolução da estrutura social brasileira: Notas metodológicas”, *Texto para discussão*, Instituto de Economia da UNICAMP, n. 147, nov. 2008, p. 12.

o conservadorismo popular. Embora a amostra selecionada não constitua um retrato do “povão”, trata-se de camada que tem vasos comunicantes com o que Quadros denomina Massa Trabalhadora. Convém registrar, contudo, que, sendo um estudo de caso, as observações devem ser tomadas enquanto abertura para futuras perquirições confirmatórias.

Deve-se ressaltar, igualmente, que o levantamento do NOPPE abordou indivíduos que chegaram, e muitas vezes concluíram, o ensino médio, parte deles indo até a universidade, o que os distancia, em alguma proporção, do universo característico dos cidadãos pobres. Tratou-se, por sinal, de brasileiras e brasileiros que possuíam ligação estável de internet (por meio da qual ocorreram as entrevistas durante a pandemia), o que dista de ser universal na população. Talvez, por isso, se encontrem, com frequência, no escalão profissional que Quadros classifica de Baixa Classe Média: “auxiliares de escritório, professores de nível fundamental, balconistas, auxiliares de enfermagem etc.”⁴. Mas há respondentes acima e abaixo de tal faixa, como agricultores, fisioterapeutas e gerentes⁵. Encontrando-se, no momento das entrevistas, equidistantes entre o lulismo e o antilulismo, o universo correspondeu a uma interessante coleção de centristas. Fora dos polos de esquerda (mais próximo ao petismo) e de direita (mais chegado ao antipetismo), o modo de pensar aqui mostrou-se bastante heterogêneo. Por outro lado, observou-se que estes sujeitos moderados avaliavam o cenário estabelecido por um governo radical como o de Bolsonaro com certa fleuma, afastados da indignação que se poderia esperar.

O recorte em torno do centro mostrou-se particularmente rico por ser um segmento menos conhecido, constituindo, até 2010, terreno próprio à classe média tradicional, ampliando-se somente na se-

4. Sobre o uso do critério profissional ver André Singer, *O lulismo em crise: um quebra cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018, p. 80.

5. Em particular, vale assinalar o tipo de profissões da Média Classe Média, segundo Quadro: técnicos de nível médio, supervisores, professores de nível médio, cujos símiles aparecerão neste artigo. Ver, a respeito, André Singer, *ibidem*, p. 80.

gunda metade daquela década⁶. Ao permitir o exame de segmentos centristas menos aquinhoados, o que talvez ajude a explicar a opção moderada ter alcançado cerca de 30% das preferências nacionais em 2017, o NOPPE também inovou. Como a classe média tradicional é, em linhas gerais, mais transparente para os analistas, pois, além de ser o estrato de onde uma parcela deles se origina, ali as opiniões e os interesses tendem a coincidir, isto é, guardar maior coerência, ficam salientes as novidades proporcionadas pela heterogeneidade de opiniões da presente amostra.

Neste capítulo, estivemos interessados nos elementos conservadores do grupo abordado pelo NOPPE, isto é, aqueles que, de maneira vaga e aproximativa, pendiam para o que se poderia imaginar como centro-direita, deixando de lado os que tinham abertura para posições progressistas, portanto, de centro-esquerda, ou procuravam se manter neutros, estritamente ao centro. Embora o autopoicionamento na escala ideológica não tenha sido perguntado, selecionamos, dentre o total de entrevistados, de forma livre e pouco exaustiva, um subgrupo que apresentava o que julgamos posições conservadoras no plano institucional e econômico.

Por exemplo, os que demonstraram algum grau de compreensão para com o regime militar ou simpatia pelo capitalismo atraíram a atenção das linhas a seguir. Já os que manifestaram críticas frontais à ditadura ou abertura para o socialismo foram descartados. Excluímos, ademais, os que apresentavam opiniões opostas sobre tópicos sensíveis, demonstrando acentuada neutralidade. Para não ampliar em demasia o escopo de um artigo enxuto, optamos por filtrar as entrevistas apenas pela dimensão política. Em consequência, posições conservadoras relativas a costumes ficaram fora do ângulo de observação.

6. Ver, a respeito, os dados do Datafolha apresentados em André Singer. “A reativação da direita no Brasil”. *Opinião Pública*, vol. 27, 3, set-dez 2021, p. 712, os quais indicam uma elevação do centrismo a partir de 2016.

Feita a seleção, saltou à vista que o repúdio aos políticos perpassava a subamostra obtida. A desconfiança generalizada em relação à classe política, a opinião de que abusa do poder e é incompetente para gerenciar os problemas da sociedade apareceu, de um modo ou outro, no conjunto das falas. Não havia, porém, nelas, como seria imaginável, ódio aos representantes. O sentimento de raiva despontou em raras ocasiões, predominando o desgosto. Transpareceu, acima de tudo, um diagnóstico frio, cujas consequências, entretanto, seriam intensas.

Dada a avaliação de que o país se encontra sempre em situação ruim, dada a fraqueza dos seus quadros governativos, os erros de Bolsonaro, por exemplo no combate à pandemia da COVID-19, acabaram subsumidos à precariedade geral. A incompetência, desídia e falta de interesse público estrutural dos que comandam o Estado como que tornava os desacertos bolsonaristas questões menores. O hábito insensibiliza.

Se os ocupantes de cargos fossem honestos, seria possível obter progresso material, segurança e modernidade, pensam os ouvidos pelo NOPPE. Em consequência, a aspiração é ver surgir governantes idôneos. Desde essa embocadura, compreende-se a atração exercida por um personagem como Sérgio Moro.

Uma gerente de RH, parda e umbandista, de 46 anos, moradora de capital do centro-oeste, afirma que “adora” Moro, considerando-o um “visionário”, embora reconheça que errou ao se tornar ministro de Bolsonaro. “Eu tenho pesar por ele, acho que (...) a pior besteira que ele fez foi abrir mão do cargo de juiz federal pra ser ministro da Justiça. Porque ele acreditou numa política que era pra revolucionar a questão da segurança pública do Brasil” (Mulher, +Velha, parda, GO, capital, Renda 2). O problema da segurança associa-se, assim, à díade democracia-corrupção.

Um ex-metalúrgico paulistano, de 49 anos, branco e católico, pensa que Moro era o único “que estava fazendo alguma coisa con-

tra esses políticos”. “Na minha opinião, ele não deveria ter aceitado o cargo de ministro e continuado como juiz. (...) Para mim deram esse cargo para ele de propósito, para poder tirar ele de circulação”, complementa o antigo operário (Homem, +Velho, branco, SP, capital, Renda 2). Percebe-se aí como a classe política ocupa o lugar do inimigo principal, deixando em segundo plano outras dimensões atinentes ao espaço público.

Da mesma maneira, uma agricultora de 50 anos, parda e católica, do interior da Bahia, afirma gostar muito de Moro, “porque ele queria as coisas certinhas, ele é certinho” (Mulher, +Velha, parda, BA, interior, Renda 2). O apreço pelo ex-ministro, contudo, não está associado, necessariamente, a uma rejeição ao PT, como se poderia intuir, embora convenha ter presente que só foram entrevistados indivíduos que declararam “não gostar nem desgostar do PT”. Um representante comercial de 36 anos no interior do Rio Grande do Sul, que afirmou simpatizar bastante com Moro, opinou que não foi o PT, como partido, que roubou: “foram as pessoas que estavam lá [no governo]” (Homem, +Velho, branco, RS, interior, Renda 1).

Prevalece, no segmento que escolhemos monitorar, a opinião de que o PT cometeu erros, mas igualmente acertos, sobretudo no combate à pobreza. Ao segmento enfocado, parece exagerada a ideia de que o PT quebrou o Brasil, bem como é pouco aceita a noção de que Bolsonaro tenha destruído o país. Há certa “normalização” dos extremos, como que submetidos a um “realismo” pessimista.

O fulcro do olhar destes eleitores, aliás, parece estar menos na crítica do passado do que na expectativa de encontrar um líder honesto no futuro. Como se diria na linguagem da ciência política, são mais prospectivos do que retrospectivos. Em consequência, o fato de acreditarem não haver provas de corrupção contra Bolsonaro, embora os filhos agissem de maneira duvidosa, tem peso superior aos possíveis enganos cometidos pelo atual presidente.

Cumpra sublinhar, na mesma direção, contraintuitiva, que as críticas aos políticos não se confundem com rejeição à democracia. A valorização desta é unânime. Inclusive o elogio da participação popular aparece não poucas vezes no discurso colhido pelo NOPPE, explicando, quem sabe, por que Bolsonaro insiste em falar pela maioria (como Donald Trump), embora, na prática, desrespeite os procedimentos democráticos.

Não se deve esperar do conservadorismo moderado posições a favor da ditadura, a qual é, contrariamente, associada ao “comunismo”. O que não impede a leniência no que tange a intervenções autoritárias. Uma fisioterapeuta de 24 anos do interior do Rio Grande do Sul, evangélica e branca, por exemplo, disse que seria aceitável uma “ditadura branda”, se esta garantisse segurança pública. “Eu acho que a ditadura realmente talvez [seja] um pouco mais rígida”, diz. Mas ela seria “rígida entre aspas, cuida o horário de sair, essas coisas”. “Tu tá na rua, tem um policial militar passando, fazendo uma ronda, pode te parar e te pedir tua identidade, não há problema nenhum”, explica a fisioterapeuta (Mulher, +Jovem, branca, RS, interior, Renda 1).

O tema da segurança, cuja presença, sem ser obsessiva, faz-se notar nesses depoimentos, parece ligar a corrupção ao crime comum na relativização da democracia. A visão punitivista, que se expressa em frases como “bandido bom é bandido morto”, bem como na rejeição aos Direitos Humanos para criminosos, deságua na corrente que admite, com ressalvas, qualidades nas saídas ditatoriais. “Hoje não faz mais sentido [a intervenção militar]. Embora, vou te dizer (...), a gente olha toda a bagunça (...) aí e pensa ‘será que não tava na hora de botar uma ordem (...)’”, pergunta-se um vendedor de automóveis, de 43 anos, pardo e espírita, do interior do Rio Grande do Sul (Homem, +Velho, pardo, RS, interior, Renda 2).

São, portanto, democratas cujas críticas aos políticos, à corrupção e à insegurança puxam para a necessidade, maior ou menor, de mão firme. Um técnico de enfermagem de uma capital nordestina,

preto e católico, de 24 anos, critica a tortura e o exílio que existiram no regime militar, mas acha “que o bacana da ditadura seria a segurança que você tinha nas ruas” (Homem, +Jovem, preto, BA, interior, Renda 2). Enquanto um motorista de loja de material de construção no interior de São Paulo, branco, de 39 anos, profundamente descontente com a política atual, chega a relativizar a própria existência do período autoritário: “pra mim é uma incógnita, eu já ouvi de gente que viveu na mesma época e um fala que teve ditadura e outro fala que não teve ditadura” (Homem, +Velho, branco, SP, interior, Renda 2). O técnico de enfermagem baiano ressalva que, apesar dos problemas, no período militar a saúde melhorou e as pessoas “estudaram mais”.

Enfim, para o público ouvido, o “emperramento” que a democracia pode ocasionar, deixa no ar se o presidente não deveria ter mais poderes para enfrentar situações de impasse. Segundo o comerciante de automóveis do interior gaúcho, Bolsonaro não conseguia governar porque estava sempre ameaçado de *impeachment*. Da mesma maneira, o coordenador administrativo de uma clínica de recuperação de drogas, de 38 anos, preto e evangélico, em Porto Alegre, reconhece a importância da democracia “para a liberdade dos indivíduos”, mas acredita ter havido uma deterioração das conquistas obtidas com o fim da ditadura. Para ele, “se é pra acabar com a guerra política”, os militares deveriam voltar (Homem, +Velho, preto, RS, interior, Renda 2).

Tais eleitores parecem, também, considerar positivos aspectos “modernos” de Bolsonaro, o que tiraria algum peso dos seus arroubos antidemocráticos. Um instrutor de informática do interior de São Paulo, branco e sem religião, de 25 anos, embora considere que “Lula governa pro pessoal mais pobre”, acredita que isso “acaba criando pessoas acomodadas”. Entende que o atual presidente “é mais focado em empresário” e que, se não fosse pela pandemia, “a gente estaria muito melhor hoje” (Homem, +Jovem, branco, SP, interior, Renda 1).

Talvez a entrevistada que sintetize o vínculo entre Bolsonaro, modernidade e democracia relativa seja uma estudante de engenharia no interior de Goiás, de 20 anos, católica e parda. cursando universidade federal, mostrava-se favorável à democracia, pois nela todos têm o direito a opinar. Porém, justificava uma intervenção das Forças Armadas em situações que “o governo esteja péssimo” (Mulher, +Jovem, parda, GO, interior, Renda 2).

Participante do movimento pró-vida, reconhece que o capitalismo produz desigualdade social, mas, a seu ver, é o único sistema que funciona. Para ela, é “uma forma de economia que traz muitas vantagens, por exemplo, o próprio dinheiro. (...) Se você tem dinheiro você consegue adquirir as coisas”. Acha que graças ao incentivo de Bolsonaro, as pessoas passaram a abrir o próprio negócio.

“Eu vejo nesse governo atual um apoio muito grande às pessoas que querem empreender, a gente pode perceber mesmo o aumento do número de construções, muitas pessoas começaram a construir, muitas pessoas começaram a reformar suas casas”, afirmou a estudante. O incentivo para o empreendimento individual, a busca de “uma economia melhor de vida”, a faz acreditar “que agora esteja melhor”.

Em suma, as entrevistas do NOPPE/FPA revelaram que os mesmos indivíduos, de um lado, valorizam a democracia, à qual associam liberdade e direito de escolha e, de outro, relativizam a democracia, diante de problemas realmente existentes. A busca por um líder honesto, mesmo que, por vezes, algo autoritário, fica, para eles, justificada pela necessidade de “corrigir” os rumos democráticos.

Como o neoliberalismo encampou e reorientou para os interesses do capitalismo, no plano mundial, o impulso anticorrupção, tais correções de rumo podem parecer ajustadas, por sua vez, a uma concepção de modernidade⁷. Assim como o contínuo estabelecido

7. Ver a respeito do discurso neoliberal sobre a corrupção Pinar Bedirhanoglu, “Corruption as a means of consent building: reflections from post-crisis Turkey. *Third World Quarterly*, Vol. 28, 7, 2007.

entre corrupção e insegurança decorrente da criminalidade reforça a relativização da democracia, compondo um encadeamento ideológico contraditório, mas revelador do momento atual brasileiro, a unidade entre autoritarismo e modernidade cumpre papel semelhante. O amálgama de tais contradições explica um pouco os dilemas da eleição de 2022.

São Paulo, Outono de 2022

PERCEPÇÕES SOBRE CORRUPÇÃO ENTRE ELEITORES NÃO POLARIZADOS DE BAIXA E MÉDIA RENDA

ISABELA KALIL¹

INTRODUÇÃO

Neste capítulo, analiso as percepções sobre *corrupção* por parte de eleitores “não polarizados” de baixa e média renda, entre os meses de setembro e dezembro de 2021. Os dados foram coletados no estudo Cultura Política: percepções e valores da população brasileira não polarizada, realizado pelo Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da Fundação Perseu Abramo (FPA). O estudo foi realizado a partir da realização de 64 entrevistas qualitativas em profundidade, em amostra nacional, com eleitores que, frequentemente, são interpretados como “indecisos” ou com baixo conhecimento/interesse pela política. Na pesquisa conduzida pela FPA, estes eleitores foram identificados como “não polarizados” para definir aqueles que “não gostam

1. Isabela Kalil é mestre e doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP), docente da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP) onde pesquisa manifestações políticas no espaço público e no ambiente digital, gênero e conservadorismo. É co-coordenadora do Observatório da Extrema Direita (OED-Brasil)

e nem desgostam” ou “nem é contra, nem a favor” dos principais pré-candidatos à eleição presidencial de 2022.

O estudo foi organizado em três blocos – I. Sociedade; II. Estado; III. Democracia e Política. O bloco Democracia e Política, foco desta reflexão, trata das percepções sobre participação política, democracia, ditadura, intervenção militar, confiança nas instituições e sistema eleitoral, corrupção, “crise”, a Operação Lava Jato e seus atores, notícias falsas e visões sobre atores do Executivo, Legislativo e Judiciário. Desta forma, ainda que este capítulo tenha como recorte o tema da *corrupção*, as percepções compartilhadas pelos entrevistados fazem parte de uma reflexão mais ampla sobre as formas pelas quais os atores empiricamente reconhecem aspectos da democracia, a partir de noções como “liberdade”, “justiça”, “desigualdade”, “violência”, moralidades, políticas públicas, igualdade de oportunidades.

Ou seja, os eleitores tratam de percepções sobre corrupção quando compartilham experiências e pontos de vista sobre a ditadura. Ou trazem à tona o tema da corrupção quando questionados sobre “crise” que, na percepção dos entrevistados, aparece de múltiplas perspectivas para se referir à crise econômica (com a alta dos preços dos alimentos), crise do emprego e desemprego (demissões e cortes de salário na pandemia), crise política (como o processo de *impeachment*, em 2016, e seus desdobramentos), crise institucional (confiança dos eleitores nas instituições) e até a existência de uma suposta crise moral generalizada no país que afetaria todos os cidadãos, mas, em especial, à classe política.

A CORRUPÇÃO NA TEORIA E NA PRÁTICA

O tema da corrupção na política tem sido trabalhado por diversos autores no campo das ciências sociais. Entre os trabalhos inaugurais no Brasil, destaca-se a discussão do “homem cordial” de Sérgio Buarque de Holanda como um traço que definiria o brasileiro a partir

das fronteiras borradas entre o público e o privado. No entanto, conforme indica Fernando Filgueiras (2009, 2006), é possível identificar três paradigmas explicativos sobre a corrupção, considerando a literatura internacional sobre o tema. São eles os paradigmas formados pelas perspectivas funcionalistas, as perspectivas culturalistas e as perspectivas neoliberais.

Nos anos de 1950, nos Estados Unidos, com uma perspectiva majoritariamente funcionalista, o problema da corrupção estaria diretamente relacionado ao “desenvolvimento”, sendo ela entendida como um empecilho à modernização e ao processo de democratização das sociedades. Esses autores partem de uma perspectiva dicotômica entre as sociedades consideradas “modernas” e as sociedades “tradicionais”. E, portanto, a corrupção seria um traço inerente às sociedades consideradas “tradicionais”, e impediria a “modernização”, vista tanto como desejável quanto inevitável. Dito de outro modo, para esta linhagem de pensamento, em boa medida evolucionista, haveria uma relação intrínseca entre a institucionalização da política, a democracia e a corrupção – sendo que, em países onde há baixa institucionalização do Estado, o fenômeno da corrupção estaria mais presente. E também o inverso: em países com alta institucionalização do Estado, a corrupção estaria menos presente.

Já na década de 1970, a influência dos trabalhos de Edward Banfield fez com que as abordagens sobre o tema da corrupção se direcionassem para perspectivas culturalistas. Nelas, o problema da corrupção estaria diretamente ligado com a relação entre cultura e política. Para esses autores, a cultura de uma sociedade determinaria a forma como a política e a economia se comportaria, sendo que o fenômeno da corrupção dependeria da forma como esta é valorada, se é aceita ou rejeitada no jogo das relações sociais. Apesar da mudança na premissa de como o tema da corrupção passou a ser visto por esta abordagem, ela não rompeu metodologicamente com as abordagens

funcionalistas ao comparar as sociedades consideradas “tradicionais” com as sociedades “modernas”. O fenômeno da corrupção, portanto, dependeria de uma mudança no sistema de valores das sociedades consideradas “tradicionais” e sua rejeição ou tolerância dependeria de condições de institucionalização da política e mudanças na participação cívica e política.

A partir dos anos 1980, a abordagem metodológica acerca do tema da corrupção sofreu uma mudança significativa pela ascensão do neoliberalismo na Ásia e na América Latina, incorporando uma abordagem econômica ao tema. Nesta perspectiva, ao contrário das abordagens funcionalistas e culturalistas, a corrupção é vista como um problema inerente ao Estado. Ou seja, a corrupção é entendida como consequência da própria atuação do Estado no processo de institucionalização da política. Nestas abordagens, o fenômeno da corrupção ocorreria porque os agentes do Estado seriam estimulados por sistemas de monopólio de poder e concentração de recursos econômicos a atuarem em situações em prol de interesses privados e em detrimento dos interesses públicos. Nesta abordagem, o Estado é visto implicitamente como corrupto e seus representantes tendem a defender uma perspectiva de redução do papel do Estado como forma de reduzir os incentivos e as condições para a existência da corrupção.

Nesta última abordagem prevalece uma perspectiva de redução do Estado como saída para a diminuição da corrupção como uma ação contínua que independe de processos sociais ou simbólicos da sociedade. Ainda que tenha fornecido um avanço metodológico, ao admitir que a corrupção não seria um fenômeno inerente às sociedades “tradicionais” ou “subdesenvolvidas”, esta abordagem tende a menosprezar a atuação de entes privados, especialmente, grandes corporações, na relação com o Estado. Ou ainda, parte de uma noção que desconsidera as especificidades do poder público, como a existência de mecanismos de regulação e transparência, e mesmo a existência e

atuação de órgãos de fiscalização e investigação e combate à corrupção. Nesta linha, o Estado, mesmo com seu aparato de fiscalização, regulação e combate à corrupção é visto como comparável e menos eficiente do que a iniciativa privada.

Além disso, perspectivas aprioristas acerca do Estado e da sociedade (casos das perspectivas funcionalistas, culturalistas e neoliberais) deixam de considerar diversos significados que a própria corrupção tende a refletir na arena pública. Ou seja, não consideram que a noção de corrupção pode carregar diferentes sentidos, para além dos seus entendimentos legais, econômicos e institucionais. Neste sentido, refiro-me aos sentidos que a corrupção pode adquirir na vida cotidiana por parte de pessoas comuns na sociedade. E como essas percepções podem alterar o comportamento eleitoral ou mesmo a relação da sociedade civil com as instituições do Estado. Desta perspectiva, trata-se de tentar compreender os significados e valores que circulam nas redes sociais, digitais e não digitais, onde a corrupção deixa de ser algo autoevidente e se torna uma noção “em disputa” na arena social e política.

Neste sentido, abordagens como as de Marcos Otávio Bezerra (2012, 2017) fornecem importantes elementos para a compreensão das percepções sobre a corrupção não como um fenômeno inerte ao longo do tempo, mas entendida a partir de variações de sentido. Sentidos que, em alguns casos, podem se orientar a partir de outras lógicas, como as de mercado, parentesco ou de interesses ligados aos valores pessoais. No caso específico dessa reflexão, trata-se de produzir um olhar sobre a corrupção a partir de recortes empíricos com base nas entrevistas realizadas pela equipe de pesquisadores da FPA. As entrevistas privilegiam o entendimento dos sentidos atribuídos à corrupção em diferentes momentos da vida nacional e da própria democracia. E tratam desde o período da ditadura militar até recentes acontecimentos envolvendo a Operação Lava Jato e os seus desdobramentos.

Esse é o caso da entrevista da técnica de enfermagem de 48 anos, mãe de cinco filhos e moradora da periferia de Porto Alegre (Mulher, +Velha, branca, RS, capital, Renda 1). Ela entende a corrupção como um fenômeno generalizado na vida pública, a partir de um atributo moral, resultado de ações de “uma pessoa sem caráter”. Para a técnica de enfermagem, a corrupção teria um caráter processual, sendo originada em tempos imemoráveis na história do Brasil, definida por ela como algo que “vem desde que eu era pequena nos governos e a vida inteira (...) só que antes a gente não tinha toda essa tecnologia, toda essa fonte de informação, e as coisas passavam despercebidas (...). A gente não sabe desde quando esse buraco estava aberto. A gente abriu o buraco, colocou um tapete em cima e vai caindo”.

Entretanto, embora a corrupção seja entendida em seu sentido moralizante e processual de longo prazo, seus efeitos seriam mais destacados quando esta se tornaria um problema concreto para as pessoas comuns. Neste sentido, a tolerância em relação à corrupção dependeria do quanto esse fenômeno poderia ou não impactar a vida cotidiana. Em suas palavras, a corrupção seria menos tolerável quando esta implicaria em “menos recurso para o Brasil, dinheiro que poderia ser usado para educação, para saúde, para segurança, até para o lazer”. Neste modelo explicativo, tanto a qualidade quanto o acesso às políticas públicas dependeriam menos de um desenho institucional por parte de governos e mais de um cálculo em que “se não houvesse corrupção, nós poderíamos ter uma boa educação, bom hospital”.

Além de sua relação com as políticas públicas, o tema da corrupção também é perpassado, nas entrevistas, pela percepção acerca de períodos autoritários. A maioria dos entrevistados se posiciona de forma contrária à ditadura. Estes relacionam a ditadura principalmente com a falta de liberdade de expressão, opressão, violência policial, abuso de poder, perda de direitos e repressão da população. Especialmente entre os entrevistados mais jovens, destacam-se os relatos do

passado de seus familiares que viveram nesse período. Poucos entrevistados fazem uma defesa aberta da ditadura, entretanto, discursos que relativizam seus efeitos no Brasil se fazem presentes mesmo entre aqueles que acreditam que a ditadura não é desejável. Este perfil é mais comum entre os entrevistados e entrevistadas acima dos 35 anos.

Dentre aqueles que não defendem abertamente a ditadura, mas a relativizam, é possível destacar quatro principais argumentos: (1) de que a ditadura não foi ruim para o “cidadão de bem” (ou outras variações para definir uma conduta vista como moralmente correta, não criminosa, e socialmente desejável). Nesta perspectiva, apenas algumas pessoas teriam sofrido as consequências da violência por parte do Estado durante o regime autoritário, enquanto a ditadura não teria sido sentida ou percebida pela maior parte da população; (2) de que a ditadura teria trazido benefícios para o Brasil, especialmente na educação. Variações deste argumento tratam dos malefícios da tortura e da falta de liberdade de expressão, mas destacam que teria havido melhora das condições de vida das pessoas nas áreas de segurança, saúde e na educação; (3) de que ditaduras mais brandas podem ser uma forma de resolver problemas, especialmente na segurança pública; (4) de que, ao menos, não teria havido corrupção entre os militares, visto como uma importante “vantagem” da ditadura em relação à democracia.

De forma similar, a mãe e dona de casa de 39 anos, moradora interior de São Paulo, ao responder se existiria uma maneira de impedir ou diminuir a corrupção no Brasil, afirma que esta seria inerente não ao Estado, mas à classe política. Em suas palavras: “Não, acho que não tem não viu [como impedir ou diminuir a corrupção]. Só se não existisse político. Aí não teria como ter corrupção” (Mulher, +Velha, parda. SP, interior, Renda 1). A entrevistada destaca ainda aspectos monetários da corrupção. Ainda que afirme não compreender exatamente como ocorrerem casos de corrupção envolvendo “dinheiro”, ela destaca o consumo das notícias veiculadas na mídia como a forma

privilegiada da população se informar sobre os casos de corrupção que, para ela, são parte da natureza da política.

Deste modo, enquanto parte dos referenciais teóricos sobre corrupção destacam a suposta característica potencialmente corrupta do Estado enquanto instituição, no senso comum a ênfase é a suposta natureza dos agentes públicos enquanto pessoas. Ou ainda percepções de que a corrupção seria inerente ao “político”, aqui utilizado menos em seu sentido institucional onde a política se realiza, mas para definir a própria natureza da política.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora as reflexões aqui destacadas não tenham valor estatístico, a pesquisa qualitativa em profundidade permite compreender algumas tendências que permitem lançar luz sobre a diversidade de entendimentos, tensões e significados da corrupção por atores que representam uma parcela significativa do eleitorado brasileiro. As reflexões permitem compreender, entre outros temas, as correlações entre corrupção e democracia, bem como corrupção e cidadania.

No caso brasileiro, o tema da corrupção é indissociável das percepções sobre a democracia. Se entre análises acadêmicas se faz presente a perspectiva de que a própria existência do Estado em si mesmo seria um empecilho no combate à corrupção, no senso comum persiste a ideia de que a própria democracia seria um impedimento para o combate à corrupção. O que fornece base para esse argumento é a mobilização do discurso da suposta ausência de corrupção na ditadura por parte dos militares. Ou ainda de que a corrupção estaria mais presente na sociedade brasileira e na política após a redemocratização. Para estes entrevistados, a interpretação de que a corrupção não existiu na ditadura se baseia na falta de publicização sobre seus casos, uma vez que no regime autoritário estavam ausentes mecanismos de fiscaliza-

ção, controle e combate à corrupção, além da presença de mecanismos de censura e controle da imprensa.

Desta perspectiva é possível afirmar que prevalece a percepção baseada no entendimento de que o Estado não seria capaz de promover mecanismos de controle da corrupção. Com poucas exceções, a corrupção é vista como um problema insolúvel, seja por fazer parte da constituição do país desde o período colonial, seja por ser algo inerente a toda classe política. Quando questionados sobre as formas de combate e controle da corrupção, poucos entrevistados tratam de temas relacionados à própria atuação do Estado e de instituições de controle, fiscalização e auditoria. Destacam-se também as percepções de que o tema da corrupção derivaria do próprio processo de redemocratização, neste sentido, entre os mais velhos, os escândalos de corrupção envolvendo o primeiro presidente eleito após 1988, Fernando Collor de Mello, servem para reforçar esse argumento.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Marcos Otavio. Corrupção e produção do Estado. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 14, n. 27, p. 99-130, 2017.

_____. “Estado, representação política e corrupção: um olhar antropológico sobre a formação de fronteiras sociais”. *Crítica e Sociedade: Revista de cultura política*, v. 2, n. 2, p. 64-80, 2012.

FILGUEIRAS, Fernando. “A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social”. *Opinião Pública*, v. 15, n. 2, p. 386-421, 2009.

_____. “A corrupção na política: perspectivas teóricas e metodológicas”. *Cadernos Cedes*, IUPERJ, n. 5, 2006.

ANTIPOLÍTICA, AUTORITARISMO E VIOLÊNCIA: INTERPRETANDO OS NÃO POLARIZADOS

LEONARDO AVRITZER¹

PRISCILA DELGADO DE CARVALHO²

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo (FPA) intitulada “Percepções e Valores da Sociedade Brasileira Não Polarizada” traz dados altamente relevantes para a análise da evolução da sociedade brasileira e dos posicionamentos de um grupo de não polarizados – ou não posicionados politicamente – no Brasil. O conceito de polarização tem diversos significados, um primeiro tem como ponto central o senso comum significando apenas “divergência de atitudes políticas entre extremos ideológicos”, para usar uma definição da Wikipedia e que reflete a forma como o termo tem sido usado pela grande maioria dos jornalistas e colunistas políticos. Porém, a polarização é um fenômeno mais complexo, expresso de forma adequada pelo aumento da distância entre

1. Leonardo Avritzer é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre em Ciência Política também pela instituição e doutor em Sociologia Política na New School for Social Research. Foi presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (2012-2016). Atualmente é professor titular do Departamento de Ciência Política da UFMG.

2. Priscila Delgado de Carvalho é doutora em Ciência Política na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre pela Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Comunicação Social pela Universidade de São Paulo (USP). Foi secretária operativa da Cúpula dos Povos na Rio+20 (2012).

os diferentes polos políticos, já que extremos sempre existem e isso não parece ser o problema.

A principal questão, com os resultados que analisaremos a seguir, é que continuam expressando uma rejeição da política que aponta para a desvalorização, senão pela rejeição, de práticas democráticas. Mais do que isso, os dados da pesquisa dão indicações de como, entre segmentos da cidadania brasileira, as dimensões institucionais e os valores relativos ao autoritarismo são articuladas. A pesquisa realizou entrevistas com pessoas no segmento da população de renda baixa (até dois salários mínimos) e de renda média (de dois a cinco salários), e com posicionamento político não polarizado.

Nesse artigo, centraremos em três questões: em primeiro lugar, na maneira como os despolarizados incorporaram, nas suas visões da política, a concepção de antipolítica difundida pela operação Lava Jato e pela grande mídia. Em segundo lugar, a questão das práticas autoritárias e do entendimento do autoritarismo brasileiro e da sua nova vaga que, ao que parece, encontra-se bem enraizada entre nós. E em terceiro lugar, o espectro da violência que expressa uma sociedade hierarquizada com enorme desvalorização de alguns dos seus setores, como mulheres, negros e indígenas. Esses setores não são apenas desprivilegiados em uma estrutura de distribuição de recursos a partir do Estado, mas objetos do exercício da violência não apenas pelo Estado, como também pelos setores sociais que possuem mais centralidade. E, como argumentaremos, há ecos entre esses padrões de violência, relações dúbias com a atuação do Estado e uma certa demanda por endurecimento da atuação das forças públicas que acaba contribuindo para a desconfiança com Estado e democracia.

POLARIZAÇÃO E ANTIPOLÍTICA: ENTENDENDO OS VALORES DOS SETORES NÃO POLARIZADOS

Para iniciar a nossa análise, gostaríamos de tocar em dois pontos: as ideias de polarização e de antipolítica. Polarização não é apenas

uma categoria que mede a distância entre os extremos, mas também uma categoria que expressa a direção na qual o centro se moveu e que redefine os extremos. Será a partir desse pressuposto que analisaremos a concepção de antipolítica, autoritarismo e visões sobre a violência do segmento dos não polarizados.

Em 2014, Jane Mansbridge, então presidente da Associação Americana de Ciência Política (APSA) constituiu uma força-tarefa para analisar a questão da polarização política nos Estados Unidos. No livro em que diversos autores comentaram o resultado do trabalho, duas questões de extrema relevância foram apontadas, e elas são válidas para o Brasil atual: em primeiro lugar, apesar da ilusão de que ambos os partidos nos EUA, Democrata e Republicanos, moveram-se para os extremos, os dados da força-tarefa mostraram que o movimento à direita do partido Republicano correspondia à quase totalidade do movimento polarizante; em segundo lugar, os resultados do trabalho mostravam que, apesar de uma grande parte da mídia apontar a polarização como um movimento partidário, ele tinha uma forte ancoragem em uma movimentação da esfera pública³. É possível fazer uma análise bastante similar para o Brasil. O principal fenômeno político da última década é o surgimento de uma extrema-direita não envergonhada no país. O Brasil tinha o fenômeno de uma direita envergonhada e uma classe política que se declarava de centro. Esse fenômeno chegou ao final depois de junho de 2013 e acabou substituído por uma concepção de antipolítica.

Ainda que os respondentes da pesquisa da Fundação Perseu Abramo não expressem uma antipatia pelo Partido dos Trabalhadores (PT), a nosso ver eles compram uma ideia de antipolítica construída pela operação Lava Jato e que os leva a ver a política como corrompida. No blo-

3. Os resultados foram publicados na obra *Political Polarization in the American Politics*. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/politics/2014/06/12/political-polarization-in-the-american-public/>. Acesso em: 7 maio 2022.

co sociedade, por exemplo, vemos a seguinte análise: “Vê o Brasil como um país de muitas riquezas naturais, culturais e com um povo forte e acolhedor, mas conduzido por uma elite que se beneficia de sua condição de poder e por uma classe política corrompida e comprometida apenas com seus interesses, o que torna a vida do brasileiro ainda mais difícil”. Não se trata de uma percepção que não existia no Brasil, porém a maneira como essa questão cuidadosamente construída pela operação Lava Jato e pela grande mídia alterou o patamar de importância do tema em meio à opinião pública. Ela certamente se constitui como um dos pontos vulneráveis a serem enfrentados pela campanha do ex-presidente Lula e de toda candidatura do campo progressista no país.

Há certa valorização das instituições públicas de Estado (Judiciário, serviço público, tributos) e certa desvalorização dos agentes públicos de governo (parlamentares, políticos, militares na política, corrupção, mau uso dos impostos). Por essa razão, a iniciativa privada tende a ser vista como menos suscetível à corrupção do que o Estado. A pesquisa aponta uma expectativa de que o Estado faça, pelo menos, aquilo que é mínimo de forma adequada e eficiente – e não um Estado mínimo. Por isso, políticas públicas são absolutamente valorizadas, embora sua qualidade, resultado da má gestão dos recursos arrecadados, sofra duras críticas – especialmente em relação à educação e saúde.

Mas vemos também contradições importantes que permitem pensar uma estratégia de reconstrução da centralidade do Estado. As pesquisas do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (INCT) têm mostrado esse mesmo aspecto. De um lado, o brasileiro aderiu às concepções de antipolítica e elementos de um discurso liberal. E isso explica a enorme desvalorização com que são vistos os agentes públicos do governo, em especial parlamentares, políticos e policiais. Por outro lado, quando a avaliação se move em direção a carreiras fixas do Estado há uma melhora nessa avaliação. Funcionários ligados ao serviço público ou à área de tributos são

vistos diferentemente. Assim, há um espaço para a reconstrução de uma imagem positiva do Estado ligada principalmente as políticas públicas, mas a antipolítica ainda predomina com sua concepção de desvalorização da política que, como mostraremos, aponta na direção da desvalorização da própria democracia.

O PERSISTENTE ENRAIZAMENTO DO AUTORITARISMO NO BRASIL

Para entender as bases que mantêm o autoritarismo enraizado entre nós, é bom começar pela sua contraparte: a democracia. A percepção encontrada na pesquisa é de que se vive em uma democracia no Brasil, mas que ela não é plena: está nas leis e normas, mas não na vida cotidiana, na prática. De acordo com o relatório da pesquisa, dois aspectos levam as pessoas a afirmarem a ausência de democracia: a falta de respeito aos direitos e a falta de igualdade de oportunidades. Ponto importante para o entendimento da democracia foi a garantia às liberdades – de expressão, de escolha e de voto. Apesar da menção ao voto, trata-se de uma visão da democracia bastante substantiva, focada em seus resultados mais do que no funcionamento das instituições.

Críticas de cidadãos à democracia, e mesmo sua insatisfação com padrões de vida, economia, atuação de políticos, governos, parlamento ou com o poder legislativo podem afetar seu apoio à democracia. E a falta de apoio popular é um dos elementos que corrói as democracias por dentro. Porém, sabemos que essa não é uma via de mão única: a crítica nunca foi um problema para a democracia. Ao contrário, a capacidade de cidadãos e cidadãs em pressionar para melhorar o funcionamento das instituições políticas é também um dos motores para o aperfeiçoamento dos regimes. A desconfiança de cidadãos pode levar a formas de controle da atuação do Estado, de políticos e burocratas e, assim, fortalecer a democracia.

A saudável pressão da cidadania sobre a democracia, porém, pode se tornar um problema quando a desconfiança se torna puramente negativa – para usar os termos de Pierre Rosanvallon, para quem isso ocorre quando a crítica corrói a percepção de que os problemas de organização do mundo comum precisam de respostas discutidas, debatidas, tensionadas e acordadas coletiva e democraticamente, passando pelas instituições políticas. Essa é, justamente, a definição da impolítica, ou da antipolítica.

Assim como temos encontrado em nossas pesquisas quantitativas – cujos resultados são representativos da opinião geral da população –, na pesquisa da FPA sobre brasileiros e brasileiras não polarizados prevalece a percepção de que a democracia é a melhor forma de governo. No entanto, a defesa da democracia e a relativização da ditadura podem coexistir. Essa coexistência é expressa nas falas sobre a ditadura, mas também aparece dispersa em debates sobre valores, sobre o Estado no Brasil e sobre o autoritarismo, em especial quando ali são legitimadas soluções pelo uso da força, do punitivismo e da violência para os problemas detectados. É sobre essas conexões que vamos tratar neste texto. E é por meio delas que passamos das visões sobre democracia às percepções sobre autoritarismo.

Quando as pessoas entrevistadas discutiram autoritarismo no país, o que se percebeu na pesquisa foi certa reabilitação do discurso de apoio à ditadura. Ela não é superexplícita nem aparece como um tema confortável, mas há pessoas que, apesar de afirmarem que a ditadura não é desejável, relativizam os efeitos dos regimes militares no Brasil. A ditadura não teria sido ruim para o “cidadão de bem”, que não sofreu suas consequências em termos de violência do Estado. Encontrou-se, nas entrevistas, também a percepção de que houve benefícios da ditadura: melhora na segurança, saúde e educação, além de entendimentos de que “não havia corrupção”. O problema dessas afirmações é que elas levam justamente a uma reabilitação do regime:

ditaduras mais brandas podem ser uma forma de resolver problemas da segurança pública. E, com isso, temos aberto o caminho da volta à aceitação da ditadura nos discursos públicos.

Este tipo de resultado tem aparecido também em outras pesquisas qualitativas. Em grupos focais que realizamos ao longo de 2019, no Instituto da Democracia, também percebemos que regimes não democráticos ganham legitimidade no país associados a ideias positivas sobre segurança e ordem. Nos diálogos entre cidadãos com e sem experiência participativa, emergiram um conjunto de sentidos associados à inevitabilidade de regimes não democráticos em casos de desordem, corrupção e uma sensação de que os problemas que não podem ser solucionados “na política” poderiam encontrar resoluções por outras vias. De forma praticamente idêntica, na pesquisa da FPA em 2021, entre os que relativizam a ditadura, a possibilidade de uma intervenção militar aparece como uma forma de solução para a crise, sendo uma medida à qual é possível recorrer quando o país está ingovernável.

Estão aí novamente as ideias de que, quando “não há outro jeito”, “não tem outra saída”, precisaremos aceitar um regime não democrático, mesmo que essa não seja a primeira opção, mas que pode se tornar aceitável ou, mais ainda, necessário. Mas será que não estamos exagerando? Talvez essas ideias sempre estivessem circulando por aí, e nem por isso a democracia esteve ameaçada.

De fato, por quase três décadas após as redemocratizações, os regimes autoritários pareceram ser parte do passado no Brasil e em boa parte da América Latina. Se alguns setores da sociedade mantinham preferência por regimes não democráticos, como mostravam as pesquisas de opinião, esse discurso encontrava pouco eco nos debates públicos e nas elites políticas. A teoria sobre a criação de regimes democráticos é bastante incisiva sobre a importância de um compromisso das elites – políticas, empresariais, militares – com a democracia. Isso é um dos indicadores da consistência nos regimes democráticos para

autores como Juan Linz e Alfred Stepan⁴. O problema vai se tornando mais complicado porque, justamente, no Brasil contemporâneo, também têm aparecido rachaduras nesse alinhamento entre elites e democracia.

A partir de 2014, houve um lento e progressivo retorno de expressões públicas de defesa de regimes autoritários. Na data que marcava os 50 anos após o golpe de 1964, assessores do então deputado federal Jair Bolsonaro colocaram uma faixa no Congresso Nacional parabenizando militares pela sua atuação no golpe. Pouco depois, discursos de simpatia ao regime militar ou solicitando intervenção militar foram vistos nas ruas, nos protestos a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2015, na greve dos caminhoneiros em maio de 2018, ou em manifestações que, entre outras pautas, questionavam instituições democráticas ao longo de 2020. Mais uma vez, o problema da antipolítica parece estar no fundo dessa discussão porque práticas que são comuns no sistema político – como negociação, mudanças de posição em relação a determinados pontos de um projeto de lei ou de uma política social – acabam sendo desvalorizados pela população ou incorporados na grande narrativa da corrupção.

VALORES E VIOLÊNCIA

A percepção de uma sociedade hierarquizada, que trata de forma diferente homens e mulheres, negros e brancos, ricos e pobres, é recorrente na pesquisa da FPA. Isso nos parece dar pistas de que seguem vigentes, no país, situações e padrões nos quais existem relações não permeadas por valores democráticos. Associa-se a isso uma permanente percepção de violência, de origem tanto na sociedade como no Estado.

4. Juan Linz; Alfred Stepan, *Transição e Consolidação da Democracia*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

A imagem do Brasil como um país violento aparece, por exemplo, na discussão sobre valores e, entre eles, nas percepções sobre gênero. Ali, vê-se um país especialmente violento com as mulheres – uma percepção especialmente comum entre jovens. Em outro trecho, encontra-se a opinião de que as mulheres são mais expostas a situações de violência do que os homens, e que o assédio a que as mulheres estão constantemente submetidas nos espaços públicos é uma expressão importante do machismo.

Ainda no debate sobre valores, ao se abordar criminalidade e segurança pública, há percepções sobre violência na sociedade, mas chama a atenção o papel do Estado como agente de violência. Foram encontradas críticas à atuação da polícia e das guardas municipais, pelas abordagens violentas, discriminatórias e abusivas. É especialmente entre a população negra que a polícia é vista como violenta e corrupta, pois são esses os grupos mais diretamente afetados pela violência policial.

Dados idênticos apareceram nos grupos focais que realizamos em 2019 no Instituto da Democracia. A percepção da violência dos agentes armados foi forte entre grupos de jovens de classe baixa, e apareceu também entre militantes de movimentos sociais, em especial quando havia pessoas negras nos grupos: descrições de abordagens abusivas, da expectativa de violência nas interações, toques de recolher, sempre aliadas à falta de acesso a direitos básicos como educação e saúde.

Isso, porém, não evita que a solução para os problemas de violência passe, no imaginário dos grupos pesquisados pela FPA, pela demanda de atuação policial – mesmo que tenha havido também demandas por políticas de inclusão social – e de punições severas: aos “bandidos”, espera-se repressão rigorosa; aos praticantes de pequenos delitos, punições mais brandas; aos trabalhadores e “cidadãos de bem”, proteção e segurança. O uso da força, aqui, aparece com um valor positivo – e ecoa as afirmações de que, por vezes, regimes que lancem mão da força podem ser bem-vindos.

Há, portanto, forte ambiguidade em termos de como se vê a atuação do Estado: demanda-se dele direitos básicos e políticas públicas, como garantidor de direitos; mas, por outro lado, ele também é agente perpetrador de violência.

Essa leitura ambígua sobre o Estado e sua atuação não parece desassociada da visão ambígua sobre a democracia no Brasil, tal como mostramos acima. Ela existe nas normas, mas não necessariamente nas práticas. Isso transparece quando os entrevistados olham para a sociedade, como mostram a persistência do machismo e da desigualdade social, e também quando olham para o Estado – como mostram as referências à violência na atuação de agentes públicos de segurança. Como vimos, o desafio da democratização passa tanto pela construção de instituições democráticas como pela superação de elementos de autoritarismo que permeia a sociedade.

DEMOCRACIA, ANTIPOLÍTICA E AUTORITARISMO: PARA ONDE VAMOS?

Ainda que a análise até agora aponte para uma leitura cautelosa sobre as perspectivas para a democracia no Brasil, há também alguns elementos de otimismo entre os resultados da pesquisa da FPA, e alguns caminhos indicados para a superação de padrões históricos e recentes de desigualdades. Apesar da visão marcadamente punitivista nos valores, jovens tendem a se alinhar mais a valores progressistas nos costumes e as mulheres, a valores coletivos e solidários. Desigualdades marcadas por questões de gênero não são negligenciadas. Há percepção de que o país – ainda que tenha avançado neste sentido nos últimos anos –, continua sendo machista. Não é, porém, um debate aprofundado. Os entrevistados entendem que existem diferenças naturais que separam homens e mulheres: homens estão mais associados à força, praticidade e racionalidade,

as mulheres, à sensibilidade, humanidade, capacidade de gerenciamento e de organização da vida.

Em torno do gênero persiste e se organiza uma dimensão importante do conservadorismo contemporâneo: ainda que a maioria de entrevistados acredite que as tarefas domésticas devam ser divididas, a responsabilidade é e deve continuar sendo da mulher, já que ela teria mais “capacidade” de cuidar da casa e gerenciar a vida da família. Entre os jovens, porém, a tendência é significativamente menos perceptível. São eles os mais críticos em relação a diferenças de padrões comportamentais.

Não por acaso, foi entre jovens e mulheres que emergiram as maiores resistências à virada do Brasil à extrema-direita nos últimos anos. Isso indica que a agenda da extrema-direita que, entre outros elementos, é estruturada sobre uma base conservadora que reage fortemente à igualdade de gênero, também encontra resistências em alguns segmentos. Dado que mudanças nas relações têm forte impacto nos valores e que elementos de igualdade tem forte caráter democratizador, segue um *front* importante de disputas.

Outras brechas são aquelas que apontam para um reconhecimento do papel do Estado na organização das políticas públicas. Há um eleitor que deseja a continuidade do projeto de governo comprometido com pautas sociais e políticas públicas iniciado pelo PT, porém em paralelo ainda há desconfiança em relação ao partido. Os benefícios trazidos pelos governos Lula são amplamente reconhecidos, especialmente entre os mais velhos. Mas as denúncias de corrupção ainda se fazem presentes e comprometem, para parte desse eleitorado, a imagem do PT como porta-voz e defensor dos interesses do povo. Bolsonaro tampouco surge como via alternativa, dado seu reconhecido despreparo e insensibilidade para lidar com as necessidades da população. Hoje, esse eleitor almeja representantes comprometidos com a honestidade para levar adiante os avanços econômicos e sociais iniciados pelo PT.

Por fim, cabe uma nota sobre a imagem da ditadura que emerge na pesquisa não ser associada ao impacto nas instituições políticas – ausência de voto para cargos majoritários, períodos de fechamento do Legislativo. A maioria dos entrevistados se posiciona contra a ditadura por relacioná-la à falta de liberdade de expressão, opressão, violência policial, imposição de ordens que nem sempre são boas, rigidez, perda de direitos e repressão da população. Assim, podemos ler conjuntamente os valores daqueles que veem positivamente o papel do Estado com aqueles que valorizam as liberdades e são contra a violência perpetrada pelo mesmo Estado. Entre mais pobres, régua para medir democracia é a da capacidade de produzir igualdade. Assim, existe uma falsa ilação entre autoritarismo e segurança que precisa ser contraposta a uma concepção de que Estado e políticas públicas inclusivas podem ser a fonte da produção de uma certa segurança.

CULTURA POLÍTICA E JUSTIÇA RACIAL: DESAFIOS URGENTES E CONTEMPORÂNEOS

PAULO RAMOS¹

Compreender o impacto do racismo no universo de percepções e valores de uma determinada cultura política exige, de saída, uma desassociação entre o que é racismo e o que é cultura – já que muitas vezes aquele é subentendido com uma área ou um fenômeno particular dentro deste. Além disso, é necessário também assumir que o racismo é uma razão, uma lógica que organiza as instituições sociais, orienta indivíduos e coletividades, e impacta também as percepções e os valores sociais que se tem e terão de si próprios e dos outros. Assim, é preciso compreender o racismo como um sistema de segmentação e hierarquização da humanidade que pode ter como sua âncora de funcionamento o pertencimento religioso, a nacionalidade, a língua ou a cor da pele. Ou, melhor ainda, tendo tudo isso associado.

Muito mais do que abstrações, acusações ou mitos, o racismo se apresenta por meio das mais diversas formas. A mais interessante de

1. Paulo César Ramos é mestre e bacharel em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Núcleo Afro do Cebrap, pesquisador do Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV e coordenador do Projeto Reconexão Periferias da Fundação Perseu Abramo.

observar como ele se torna concreto é a distribuição populacional em posições sociais, estratos de renda, ocupação escolaridade, as possibilidades de mobilidade social etc. Contudo, esse tipo de conteúdo é acessível apenas se mediado por um saber minimamente escolarizado. Por outro lado, eventos como as ofensas racistas em jogos de futebol tornam-se exemplos didáticos de como determinadas estruturas emergem na forma de comportamentos explosivos.

Sobre o universo de fenômenos contidos entre a estrutura social e os comportamentos sociais, existem determinadas formas paradigmáticas de compreender a relação entre os diferentes grupos raciais no contexto brasileiro. A primeira delas pode ser considerada advinda da interpretação biologizante da vida social. Tal visão credita à composição biológica dos indivíduos suas capacidades intelectuais, sociais, seu comportamento etc.; e a noção de raça assim informada pela biologia dirá respeito a toda uma coletividade, atavicamente associando princípios morais.

Potencialmente conciliável com essa perspectiva, há o paradigma da mistura de raças, aquela ideia de que, a partir da relação entre os grupos raciais existentes, se tenciona eliminar as diferenças entre eles em favor de uma homogeneização presente na figura do mestiço. Assim, a ideia da mestiçagem daria origem a um povo singular, resultado do intercurso sexual entre grupos raciais distintos, deixando para trás, em segundo plano, as raças originais. Essa perspectiva é muito presente no Brasil desde a sua fundação como espaço político, dadas as condições históricas em que o país foi formado.

Inevitavelmente conflituosa, uma vez que baseada na escravidão de africanos e de indígenas e na expropriação destes últimos, a formação racial do Brasil enquanto uma sociedade moderna necessitava ver conciliada as diferenças dos povos que aqui residiam. Assim, após a abolição da escravidão, a elite política passa a apoiar a formação da imagem de que a convivência entre negros, indígenas e brancos era livre de tensões raciais e de conflitos. Tal paradigma, da existência de

convivência harmoniosa entre os três grupos, pode ser chamado de democracia racial, pois concebe um padrão de sociabilidade virtuosa, em pé de igualdade e sem eliminar as diferenças entre eles.

Assunção deste ponto de vista significa a negação da existência de formas de discriminação racial contra negros e indígenas. Por outro lado, houve movimentos sociais negros chamando a atenção da sociedade negra e da sociedade política branca para o fato de que, na sociedade brasileira, havia o que era chamado de preconceito de cor. A Frente Negra Brasileira, organização existente entre 1931 e 1937, em todo o território nacional, foi um ator muito vocal para preparar a população negra para lidar com o preconceito e a discriminação racial, bem como para reivindicar direitos.

Tal perspectiva contradizia a visão da existência de uma democracia racial no Brasil, contudo, por vezes, o preconceito contra os negros era visto como originado na sua condição econômica, e não na cor da pele ou condição racial. Isso é, negros sofriam preconceitos porque eram pobres e não porque eram negros. Essa ideia dá força à condição de classe dos negros, de certa forma, retirando importância de sua condição racial, e por consequência, negando também a existência do racismo, pois o preconceito seria de classe e não de cor ou raça.

Estudos patrocinados pelas Nações Unidas – motivados a entender qual era a lição que o Brasil poderia ensinar ao mundo pós-nazismo – sistematizaram dados da realidade brasileira de brancos, negros e mestiços. Conduzidos por Roger Bastide e Florestan Fernandes, a realidade revelada foi diferente daquela que se esperava, isto é, os dados apontavam para a existência de um grande déficit socioeconômico da população negra, por um lado; e por outro lado, trouxeram evidências irresistíveis de que se praticava racismo no Brasil. Assim, além da frustrante evidencia de uma cultura discriminatória no paraíso da democracia racial, foi indicado também que essa cultura produzia desigualdades.

Mas tudo isso era creditado às reminiscências do passado escravocrata que ainda vigiam na sociedade brasileira, ou seja, era a herança de um sistema econômico baseada na mão de obra escrava, desacostumado à competitividade impessoal do mercado capitalista. Era proposto que, uma vez que tomada pela racionalidade modernizadora das relações de trabalho da era industrial, essas reminiscências do atraso escravocrata fossem superadas. Contudo, o tempo mostrou que essa previsão não se concretizou. Os mecanismos de discriminação racial foram racionais o suficiente para se adequarem ao processo de industrialização. Uma vez que eram interessantes para as classes dominantes, pois era uma forma de assegurarem seus privilégios, o racismo pode ser aperfeiçoado e reproduzido no ambiente urbano-industrial.

Este paradigma, o da discriminação racial, foi assumido e largamente difundido pelos movimentos negros contemporâneos desde o final dos anos 1970. Durante anos, a ideia da discriminação racial foi usada para fazer o contraponto à ideia de democracia racial, chamada de mito, ou seja, de uma falsa ideia que se propaga com a intenção política de negar os conflitos raciais.

Essa tensão entre o reconhecimento da existência de preconceito, discriminação racial e de racismo *versus* a ideia de que brancos, negros e indígenas vivem em harmonia no Brasil resistiu fortemente às conclusões das pesquisas e à ação dos movimentos de combate ao racismo.

Pelo mundo, parece ter havido uma mudança de sensibilidade quanto à importância de combater o racismo, e um novo termo parece ganhar os meios de comunicação e o debate público, o antirracismo. Este termo parece vir para designar duas coisas: a primeira é a ideia de que não basta não ser racista, é preciso ter uma postura ativa contra o racismo. A outra é que, isso posto, brancos também podem e, no limite, devem agir contra o racismo. A veiculação desta ideia atraiu novas instituições da mídia, as grandes empresas de comunicação pas-

saram a inserir mais jornalistas e comentadores em posições-chave, mudança de conselhos editoriais com mais pessoas negras; organizações de investimento social privado passaram a criar linhas de suporte para projetos na questão racial, entre outros.

Essa sensibilização, que ocorreu de fora para dentro, já existia anteriormente, de dentro para fora, devido a alguns eventos cuja repercussão ganharam um eco transformador. O do assassinato de Marielle Franco, em 2018, vereadora do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) causou revolta e sensibilidade em grande parcela da sociedade brasileira e sua figura ficou internacionalmente conhecida. Ainda sem estar vinculada diretamente à violência policial, mesmo que houvesse policiais envolvidos em sua morte, a dimensão da injustiça contra ela cometida contornou seu drama em linhas de classe, raça, gênero e território, e as mulheres negras foram as grandes enunciadoras de sua politização. Em maio de 2019 ocorreu o assassinato de George Floyd, ainda durante a pandemia, e disparou uma onda mundial de protestos afirmando que as vidas negras importavam. Em novembro do mesmo ano, testemunhou-se a tragédia da morte de Alberto Freitas – assassinado quando a onda Black Lives Matter (BLM), gerada nos protestos contra o assassinato de Floyd, ainda não havia passado. Como no Brasil já havia uma rede de mobilização contra a violência policial formada há mais de dez anos, houve tempo para que o movimento negro brasileiro se reconfigurasse mediante a necessidade da resposta. Alberto Freitas não foi morto por uma força oficialmente policial, mas o modo como sua morte aconteceu revela o quanto nossa sociedade está militarizada.

Um dos participantes da “operação” de que Freitas foi vítima era um membro temporário da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, e o modo como os agentes o mataram reproduziu as técnicas que levaram à morte George Floyd – policial ajoelhando sobre seu pescoço e produzindo sufocamento. Portanto, não foram apenas as ondas do

BLM que vieram para o Brasil. As técnicas de morte também. No início do mês de novembro de 2021, policiais voltaram a aplicar as técnicas de matar negros, desta vez contra uma mulher, no interior de Minas Gerais.

Os ventos de protesto e repressão sopraram por aqui, contudo, pouco ainda se avançou na formulação de como acabar com a violência produzida pela polícia. Trata-se de um problema que todos concordam que existe, mas quando as poucas propostas de mudança das polícias surgem, costumam-se ouvir avaliações que as tomam como absurdas – como se o absurdo maior não fossem as mortes e a brutalidade.

É diante deste contexto de transformações de longo prazo que os resultados da pesquisa que motivou esse nosso livro devem ser analisados. Pelos ricos dados que nos traz, vemos que o reconhecimento da existência de racismo ganha maior adesão entre os mais jovens, refletindo o acúmulo dos debates da história recente do Brasil, com forte incidência dos movimentos negros. É entre eles, também, que vigora mais fortemente o que chamamos aqui de antirracismo, tanto entre brancos como entre negros. Está ali presente o impacto e a influência que o passado escravocrata, não superado, possui entre nós.

Por outro lado, mostra-se ainda vigente a ideia romântica da miscigenação. O intercuro sexual e cultural entre os grupos raciais parecem estar livres da lógica racista. Miscigenação seria o oposto de racismo e uma prova de que ele pode ser superado. É um reforço da imagem que o Brasil produz de si mesmo para consumo interno e externo. Sobretudo quando comparado a realidades sociais em que houve segregação formal e legalizada, o Brasil desponta, novamente, com possibilidade de harmonização de grupos raciais distintos.

Os eventos de grande repercussão com cobertura mediática, o ensino de história e cultura africanas e afro-brasileiras, a ampliação do mercado editorial para a questão racial são, ao mesmo tempo, causa e consequência da percepção da existência de racismo no mercado de

trabalho, como a pesquisa revelou. Por outro lado, se há o reconhecimento do racismo, ainda é preciso caminhar um bom caminho para haver consenso sobre como enfrentar as desigualdades. Por exemplo, a política de cotas ainda é vista como uma medida polêmica para a solução da desigualdade racial.

Isso chama a atenção para um outro ponto: a relação entre racismo e a cultura democrática enquanto uma cultura de reivindicar direitos. No país onde autoritarismo e racismo são indissociáveis, as ações que visam o reconhecimento de direitos encontram a resistência de uma tendência repressivas, não apenas nas instituições, mas também na sociedade como um todo.

Outrossim, além deste conflito em diversas visões sobre o que é o racismo e como ele se manifesta, existem formas mascaradas de racismo em outros âmbitos. Entre as heranças da escravidão, não há apenas o déficit socioeconômico; há também a forma como negros, especialmente os homens negros, são vistos pelo sistema de justiça e pelas instituições de repressão.

Assim, o processo de radicalização se mostra presente nesta pesquisa quando se revelam em duas formas. A primeira é aquela em os entrevistados reconhecem que a polícia pratica discriminação racial na abordagem policial. A segunda, e mais interessante, é que os mesmos entrevistados parecem concordar com a agenda punitivista. Ou seja, é por meio da vigência do punitivismo e de opor o que seriam “bandidos” e “cidadãos de bem” que o racismo se reproduz no sistema de justiça. Sem que haja coincidência, é justamente aí que residem os principais desafios dos dias que correm: a dimensão da justiça racial, que não se inicia nem termina no sistema de justiça, mas tem nele um espaço de produção e reprodução do racismo.

É preciso transformar urgentemente a cultura política e o sistema judicial que normaliza as mortes produzidas pela polícia, quando absolvem até mesmo policiais que confessaram execuções. Jovens negros

levados ao sistema de justiça são considerados suspeitos e não gozam da presunção da inocência, mas de presunção de culpa. É preciso impedir que policiais se aproximem de pessoas negras, pois, via de regra, chegam perto de pessoas negras para produzir violência e insegurança. Podem ser consideradas ideias absurdas, mas para mudar a realidade é necessário romper com as expectativas de realidade nas quais, curiosamente, normalizamos o absurdo cotidiano de mortes.

VALORES E PERCEPÇÕES DOS JOVENS EM MEIO À POLARIZAÇÃO

HELENA ABRAMO¹

GABRIEL MEDEIROS²

A percepção da sociedade sobre a juventude é muitas vezes permeada de estereótipos e clichês que não costumam resistir a uma análise de dados empíricos. Eles dificultam a possibilidade de uma compreensão mais acurada sobre suas questões, assim como atrapalham o estabelecimento de um diálogo mais profícuo com os jovens e suas demandas.

No campo da segurança pública, o carimbo de “sujeito suspeito” impresso aos jovens negros brasileiros – como se fossem eles os principais agentes e culpados pela insegurança – lhes impõe uma vida sob o constante jugo da mira das armas de fogo, distorcendo o fato de que são os jovens, principalmente os pretos, pobres e das periferias, as maiores vítimas dos crimes dolosos contra a vida no país.

No campo da saúde, as queixas mais prementes dos jovens são normalmente interpretadas como consequência de seu próprio com-

1. Helena Wendel Abramo é socióloga e pesquisadora, dedicada à formulação de políticas públicas de cultura e de juventude. Participou de várias instâncias de governo e de pesquisas sobre jovens, incluindo a publicada pela FPA em 2005, Retratos da Juventude Brasileira.

2. Gabriel Medeiros de Miranda é advogado e mestrando em Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Foi diretor da UNE e atualmente é Subsecretário da Juventude da Secretaria de Estado das Mulheres, da Juventude, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos do Rio Grande do Norte e coordenador do NAPP Juventude da FPA.

portamento desregrado ou irresponsável. Recentemente, vimos isso acontecer no quadro da pandemia da COVID-19, quando os jovens foram responsabilizados pelo aumento de casos na segunda onda, como se fossem as festas e encontros sociais supostamente encabeçados por eles que comprometessem o esforço coletivo da sociedade em barrar o vírus, desconsiderando-se que a alta de casos entre os jovens naquele momento pudesse relacionar-se com o fato de serem eles os mais expostos ao vírus em razão dos postos de trabalho que ocupam não lhes fornecerem a possibilidade de trabalho remoto ou os mecanismos de segurança necessários para se protegerem. A juventude é maioria dentre enfermeiros e demais profissionais da saúde, entregadores de aplicativos, trabalhadores de supermercados, comércios, farmácias e demais serviços; e era também a maioria no transporte público lotado e sem respeito às orientações da Organização Mundial da Saúde.

Mesmo entre analistas de cultura política – inclusive dos setores mais progressistas – é grande a tentação de anunciar tendências de posturas ideológica, política ou de valores da “juventude” ou “da nova geração” que apontam distanciamento dos compromissos sociais coletivos, seja pela “recusa”, pela “rebelião”, pela “alienação”, ou, mais recentemente, pela “desfiliação” ou “desengajamento” dos projetos e mecanismos de participação e transformação da vida política.

Uma das principais conclusões do Relatório da Pesquisa “Cultura Política: Percepção e Valores da População Não Polarizada”³ é a de que não se trata de um grupo homogêneo, e nem com uma tendência ideológica com contornos delineados. Percebe-se, nas entrevistas, valores e opiniões diversos, transitando do conservadorismo para o progressismo, e vice-versa, e muitas vezes coexistindo nas declarações do mesmo indivíduo. É possível, contudo, perceber agrupamentos em

3. Trata-se de um estudo qualitativo, feito por meio de 64 entrevistas em profundidade, com homens e mulheres de renda familiar de até 5 salários mínimos e com posicionamento político não polarizado, medido através da sua posição em relação ao Partido dos Trabalhadores (aqueles que não gostam nem desgostam do PT). O que, segundo as pesquisas do Vox Populi, corresponde a 39% do eleitorado brasileiro.

função do perfil dos entrevistados, principalmente aqueles dados pelo gênero, pela idade e pela região do país.

A clivagem etária foi considerada uma das mais significativas para o posicionamento em relação aos valores e certos temas da política, e a mostra da pesquisa foi dividida em dois grandes grupos: o de jovens (os que tinham entre 18 e 24 anos no momento da pesquisa, em outubro de 2021); e o de adultos, que tinham entre 35 e 50 anos. Neste artigo, vamos nos dedicar a examinar e esboçar algumas interpretações dos entrevistados jovens, que compõem metade da mostra da pesquisa (32 entrevistados).

Embora também não haja homogeneidade dentro deste grupo etário, é possível, contudo, identificar algumas experiências geracionais comuns, como o sonho e projeto de cursar o ensino superior, a inserção ou busca de inserção no mercado de trabalho ainda durante a fase juvenil, uma relação de alta intensidade com as tecnologias de informação e comunicação, e percepções e valores que indicam, de modo geral, uma posição progressista, com uma visão mais crítica às desigualdades sociais e uma postura mais consistente de valorização das diversidades e de rejeição da opressão de mulheres, negros, população LGBTQIA+. Além disso, uma adesão clara e explícita à democracia e uma rejeição da ditadura, assim como uma valorização do papel do Estado e das políticas públicas. Ou seja, posições que apontam para um acompanhamento, em vez de distanciamento, dos processos políticos institucionais e de alguns importantes debates em curso na sociedade, com um posicionamento que abre possibilidades de diálogo com as pautas que os movimentos sociais, o campo progressista e de esquerda defendem.

TRAJETÓRIAS MARCADAS PELA EDUCAÇÃO E TRABALHO

No bloco que levanta elementos da trajetória de vida dos entrevistados, percebe-se uma relação intensa com o mundo do trabalho.

Os jovens entrevistados já estão quase todos trabalhando e apenas alguns poucos estão ainda totalmente dedicados aos estudos sem terem nunca tido experiências de trabalho anterior; situação coerente com os dados estatísticos, que nos informam que 70% dos jovens entre 18 e 24 anos estão na força de trabalho, trabalhando ou procurando emprego. Alguns começaram ainda na adolescência, aos 14, 15 ou 16 anos (há relatos de auxílio a trabalho ou empreendimento dos pais e de aprendizagem legal a partir dos 14 anos) e vários enfrentam ou enfrentaram a situação de estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

As experiências de trabalho são variadas e envolvem bicos, estágios, assalariamento informal e formal, ou iniciativas autônomas deles mesmos ou com parentes e amigos. Na declaração da situação do trabalho no momento da pesquisa, entre os rapazes, há predominância da situação de assalariamento, a maior parte formal; mas também alguns autônomos, conta-própria e uns poucos microempresários. Já entre as moças, predomina a situação de autônomas, embora também haja as que têm emprego com carteira assinada (vale reparar que, entre as moças que têm filhos pequenos, todas são autônomas). Tanto entre moças como entre rapazes, alguns estão desempregados; e outros relatam períodos progressos de desemprego ao longo de sua trajetória laboral. De todo modo, é possível apontar que nenhuma dessas categorias pode ser vista como “fixa” ou “exclusiva”; muitos jovens, na sua curta trajetória laboral, já experimentaram várias ou todas essas situações de trabalho. A pesquisa nos traz exemplos muito didáticos para a apreensão da característica do trabalho juvenil no Brasil contemporâneo. Há o caso de uma jovem negra de 22 anos que teve seu primeiro emprego aos 17, com carteira assinada, em loja de ferramentas; depois disso já foi babá e, por último, vendedora de cursos em *call center*; e hoje não trabalha em função da necessidade de cuidar de dois filhos pequenos. Há também a moça de 25 anos, negra, que informou sua profissão como empregada doméstica autônoma, mas está desempregada desde

o início da pandemia. Ela começou a trabalhar aos 18 anos como auxiliar de limpeza em uma rede de *fast-food*, depois virou recepcionista. Nesse período, teve a segunda filha e 3 meses depois de retornar, pediu demissão. Passou também por trabalhos de *telemarketing*, empresas de limpeza e atendente em quiosque / lanchonete. Ainda, há o rapaz de 25 anos, taxista autônomo, que já trabalhou como porteiro, vendedor e motorista de Uber.

A maioria dos jovens homens se define como “trabalhador” e associa esse termo à situação que ocupa no mercado de trabalho: como empregado, funcionário ou assalariado. Poucos se definem como “empreendedores”; alguns dizem ter “espírito empreendedor” ou desejo de se tornar empreendedor, no futuro, indicando a perspectiva de ter um negócio próprio, como uma clínica, uma venda; mesmo entre os que são autônomos, muitos se definem como trabalhadores. Já entre as jovens mulheres, onde a situação de trabalho como autônomas é bem maior que a de assalariadas, há também uma maior autoidentificação como empreendedoras, embora também entre elas esta não seja a definição predominante. Isso não significa, porém, que não esteja presente a aspiração de se tornar chefe, patrão ou empreendedor, mas mesmos os autônomos entendem que essa não é atualmente a situação deles, ou pelo menos “não ainda”.

A interpretação de que o termo “trabalhador” indique mais um adjetivo, um atributo de valor (como aquele que se dedica, que é esforçado) do que uma posição na relação de trabalho pode ser válida para alguns entrevistados, mas não para todos para os jovens. Há na percepção de vários deles um conteúdo claro de que isso significa “trabalhar para alguém”, não ter seu negócio próprio, não viver de rendas, *ter de trabalhar para viver*. Alguns entrevistados explicam claramente por que se definem como trabalhadores, como no caso de uma jovem mulher de 24 anos, assalariada formal, que diz que é “*trabalhadora porque é só com trabalho para ser reconhecido e porque é só por ele que consegue pagar as*

contas; não é patroa porque não tem seu próprio negócio, não é empreendedora porque não consegue caminhar com seus próprios pés, precisa trabalhar para alguém” (Mulher, +Jovem, branca, RS, interior, Renda 1); ou um jovem de 24 anos, que define-se como “*funcionário*”, pois, apesar de trabalhar num negócio familiar, considera-se funcionário do pai, recebe um salário fixo por mês + extras sempre que tem ganhos adicionais na empresa (Homem, +Jovem, negro, RS, capital, Renda 2).

A relação dos jovens com a educação também é muito forte. A maior parte dos entrevistados tem ensino médio completo (alguns mais jovens ainda estão completando esta etapa de ensino e não há nenhum entrevistado que tenha abandonada escola sem conseguir concluir a educação básica) e uns poucos já têm ensino superior completo. Muitos fizeram cursos técnicos (como de administração, enfermagem, contabilidade ou gestão comercial) e outros fazem, fizeram ou querem fazer graduação de nível superior (alguns estão reunindo condições para isso, estudando, fazendo cursinho pré-vestibular, ou ainda trabalhando para tornar possível bancar uma faculdade privada).

É possível dizer, corroborando outras análises correntes, que essa geração assumiu fortemente a perspectiva do Ensino Superior como ponte para seus projetos de inserção profissional e qualidade de vida. Entre os jovens entrevistados nessa pesquisa, praticamente todos tiveram ou têm uma graduação como sonho ou projeto. Alguns sentem que isso é o que diferencia a sua experiência geracional da de seus pais, que raramente chegaram a esse nível de formação. Contudo, há aqueles que sentem que não conseguiram ou que não conseguirão fazer o curso desejado, em função de responsabilidades familiares, de falta de alternativas na cidade onde moram ou falta de recursos para bancar cursos privados que almejam, e adiam ou engavetam esse projeto ou mesmo já mudaram seus planos de profissionalização. Alguns, principalmente entre os assalariados, conseguiram seus empregos atuais em função da qualificação técnica que adquiriram e acabam retraçando

seus planos para seguir essa trilha; outros “descobrem” uma alternativa em soluções relacionadas ao empreendedorismo e apostam nesse caminho transferindo para a ideia do negócio próprio a perspectiva de um melhor retorno de renda. Mas muitos mantêm a ideia de ainda realizar o sonho de uma carreira baseada na formação universitária e por isso querem prosseguir nos estudos.

COMO SE LOCALIZAM?

De modo geral, assim como no conjunto da pesquisa os jovens situam-se socialmente, quando solicitados a dizerem a que classe pertencem, entre os pobres e a classe média (a maioria como classe média mesmo), por vezes assinalando que estão no trajeto entre uma e outra, e às vezes buscando diferenciar a situação dos muito pobres dos “pobres remediados”, ou uma “classe média quase pobre de uma “classe média com mais estabilidade e conforto”. De qualquer modo, veem a si mesmos muito nitidamente como “longe” dos ricos; não necessariamente em oposição a eles, mas muitas vezes deixam entrever um distanciamento moral dessa camada que também poderia ser entendida como a elite do país.

Essa localização social, de fato, remete menos a uma visão de estrutura das relações de produção e muito mais a uma noção de condições e qualidade de vida, incluindo o consumo, acesso a serviços e a possibilidade de pagar as contas, ou seja, à ideia de classes *de renda*. Mas é preciso considerar que esse é o termo corrente no país, na imprensa, no debate político, nas pesquisas de opinião... nesse sentido, poderíamos dizer que os entrevistados usam o léxico corrente no país. Nessa perspectiva, o traço fundamental que distingue ricos e pobres e estes da classe média é, como aponta a análise do Relatório da Pesquisa, a possibilidade de acesso a bens e serviços dada pela renda, incluindo alguma liberdade de escolha. Enquanto os ricos podem tudo, os pobres têm que ralar e ainda ficam alijados de alimentação, saúde, educação, moradia e emprego de

qualidade. Como afirma uma jovem entrevistada, “*a vida é mais fácil para algumas pessoas do que pra outras, dependendo da classe em que você se encaixa*” (Mulher, +Jovem, branca, SP, interior, Renda 2).

Contudo, queremos ressaltar que essa noção de classes sociais definida pela renda está assentada em uma percepção de existência de desigualdades de acesso, não só a bens de consumo, mas também aos dois marcadores de inclusão que são os mais significativos nessa etapa da vida, *educação e trabalho* ou, melhor dizendo, à qualidade da educação e também a do emprego que se logra obter de acordo com sua condição social. Como diz um jovem entrevistado, “*além do dinheiro, as diferenças de classe geram diferenças de oportunidades, que não permitem que o povão e o pobre subam*” (Homem, + Jovem, negro, BA, interior, Renda 1).

Entre os elementos que os jovens entrevistados arrolam para descrever as diferenças entre pobres, classe média e ricos, com frequência aparece a maior ou menor possibilidade de acesso a uma educação superior de qualidade, ou à possibilidade de fazer a faculdade que quiser, mesmo se for privada e cara; ou, ainda, poder se dedicar integralmente aos estudos sem precisar trabalhar. Como fica indicado na fala de um rapaz de 21 anos, fazendo cursinho pré-vestibular para tentar ingresso em curso superior, que se considera classe média porque “*não se vê à mercê da sociedade, consegue ter acesso à alimentação legal, acesso ao plano de saúde*” mas, por outro lado, “*não consegue ter um amplo leque de opções, como fazer uma faculdade particular cara*”. (Homem, +Jovem, branco, GO, interior, Renda 2)

É frequente também relacionar a classe social ao tipo de trabalho a que se tem acesso. Na visão da maior parte dos entrevistados jovens, tanto as pessoas pobres como as que pertencem à classe média têm de trabalhar para viver; os ricos, ao contrário, têm quem trabalhe para eles, têm o próprio negócio, ou muitos negócios, que propiciam uma renda maior. Ter um emprego pode significar a diferença entre ser miserável e ser pobre, mas conseguir viver, como aponta uma jovem

entrevistada, branca, de baixa renda: “*Eu posso dizer que eu sou pobre. Já vivi uma condição miserável. Eu posso dizer isso com todas as letras. Já fui pobre, pobre, pobre de marré, marré, marré. Mas hoje eu sou uma pobre trabalhadora*” (Mulher, + Jovem, branca, RS, capital, Renda 1). É também o *caráter do trabalho* que diferencia a classe média dos pobres: alguns entrevistados explicam que a diferença entre ser pobre e ser de classe média reside na possibilidade de ter um emprego regular, estável, com salário ou rendimento mais elevado, com direitos como o de faltar quando está doente.⁴

Uma das entrevistadas, de 19 anos, desempregada, diz que “*ser pobre é não ter trabalho fixo e garantido e ter de trabalhar muito mais*” (Mulher, +Jovem, branca, SP, interior, Renda 1); outro entrevistado, de 22 anos, solteiro, com uma trajetória de trabalhos informais, hoje desempregado, observa que quem é classe média tem mais comodidades porque “*pode faltar no emprego se tiver doente, que vai com certificado médico, não tem problema*” (Homem, +Jovem, branco, GO, interior, Renda 1). Já um terceiro entrevistado (Homem, +Jovem, negro, RS, interior, Renda 1), arrola, entre as vantagens de ser rico “*ter um bom emprego*”, junto com ter boa casa e poder dar comodidade à família. Uma entrevistada de 18 anos assinala assim a diferença entre classe média e pobres: “*a classe média só tem alguma condição melhor pelo emprego que tem*” (Mulher, + Jovem, branca, BA, interior, Renda 2).

SONHOS INTERROMPIDOS, MOBILIDADE, PIORA OU MELHORA DE VIDA

Isso não significa, evidentemente, que eles não desejem e valorizem uma mobilidade social, pensada quase sempre como chegar a ou

4. Essa é também a conclusão do Relatório da Pesquisa: “O pilar que garante a estabilidade da classe média é o emprego e o trabalho: ela é vista como uma classe que depende do trabalho para viver e que também é afetada pela alta dos preços.”

se estabilizar como classe média, escapar às privações da pobreza e ter uma vida com mais conforto, estabilidade, lazer e satisfação: é isso o que baliza, em grande medida, a comparação entre a situação de seus pais e a deles próprios, é o que envolve seus sonhos ou projetos com relação ao trabalho e a renda advinda dele.

Nesse sentido, a percepção de mudança da qualidade de vida, baseada em comparações que fazem da vida que eles têm hoje com a que seus pais tiveram quando jovens é, na maior parte das vezes, positiva, principalmente pelo acesso à educação, à informação e às tecnologias, ou porque seus pais tinham uma situação de trabalho muito precária e viviam em situação de pobreza. Mas há também aqueles que sentem sua posição atual como mais difícil e precária que a dos pais: principalmente aqueles que, filhos de profissionais com emprego estável, estejam enfrentando desemprego ou empregos abaixo da qualificação recebida, ou, ainda, as jovens mulheres que, com filhos pequenos, não conseguem ter um rendimento de trabalho suficiente para ter autonomia e qualidade de vida. Vale lembrar que, nesse caso, a comparação parece ser feita menos com relação à vida dos pais quando jovens do que em relação à vida que os pais têm agora, mais estruturada, com a questão de moradia solucionada e renda mais segura em função dos empregos ou rendimentos mais regulares.

Reiterando as conclusões do Relatório da Pesquisa, que afirma que “a esfera do trabalho é determinante na percepção de sucesso/fracasso na vida” (assinalando que, especialmente no caso dos jovens, as dificuldades de inserção produtiva levam a uma visão pessimista, enquanto a aposta numa inserção mais satisfatória eleva o otimismo), observamos que a percepção de melhora ou piora das condições de vida muitas vezes está associada, por um lado, à situação de ocupacional vivida no presente e, por outro, a quanto seus sonhos e projetos de formação e profissionalização estão ou não se realizando. Vários jovens afirmam que o fato de ter um emprego regular lhes permite contribuir para uma situação

mais confortável na família, ou para chegar ao padrão de vida desejado; ou, ao contrário, como o desemprego ou a dificuldade de conseguir um trabalho satisfatório bloqueou seus sonhos e a possibilidade de estruturar uma vida melhor. Um jovem entrevistado de 24 anos, trabalhador assalariado formal, diz que a vida hoje é melhor do que 10 anos atrás, pois a família tem mais renda - ele e a mãe trabalham, o que não acontecia antes (Homem, +Jovem, negro, RS, interior, Renda 2); outro jovem entrevistado assalariado formal diz que sente-se satisfeito com sua vida simplesmente porque não perdeu o seu emprego! (Homem, +Jovem, branco, SP, interior, Renda 1). Já um taxista de 25 anos, com formação técnica em administração sente-se muito frustrado com sua situação de trabalho, não se considera bem-sucedido por que precisa se preocupar com dinheiro e não se sente completo por não ter conseguido seguir na formação de nível superior; diz que não realizou ainda nenhum de seus sonhos, mas ainda os mantém: pretende ingressar em uma faculdade, quitar a casa da mãe e poder ter uma vida com mais prazer (Homem, +Jovem, branco, RS, interior, Renda 1).

A noção de ter conseguido ou apostar em uma melhora de sua situação geral está fortemente relacionada com os sonhos de estudos também. Mas há também aqueles que, já com ensino superior completo, lamentam não conseguir emprego na área de formação e se submetem a trabalhos em áreas e com qualificação abaixo de suas expectativas. Como é o caso de uma jovem entrevistada, formada em relações internacionais e que pôde fazer formação no exterior graças ao “Ciência sem Fronteiras”, que, com grande pesar, conta que não encontrou emprego em sua área, e atualmente trabalha em uma empresa de *marketing* digital (Mulher, +Jovem, branca, SP, interior, Renda 1).

Essa tem sido uma das questões que têm surgido em outras pesquisas e ambientes de debate sobre os atuais desafios colocados aos jovens na conjuntura atual: a frustração da promessa de que, com educação de nível superior, chegam certamente a um bom emprego,

melhor remunerado, com menos precariedade e maiores chances de realização profissional. Como diz uma jovem de 25 anos, terminando o curso de direito, desempregada e que vende bolos para juntar renda: *“imaginava que nesse momento estaria com oportunidades de emprego, e depois que passei todo o curso em estágios, agora ninguém quer contratar”* (Mulher, +Jovem, parda, AM, capital, Renda 2).

Identificar-se como trabalhador, contudo, não implica não ter uma visão crítica sobre o mundo do trabalho. O Relatório da Pesquisa aponta que os jovens, em sua maioria ocupando cargos de menor remuneração e qualificação, “costumam expressar maior criticidade em relação ao mundo do trabalho e maior insatisfação quando submetidos a condições ruins de emprego”. Mesmo aqueles que dizem “gosto do que eu faço”, apontam problemas existentes na sua condição de trabalhadores: salários baixos, desvio de função, cobrança excessiva de superiores, tratamento desrespeitoso, estresse e excesso de trabalho são o núcleo das críticas feitas; há também a percepção de falta de vagas qualificadas que correspondam à escolaridade alcançada pelos jovens, e de que faltam perspectivas de crescimento e promoção profissional nos trabalhos disponíveis.

As entrevistas não permitem aprofundar muito o sentido e alcance dessas críticas, mas é possível perceber entre alguns jovens entrevistados a identificação de problemas do trabalho para além de uma sensação de desconforto ou fracasso pessoal. Além da compreensão de que os salários no país são baixos de forma generalizada, muito aquém do necessário para uma vida digna, vários entrevistados jovens denunciavam as desigualdades e discriminações de gênero e raça existentes no mercado de trabalho. Um jovem entrevistado, desempregado, que se entende como “pobre trabalhador”, vai além e faz a crítica das condições de trabalho e, na verdade, da própria condição de trabalhador subordinado, a partir da descrição da situação do pai, que é carpinteiro e *“trabalha das 7h às 17h em construção de prédio, não pode reclamar,*

não ganhará nem 1/10 do valor do apartamento que está construindo, a hora extra é paga em pizza; é muito degradante, acorda às 4h da manhã (Homem, +Jovem, pardo, SP, capital, Renda 1).

A percepção da qualidade de vida não se faz apenas a partir da percepção do fracasso ou sucesso de sua própria experiência; os jovens relacionam, muitas vezes, os seus problemas à situação geral do país, à conjuntura de crise econômica ou política. A própria situação de trabalho é entendida no quadro de uma conjuntura de desemprego e precariedade crescente no trabalho. No bloco que investiga as percepções sobre a crise, o desemprego e trabalho precarizado aparecem, junto com inflação e violência, entre os problemas mais citados. Um rapaz de 24 anos, diz que *“a piora na situação do país veio de 2 anos, e aparece na dificuldade de conseguir trabalho, principalmente de carteira assinada. As pessoas cada vez mais se sujeitam a empregos inadequados”* (Homem, +Jovem, negro, BA, capital, Renda 1); e mesmo uma menina bem jovem, de 18 anos, ressalta a gravidade da situação atual, dizendo que *“não recordava uma situação tão complicada quanto a que está vendo hoje”* (Mulher, +Jovem, BA, capital, Renda 2), assinalando que em 2018 viu pessoas largando o emprego e se sujeitando a trabalhos com salários mais baixos. Um outro entrevistado, de 24 anos, apresenta uma visão mais aprofundada da situação da crise relacionada ao trabalho, dizendo que o desemprego *“aumentou devido ao aumento do trabalho informal, com a flexibilização de leis trabalhistas e surgimento de novas formas precarizadas de trabalho como os aplicativos”* (Homem, +Jovem, pardo, AM, interior, Renda 2).

DESIGUALDADES MÚLTIPLAS E AGUDAS

A visão crítica da situação social está acompanhada, na opinião dos jovens, de uma percepção bastante aguda sobre as desigualdades imperantes no país: as de renda, como já apontadas no item anterior, mas também as desigualdades de gênero, raça e orientação sexual, que

se associam a preconceitos, intolerâncias e outras formas de opressão, que aparecem como um campo onde os jovens claramente expressam uma visão de mundo geracional. Os jovens percebem de forma mais aguda e profunda as injustiças das desigualdades existentes entre homens e mulheres, entre negros e brancos, entre ricos e pobres, além das regionais e territoriais; têm uma visão mais clara das causas estruturais (sociais) dessas desigualdades e da necessidade dessas serem superadas. Afirmam os direitos à igualdade e percebem que estes nem sempre são garantidos.

Há, certamente, como já dissemos na introdução desse artigo e como assinala o Relatório da Pesquisa, uma grande heterogeneidade quanto aos valores, visões de mundo e posicionamento sobre os temas em debate. E há também muitos entrevistados que manifestam posições ambíguas, e mesmo contraditórias, não sendo possível identificar uma inclinação ideológica clara entre “progressismo” e “conservadorismo”; mas o maior número de entrevistados dessa faixa etária expressa uma visão mais claramente progressista, sendo pequeno o número dos que são francamente conservadores.

Quanto às questões de gênero, são os jovens entrevistados, em sua quase totalidade, tanto homens quanto mulheres, defensores da igualdade de direitos e os mais críticos à discriminação sofrida pelas mulheres, seja em relação à cobrança comportamental (quanto à pressão estética e quanto à constituição de família, por exemplo), seja em relação à violência e assédio e em especial às desigualdades a elas impostas no mundo do trabalho. Interessante reparar que é bastante presente o entendimento de que os obstáculos e discriminações vividos pelas mulheres no mercado de trabalho estão relacionados aos encargos familiares, principalmente os de cuidados, atribuídos pela ordem de gênero dominante. Como aponta uma jovem trabalhadora autônoma: “numa seleção de emprego dão prioridade aos homens, que não tem compromissos tão maiores com a família” (Mulher, +Jovem, negra, AM, capital, Renda1); e outra, assala-

riada formal: “*as pessoas querem acreditar que mulheres e homens são iguais, mas nenhuma empresa quer contratar mulher, porque elas ficam 6 meses em casa caso engravidem. Ou, a pessoa já tem filho e o contratante acha que ela sempre vai faltar, porque o filho vai ficar doente. Eu já fiz uma entrevista e me disseram isso*” (Mulher, +Jovem, branca, SP, capital, Renda 2). Quanto ao tema do aborto, enquanto a amostra geral de entrevistados demonstrou firme rejeição à sua descriminalização e tolerou aberturas somente em casos de estupro, alguns jovens se mostraram abertos a discutir o tema, complexificando-o, relacionando-o com problemas sociais e, ainda, defendendo a autonomia da mulher sobre seu próprio corpo.

Uma jovem entrevistada de 20 anos, com uma filha, lembra que as pessoas abortam desde sempre, então é necessário um sistema que dê apoio às mulheres, para que os procedimentos sejam mais seguros; e, embora seja a favor do aborto mais em situações de estupro e gravidez prematura, acha que “é a mulher que tem de mandar no corpo dela, e não o Estado que deve decidir sobre isso” (Mulher, +Jovem, negra, BA, capital, Renda1). Importante assinalar que há também jovens homens que apresentam essa posição, como um jovem que diz que esse é um assunto polêmico, mas que esta decisão pertence às mulheres e que suas escolhas deveriam ser respeitadas (Homem, +Jovem, negro, AM, interior, Renda1).

Os jovens são os que também demonstram uma compreensão mais aguda sobre o fenômeno do racismo, identificando a perversidade e violência do processo de colonização brasileiro, marcado pela escravidão e pela manutenção das desigualdades pós-abolição. Alguns assinalam também as desigualdades que se expressam no mundo do trabalho; como diz um jovem entrevistado, negro: “*de 10 empresas 7 delas são preconceituosas e não abrem vagas de emprego para negros e indígenas, que sofrem com a falta de acesso a oportunidades*” (Homem, +Jovem, pardo, BA, interior, Renda 2). Mas com relação a essa dimensão da desigualdade, a indignação provém mais frequentemente da injustiça residente na suspeição que decorre da associação dos jovens

negros com a criminalidade. E, diferentemente do conjunto dos entrevistados, há entre os jovens alguns que se posicionam nitidamente favoráveis à adoção de políticas afirmativas como as cotas.

Com relação aos direitos humanos dos presos, as opiniões se dividem, mas são poucos os jovens entrevistados que concordam com a frase de que “bandido bom é bandido morto” e há mesmo uma jovem entrevistada que contrapõem a essa a frase de que “bandido bom é o ex-bandido” (Mulher, +Jovem, negra, AM, capital, Renda 1).

Quanto às drogas, embora a maioria se posicione contra a legalização, uma parcela significativa aponta os aspectos positivos da descriminalização das chamadas “drogas leves”, identificando a complexidade do tema e sua imbricação com o tema da segurança pública, defendendo que o enfraquecimento do tráfico e da criminalidade passa pelo debate da descriminalização.

Podemos ver que alguns dos jovens entrevistados avaliam esses temas a partir do registro da liberdade de escolha de cada um de como conduzir sua vida, mas muitos abordam a dimensão social de tais questões e de suas resoluções. Por isso não se trata apenas de uma defesa das liberdades individuais. Há uma noção de direitos coletivos nessa visão, um desejo de uma sociedade mais inclusiva, que supere a intolerância; nesse sentido, podemos pensar em uma noção de solidariedade social para além de sua própria pessoa, família ou comunidade imediata. Em algumas entrevistas, percebe-se uma indignação com as opressões existentes e mesmo uma disposição de se posicionar abertamente nesses assuntos, inclusive favoravelmente às propostas mais progressistas colocadas no debate público.

FILHOS E FILHAS DA DEMOCRACIA

Os jovens acompanham o conjunto dos entrevistados ao se posicionarem favoráveis a um papel mais ativo do Estado, que deve

se comprometer com a garantia de um amplo leque de políticas públicas financiadas por impostos; na fala dos jovens aparece com certa frequência a noção de que o Estado deve garantir *direitos* (à educação, à saúde, à cultura, ao emprego, à alimentação) e promover uma maior igualdade.

Salta aos olhos, ainda, o repúdio generalizado dos jovens à ditadura e uma clara defesa da democracia como sistema político, ainda que reconheçam que ela convive com diversos limites, e ainda que muitas vezes não se vá além da dimensão cívica do dever do voto. Sobre a ditadura, embora alguns digam que não sabem muito a respeito, a maioria manifesta uma visão negativa, e surgem relatos de pais e avós que sofriam repressão policial. A ditadura, para este perfil, aparece relacionada principalmente ao autoritarismo, à ausência de eleições, supressão de direitos e liberdade de expressão, mas também em algumas entrevistas à tortura, mortes, e a “*um período triste de nossa história*”, como diz um entrevistado (Homem, +Jovem, branco, SP, capital, Renda1).

A liberdade aparece como um conceito chave para a noção de democracia, como aponta o relatório geral, especialmente a liberdade de expressão e de escolha; mas também aparece a noção de que é a condução pelo povo, ou a vontade da maioria. “*O voto é uma ferramenta que deve ser utilizada; a democracia é sinônimo de elevar a voz de todos, ou seja, viver em um regime onde a vontade da maioria prevalece*”. (Mulher, +Jovem, branca, SP, interior, Renda 1)

Há alguns entrevistados jovens que manifestam um “asco” à política, outros que se declaram “apolíticos” ou, ainda, que afirmam não ter o mínimo interesse por política; contudo, esses são francamente minoritários. O voto é valorizado como mecanismo essencial à democracia e quase todos os jovens afirmam participarem convictamente dos processos eleitorais; há um entrevistado que justifica inclusive o voto em branco como um modo de participação no processo, no sen-

tido de que é a expressão de alguém que se informou, avaliou e não gostou de nenhum dos candidatos do pleito.

Quanto à percepção sobre sistemas sociais, notadamente socialismo, comunismo e capitalismo, o resultado geral expressa uma associação do capitalismo à liberdade, do comunismo ao autoritarismo e ao controle e do socialismo a garantia de direitos e bem-estar social (à exceção de alguns homens que associaram socialismo às mesmas percepções sobre comunismo). São os jovens, todavia, que expressaram maior simpatia com o socialismo, alguns aberta e deliberadamente.

DISPUTAR CORAÇÕES E MENTES

Uma tentativa de síntese, ainda que preliminar, nos permite sugerir apontamentos em dois grandes eixos. Um de nossos esforços de agregar elementos analíticos à interpretação dos resultados dessa pesquisa foi o de mostrar que o trabalho é um dos componentes centrais da vida dos jovens das camadas de baixa renda no Brasil, entrando na composição de sua identidade social e na construção de suas referências de vida e de mundo, juntamente com outras dimensões, como a família, educação, a cultura e a religião; seus sonhos e expectativas passam centralmente pelas possibilidades de acesso ao trabalho e o tipo de trabalho alcançado e, portanto, tudo o que diz respeito a esse campo é do interesse dos jovens. Outra linha que se evidencia nessa pesquisa é a percepção da sensibilidade aguçada para os temas relacionados às desigualdades de renda, de gênero e de raça, sua indignação e posicionamento crítico com tais desigualdades; e, em certos casos, disposição para se posicionar em um campo mais progressista nos debates colocados em pauta sobre temas como aborto, violência policial e a questão das drogas. Esse incômodo com a desigualdade os leva a demandarem um Estado mais voltado à execução de políticas sociais que garantam e ampliem direitos, e também a alguns deles manifestarem uma simpa-

tia ao socialismo, à promoção da igualdade e bem-estar coletivo que esse termo anuncia.

O outro eixo de interpretação importante de ressaltar é a franca adesão à democracia, mesmo que como sistema formal, e assentada sobre a ideia de alternância de poder pela manifestação da vontade da maioria; e a rejeição da ditadura, entendida como algo negativo principalmente porque expressa um autoritarismo e restrição da liberdade de opinião. Muitos analistas contemporâneos temem um processo crescente de desengajamento dos jovens dos sistemas políticos institucionalizados, mas, ainda que muitos jovens não se filiem ou confiem nos partidos e suas lideranças, isso não significa uma abstenção ou desinteresse de participar dos processos políticos em curso.

Nesse sentido, arriscamos uma interpretação algo otimista com as possibilidades de processar a disputa de opinião dos jovens não polarizados no Brasil. As percepções dessa juventude permitem o estabelecimento de pontes profícuas de diálogo com os movimentos sociais, a atuação partidária e candidaturas do campo progressista. Se a ofensiva midiática sobre o tema da corrupção afastou essa parcela da população do Partido dos Trabalhadores (PT) e da esquerda, a agenda para o enfrentamento dos problemas que afligem a população pobre e a juventude brasileira neste momento pode aproximá-los novamente.

Defender melhores condições de vida, combater a exploração do trabalho, denunciar as injustiças e a opressão de gênero e raça, tratar aborto como questão de saúde pública, propor transformações estruturais na segurança pública que enfrentem a violência policial e questionem a criminalização das drogas, defender a democracia e reivindicar a construção do socialismo não são, como às vezes fazem parecer ser, bandeiras “radicais demais”, “acadêmicas demais” ou “desconectadas do povo”. Pelo contrário, podem ser exatamente elas que reconectarão a esquerda brasileira com a juventude e com uma base social flutuante e em franca disputa.

É certo que é preciso saber abordar os temas tratados, elencar prioridades, aprimorar a capacidade comunicativa, mas tudo isso sem medo de apresentar uma agenda profundamente comprometida com os valores e a perspectiva da esquerda democrática: há espaço e eco para essa agenda entre os jovens dessa geração.

OS VALORES POLÍTICOS DE JOVENS E MULHERES E A MENOR ADESÃO AO PROJETO BOLSONARISTA

GIOVANA MARQUESANO¹, JOSÉ DEL BEN NETO²,
JULIANA NASCIMENTO³ E REBECA THEODORA⁴

“Me definiria como guerreira. Trabalhadora porque meu primeiro emprego registrado foi com 18 anos e eu já era mãe. Trabalhadora, esforçada, não para buscar algo para mim, mas para meus filhos.” (Mulher, +Jovem,, branca, SP, capital, Renda 1)

“Para mim o que é ser rico é você ter uma família que te apoie. Então, riqueza para mim é você ter uma base familiar.” (Mulher, +Jovem, branca, SP, interior, Renda 1)

“Olha, estou na classe média, porque eu acho que o pobre, pobre mesmo, passa muito mais dificuldades do que eu passo.” (Mulher, +Velha, preta, GO, capital, Renda 1)

1. Giovanna Marquesano é estudante de Ciências Sociais na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) e bolsista do programa institucional de bolsas de iniciação científica do Núcleo de Etnografia Urbana.

2. José Del Ben Neto é graduando em Sociologia e Política pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) e bacharel em Administração pela FGV EAESP; é pesquisador no Centro de Estudos em Sustentabilidade (FGVces) desta mesma instituição.

3. Juliana Nascimento é economista formada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e colaboradora do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisa e Estudos (NOPPE) da Fundação Perseu Abramo.

4. Rebeca Theodora é cientista social pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP-SP) e pesquisadora no Núcleo de Etnografia Urbana.

“Os meus antepassados não puderam estudar, não puderam fazer muita coisa, em prol dos descendentes de italianos, japoneses nesse processo depois de embranquecimento.” (Homem, +Jovem, preto, SP, capital, Renda 1)

Estas são algumas das falas de jovens e mulheres entrevistadas na pesquisa “Cultura política: percepções e valores da população brasileira não polarizada”, realizada pela Fundação Perseu Abramo nos últimos meses de 2021.

As pesquisas recentes de avaliação sobre o governo federal e de intenção de voto para as eleições presidenciais de 2022 revelam uma consistente tendência de maior rejeição ao projeto político de Jair Bolsonaro por parte destes dois segmentos sociais: jovens e mulheres. A partir de profundo esforço qualitativo de campo, a referida pesquisa traz entre seus achados elementos interpretativos sobre os valores e visões de mundo desta parcela do eleitorado que ajudam a explicar seu posicionamento. Neste contexto, o presente capítulo discute esta tendência político-eleitoral a partir da exposição de uma seleção de seus resultados.

Ele se encontra dividido em três seções. Na primeira são apresentados dados secundários que explicitam e trazem à reflexão essa tendência. Em seguida, discutem-se os resultados da pesquisa referentes aos valores políticos do público entrevistado e de que maneira podem auxiliar na compreensão do comportamento político destes dois segmentos populacionais. E, por fim, são traçadas algumas considerações para fins de conclusão e estímulo a novas pesquisas.

COMPORTAMENTO POLÍTICO DE JOVENS E MULHERES SEGUNDO DADOS SECUNDÁRIOS QUANTITATIVOS

As figuras a seguir apresentam a propensão de maior rejeição ao bolsonarismo entre mulheres e jovens a partir da sistematização de

dados de recentes pesquisas realizadas pelo Datafolha e pelo Inteli-gência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC). Primeiramente, são exibidos os resultados das pesquisas de intenção de voto e, na sequência, de avaliação do atual governo federal. As cores utilizadas têm por objetivo marcar as evidências desta tendência: enquanto a gradação em tons de vermelho indica os segmentos nos quais Bolso-naro tem *menor* adesão (quanto mais intenso o vermelho, menor a proporção de pessoas com tendência a aprovar seu governo ou votar nele), a gradação em tons de verde indica os segmentos em que Bolsonaro sofre *maior* reprovação (quanto mais intenso o verde, maior a proporção de pessoas com tendência a desaprovar seu governo ou a rejeitar votar nele). Como fica evidente, os tons mais intensos de ver-melho (menor adesão ao bolsonarismo) e de verde (maior resistência a ele) se concentram ambos no segmento de mulheres e na faixa etá-ria de 16 a 24 anos. Na sequência esses resultados são apresentados em maior detalhe⁵.

A Tabela 1 traz as proporções de cada segmento populacional que apontou, de maneira espontânea, a intenção de voto em Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2022 em cada uma das pes-quisas analisadas. Nota-se que as mulheres e os jovens de 16 a 24 anos tiveram, consistentemente, menor intenção de votar no atual presidente do que os outros segmentos. Este padrão também foi observado, para as mesmas pesquisas, nas perguntas de intenção de voto estimuladas, sem diferença significativa em função das distintas listas de candidatos.

Na Figura 2 são apresentadas as proporções de cada segmento po-pulacional que apontaram Jair Bolsonaro como um candidato em que não votaria “de jeito nenhum”. Os segmentos de mulheres e de jovens de 16 a 24 anos apresentaram maior rejeição do que os demais.

5. Para efeito de comparação dos valores apresentados, cabe informar que todas as pesquisas analisadas ado-tam uma margem de erro de dois pontos percentuais, com intervalo de confiança de 95%.

Tabela 1 – Proporção de intenção espontânea de voto em Jair Bolsonaro por segmento populacional e pesquisa analisada

Pesquisa	Masculino	Feminino	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
Datafolha mai/21	24%	11%	11%	19%	19%	19%	17%
Datafolha jul/21	25%	13%	17%	20%	18%	19%	18%
Datafolha set/21	25%	16%	16%	18%	21%	21%	21%
Datafolha dez/21	22%	14%	13%	16%	19%	21%	20%
Datafolha mar/22	29%	18%	17%	21%	24%	27%	26%
Pesquisa	Masculino	Feminino	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 anos ou mais
IPEC jun/21	27%	14%	15%	21%	19%	23%	20%
IPEC set/21	26%	17%	18%	21%	23%	22%	21%
IPEC dez/21	21%	18%	16%	20%	24%	19%	18%

Fonte: Instituto de Pesquisas Datafolha (2021a, 2021b, 2021c, 2021d, 2022a); Inteligência em Pesquisa e Consultoria (2021a, 2021b, 2021c). Elaboração própria.

Tabela 2 – Proporção de entrevistados que não votariam em Jair Bolsonaro “de jeito nenhum” por segmento social e pesquisa analisada

Pesquisa	Masculino	Feminino	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
Datafolha mai/21	48%	59%	63%	53%	53%	50%	50%
Datafolha jul/21	54%	63%	65%	60%	63%	56%	53%
Datafolha set/21	54%	64%	70%	61%	57%	53%	57%
Datafolha dez/21	59%	61%	67%	64%	63%	56%	53%
Datafolha mar/22	49%	60%	62%	59%	53%	53%	47%
Pesquisa	Masculino	Feminino	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 anos ou mais
PEC fev/21	51%	61%	63%	55%	56%	55%	54%
IPEC jun/21	57%	67%	64%	65%	63%	58%	62%
IPEC dez/21	51%	58%	62%	58%	51%	53%	51%

Fonte: Instituto de Pesquisas Datafolha (2021a, 2021b, 2021c, 2021d, 2022a); Inteligência em Pesquisa e Consultoria (2021a, 2021c, 2021d). Elaboração própria.

A mesma tendência se mantém quando analisados os resultados da avaliação sobre o atual governo federal. A Tabela 3 traz a proporção de cada segmento populacional que avaliou o governo de Jair Bolsonaro como “ótimo” ou “bom” para cada pesquisa analisada⁶. Em linhas gerais, as mulheres e os jovens de 16 a 24 anos tiveram a tendência de avaliar positivamente o governo Bolsonaro com *menor* frequência.

6. Enquanto o Datafolha trouxe em seus resultados as proporções de “ótimo” e “bom” já agrupadas, o Ipec apresentou estes números de forma desagregada, razão pela qual procedeu-se com a soma manual para fins de comparação.

Tabela 3 – Proporção de entrevistados que avaliaram o governo Bolsonaro como “ótimo” ou “bom” por segmento social e pesquisa analisada

Pesquisa	Masculino	Feminino	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
Datafolha jan/21	37%	26%	25%	27%	34%	37%	32%
Datafolha mar/21	35%	26%	21%	33%	31%	34%	32%
Datafolha mai/21	29%	21%	13%	24%	28%	26%	29%
Datafolha jul/21	28%	21%	18%	22%	23%	26%	32%
Datafolha set/21	25%	18%	13%	18%	25%	26%	23%
Datafolha dez/21	24%	21%	13%	20%	23%	29%	25%
Datafolha mar/22	29%	23%	14%	20%	27%	31%	32%
Pesquisa	Masculino	Feminino	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 anos ou mais
IPEC fev/21	30%	24%	18%	26%	29%	30%	33%
IPEC jun/21	29%	19%	19%	20%	23%	26%	28%
IPEC set/21	25%	18%	15%	20%	22%	24%	24%
IPEC dez/21	19%	20%	13%	17%	24%	22%	20%

Fonte: Instituto de Pesquisas Datafolha (2021e, 2021f, 2021g, 2021h, 2021i, 2021j, 2022b); Inteligência em Pesquisa e Consultoria (2021b, 2021c, 2021e, 2021f). Elaboração própria.

Tabela 4 – Proporção de entrevistados que avaliaram o governo Bolsonaro como “ruim” ou “péssimo” por segmento social e pesquisa analisada

Pesquisa	Masculino	Feminino	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 59 anos	60 anos ou mais
Datafolha jan/21	35%	46%	46%	39%	39%	41%	37%
Datafolha mar/21	40%	48%	46%	41%	45%	42%	45%
Datafolha mai/21	40%	50%	49%	44%	46%	44%	42%
Datafolha jul/21	44%	56%	56%	51%	52%	51%	45%
Datafolha set/21	48%	58%	59%	53%	51%	53%	51%
Datafolha dez/21	50%	55%	59%	53%	55%	49%	48%
Datafolha mar/22	41%	50%	51%	51%	45%	43%	42%
Pesquisa	Masculino	Feminino	16 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 anos ou mais
IPEC fev/21	37%	42%	46%	38%	40%	42%	34%
IPEC jun/21	37%	42%	50%	54%	48%	45%	49%
IPEC set/21	49%	58%	61%	52%	55%	53%	50%
IPEC dez/21	52%	57%	57%	56%	53%	55%	54%

Fonte: Instituto de Pesquisas Datafolha (2021e, 2021f, 2021g, 2021h, 2021i, 2021j, 2022b); Inteligência em Pesquisa e Consultoria (2021b, 2021c, 2021e, 2021f). Elaboração própria.

Por fim, a Tabela 4 explicita a proporção de cada segmento populacional que avaliou o governo de Jair Bolsonaro como “ruim” ou “péssimo”⁷. Em linha com o já exposto, mulheres e jovens de 16 a 24 anos tiveram uma avaliação negativa do governo com *mais* frequência.

7. Enquanto o Datafolha trouxe em seus resultados as proporções de “ruim” e “péssimo” já agrupadas, o Ipec apresentou estes números de forma desagregada, razão pela qual procedeu-se com a soma manual para fins de comparação.

Entretanto, quando se observam as conclusões traçadas por Jairo Nicolau (2020) sobre os resultados do segundo turno do pleito de 2018, o cenário se apresenta um pouco diferente. Por um lado, essa menor adesão das mulheres ao voto em Bolsonaro também foi uma característica marcante da última eleição: enquanto o atual presidente recebeu cerca de 64% de votos entre os homens, entre as mulheres esta proporção foi de 53%. Por outro lado, o autor traça duas outras observações relevantes ao se debruçar sobre a influência das faixas etárias nesta disputa, aglutinando o público de 16 a 29 anos. Em primeiro lugar, idade não foi, em linhas gerais e seguindo tendência histórica, um atributo diferenciador dos eleitores, pois em todas as faixas etárias Bolsonaro ganhou de seu concorrente, Fernando Haddad (PT). Contudo, quando os dados por faixa etária são recortados por gênero, chega-se ao resultado surpreendente de que, em oposição ao fato de os homens de todas as faixas etárias terem preferido Bolsonaro (o que ocorreu de forma ainda mais intensa entre homens jovens), entre as mulheres as jovens foram o único grupo no qual Haddad venceu. Ou seja, as pessoas de 16 a 29 anos conformaram o grupo com maior discrepância na adesão a Bolsonaro entre homens e mulheres – sendo as mulheres jovens o único grupo em que o candidato petista saiu vencedor e os homens jovens o grupo que mais intensamente aderiu ao bolsonarismo.

Desta forma, considerando as conclusões de Jairo Nicolau sobre 2018 e os resultados das pesquisas do Datafolha e do IPEC para 2022, *gênero* permanece se mostrando um fator determinante na disputa presidencial, distinguindo a propensão dos eleitores em votar em Bolsonaro. Além disso, *idade* parece ser uma categoria relevante quando se pensa especificamente no público jovem e em sua intersecção com gênero, merecendo, portanto, mais atenção dos analistas.

INTERPRETAÇÃO DOS VALORES POLÍTICOS DE JOVENS
E MULHERES SEGUNDO ABORDAGEM QUALITATIVA

A pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo trouxe, entre seus achados, compreensões que podem ajudar a interpretar esta tendência entre os dois grupos indicados.

Realizadas com pessoas “não polarizadas”, as entrevistas em profundidade revelaram que, diferentemente do que muitas vezes pensado, este público não compõe um perfil homogêneo. Quando estimuladas a compartilhar suas percepções sobre temas como gênero, raça, sexualidade, aborto, preconceito regional e drogas, o que emergiu foi um cenário de forte heterogeneidade de opiniões, perfazendo um quadro complexo de valores políticos, que não se resumiu simplesmente em termos de “direita” e “esquerda”. Distintamente, observou-se na amostra uma marcante fluidez dos posicionamentos entre diferentes pontos do espectro político tradicional de acordo com o tema abordado, obedecendo mais ao repertório cultural de cada indivíduo do que a um imperativo de coerência ideológica. A mesma pessoa se apresentou ora “mais conservadora” ora “mais progressista”.

Os achados também iluminaram, no entanto, certos núcleos ideológicos melhor delineados. De um lado, observou-se a existência de temas que concentraram mais fortemente posições tipicamente conservadoras. Especialmente respaldadas em argumentos de viés religioso, estas posições possuíram como alvo principal as mulheres e foram particularmente presentes em discussões como o cuidado da casa ou a legalização do aborto. De outro lado, porém, destacaram-se aglutinações de jovens⁸ e de mulheres em posturas particulares, destoantes da amostra como um todo. Eles mostraram-se significativamente mais adeptos a pautas relacionadas à garantia de direitos; ao passo que entre elas uma

8. Na composição da amostra da pesquisa foram consideradas jovens as pessoas entre 18 e 25 anos.

forte adesão a valores de caráter mais coletivo e solidário sobressaiu-se, com notável divergência frente ao restante da amostra – mais propício a aceitar pautas individuais do que aquelas com impacto coletivo. Estes dois posicionamentos destoantes podem ajudar na interpretação dos resultados eleitorais anteriormente expostos.

A juventude atual foi marcada por um processo de expansão do acesso à educação, iniciado ainda nos últimos anos da década de 1980, mas intensificado durante as gestões petistas, que contou com políticas como cotas raciais, financiamento estudantil e empréstimos financeiros para grupos de baixa renda, com vistas a favorecer grupos marginalizados. Diante desses avanços, formou-se relativo consenso de que a geração que cresceu durante este período da história nacional é sensivelmente mais escolarizada (CORROCHANO, SOUZA & ABRAMO, 2019) – apesar do forte abalo sofrido pela educação brasileira durante a gestão da pandemia pelo governo Bolsonaro (MAZZA & BUONO, 2021).

Além disso, ela foi marcada também por um período de adoção de políticas de transferência de renda e de inclusão social via consumo, conformando um quadro de redução da miséria, de entrada da parcela mais pobre da população no mercado de trabalho formal e de acesso a crédito e possibilidades ampliadas de consumo (TOMIZAKI & DANILIAUSKAS, 2018). Este modelo nacional de crescimento baseado no estímulo consumidor, no entanto, mostrou-se insustentável a longo prazo. A partir de 2014, o Brasil entrou em uma das piores crises econômicas e políticas de sua história, que culminou no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e que foi seguida pela adoção de uma agenda política de marcada austeridade pelo presidente interino Michel Temer, cujo resultado se deu na forma de ampliação da sensação de desamparo social (PINHEIRO-MACHADO, 2018). Para Corrochano e outras (2018), essa interrupção do processo de desenvolvimento do mercado de trabalho, refletida nos atuais índices elevados de desemprego, na ampliação da precarização do trabalho e na diminuição do

poder de compra associado ao salário mínimo, afetou mais os segmentos populacionais jovens do que o restante da população.

Durante o governo Bolsonaro, com a permanência das políticas de austeridade, com os efeitos da COVID-19, ainda agravados pela ineficácia da atuação federal em seu enfrentamento, e com o esvaziamento das políticas públicas voltadas à juventude (SILVA, 2021), a situação de vulnerabilidade na qual se encontram os jovens se escancarou. Resultado disso foi que estes acabaram por se submeter ainda mais a condições precarizadas de trabalho, compondo o grupo social mais afetado pelos efeitos do processo de flexibilização do trabalho estimulado nas últimas gestões federais (ABÍLIO, 2020; SILVA, 2021).

Essa trajetória socioeconômica já foi utilizada para tentar interpretar a adesão de jovens a Bolsonaro nas eleições de 2018. Pinheiro-Machado (2018) considera que a crise do modelo econômico lulista, com fortes repercussões no mercado de trabalho especialmente para jovens, associada à alta violência urbana, pode ter inspirado parcela da juventude desalentada que aspirava condições melhores a adotar este posicionamento. Além disso, especialmente no caso dos jovens homens – destacado por Nicolau (2020) em contraposição às jovens mulheres –, a autora indica como fator decisivo a perda do protagonismo social e a sensação de desestabilização da masculinidade hegemônica, acarretados pela multiplicação de coletivos negros, feministas e LGBTQIA+, mais visíveis após as jornadas de junho de 2013.

Ao longo da última década, especialmente após intensa participação nas manifestações de junho de 2013, observaram-se reivindicações de coletivos de jovens tanto, de um lado, pela ampliação de direitos sociais e civis e como reação ao autoritarismo quanto, de outro, por um Estado mínimo e como apoio a pautas conservadoras (CORROCHANO, SOUZA & ABRAMO, 2019). Consoante a isso e apesar da existência de uma difusa ideia de que jovens tendem a ser de esquerda, a literatura corrente em ciência política brasileira não estabelece

uma associação direta entre juventude e posicionamento no espectro ideológico e ainda carece de maiores desenvolvimentos a respeito do comportamento eleitoral deste grupo (NICOLAU, 2020).

Moyses Pinto Neto (2015) propõe uma interpretação alternativa para a cultura política da juventude. Observando nas movimentações de junho de 2013 a participação de uma geração de novos atores, que rejeitam o sistema político como um todo, o autor identifica uma transição geracional que atravessa as noções clássicas de “direita” e “esquerda”. Para ele:

A transição para as gerações Y e geração Z, nascidas em ambiente mais transparente e democrático, envolve um questionamento brutal que atravessa noções de direita e esquerda, das práticas patrimonialistas que sustentam o Estado brasileiro. Muitos expressaram essa ideia como “antipolítica”, ainda que evidentemente se trate de uma expressão política que rejeita todas as opções no tabuleiro. (...) Talvez a juventude represente, hoje em dia, uma “ruptura paradigmática” que reconfigura todo o tabuleiro da política pensada em termos de oposições entre socialismo e liberalismo.

Outra percepção estigmatizante difundida no senso comum descreve os jovens como politicamente desinteressados. Diversamente, pesquisas apontam uma tendência de desilusão com a política tradicional: descrença com eleições, partidos e políticos (TOMIZAKI & DANILIAUSKAS, 2018). Essa compreensão sobre o comportamento político da juventude parece encontrar eco em dados como (i) o resultado do Datafolha (2022a) que aponta que apenas 31% dos jovens de 16 a 24 anos tem grande interesse pela eleição presidencial de 2022⁹; e (ii) a recente marca histórica do menor número de adolescentes de 16 e 17 anos com posse de título de eleitor meses antes da eleição nacional (PUENTE, 2022).

9. Para título de comparação, 42% das pessoas de 25 a 34 anos, 48% daquelas entre 35 e 44 anos, 50% de 45 a 59 anos e 52% de 60 anos ou mais afirmaram ter grande interesse na disputa.

Em uma interpretação que parece trazer inteligibilidade para a relação entre os jovens e a política, Tomizaki e Daniliauskas (2018) afirmam que este segmento social vive uma “rejeição consciente de determinadas práticas típicas da política institucional”, a qual, porém, vem acompanhada por um “aumento de interesse (...) pela ‘política do cotidiano’, levada a cabo por pequenas organizações, grupos informais, especialmente ligados à área cultural”.

Os resultados encontrados pela Fundação Perseu Abramo (2022) apontam em direção semelhante. Apesar de não se ter verificado a presença de um engajamento marcante no sistema político tradicional, mostrou-se consistente entre as entrevistas realizadas com jovens uma maior familiaridade e uma postura mais crítica em defesa de questões políticas associadas à defesa dos direitos civis e sociais de minorias. Esta distinção no posicionamento da juventude surgiu nas discussões realizadas a respeito de diferentes temas.

Em geral, as pessoas entrevistadas não negligenciaram as desigualdades de gênero e afirmaram que, muito embora o Brasil tenha avançado nesta pauta nos últimos anos, continua sendo marcadamente machista. Contudo, foi comum que se identificassem diferenças naturais entre homens e mulheres, associando os primeiros à força, praticidade e racionalidade e as últimas à sensibilidade, humanidade e organização. Este foi um dos núcleos ao redor dos quais se organizaram com mais força as tendências conservadoras na pesquisa: ainda que a maior parte das respostas afirmasse que as tarefas domésticas devem ser divididas, colocou-se sobre a mulher a responsabilidade acerca da família e da casa, sob a justificativa de uma suposta capacidade de organização e cuidado naturalmente maior. A título de exemplo, cita-se a fala de uma mulher negra, mais velha, de São Paulo: “Meu marido e eu somos super diferentes, ele não consegue cuidar da casa, dar conta de trabalho, filhos, limpeza como eu. Mas a gente deveria ter os mesmos direitos sim, com certeza. Hoje não temos”. Analisando

dados do IBGE e DIEESE, ambos apontam as mulheres como mais ocupadas, visto que dedicam em média 17,3 horas semanais à realização de afazeres domésticos, contra 8,5 horas por parte dos homens (IBGE, 2018 *apud* DIEESE, 2019). Todavia, entre os jovens e entre as mulheres, essa tendência de naturalização da posição social feminina, ainda que existente, mostrou-se mais fraca e acompanhada de uma criticidade mais acentuada para as dinâmicas de gênero.

Em relação às desigualdades raciais, por sua vez, foi uma tendência geral da amostra o reconhecimento da existência do racismo no país; ele não foi negado. Especialmente entre os jovens, houve uma perspectiva crítica a respeito do processo de colonização brasileiro, na qual este foi descrito como um movimento violento, gerador da escravização do povo negro e responsável por marcas sentidas até hoje. Ainda assim, entretanto, esse diagnóstico coexistiu com uma visão romantizada da miscigenação, que teria feito do Brasil um país acolhedor, e com uma discordância sobre a implantação de políticas afirmativas raciais, que não faria senão reafirmar o racismo. Estas duas posições foram observadas em toda a amostra, mas a discordância a respeito das políticas afirmativas foi menos presente entre jovens.

Já no que concerne o tema do aborto, sua descriminalização foi amplamente rejeitada. Apenas entre as pessoas jovens apresentou-se alguma disposição para que fosse discutida, ainda que sem defesas entusiasmadas. Majoritariamente, os argumentos mobilizados pelos jovens nesta defesa passaram por seus potenciais resultados: a redução dos casos de crianças em situação de rua e mesmo dos números de abortos realizados, traçando paralelos com experiências similares de outros países. Para além destes argumentos, no entanto, destacou-se o fato de a defesa da autonomia da mulher sobre seu corpo ter sido escassamente mobilizada – e restrita unicamente às mulheres jovens.

Em oposição a essa defesa e constituindo parcela predominante das respostas apresentadas, a reprovação de medidas de descriminali-

zação se justificou principalmente por uma “culpa” sobre a gravidez atribuída à mulher, a qual se baseou em compreensões religiosas sobre a defesa à “vida” e na ampla disponibilidade e acessibilidade de métodos contraceptivos. Sob esta compreensão, a gravidez indesejada foi apresentada como irresponsabilidade feminina – razão pela qual o aborto em casos de estupro foi a única exceção amplamente concedida, já que retiraria da mulher esta “culpa” sobre o sexo. Ademais, foi consistente entre as pessoas contrárias à descriminalização a percepção de que deveria haver formas, ainda que brandas, de punição das mulheres que abortam. Pela concepção de Brigitte Lhomond (2010, p. 232) “a sexualidade foi objeto de controle por parte da Igreja, hegemônica até o século XVIII, no que a sucederam, sem jamais destroná-la totalmente, a Medicina e os Direitos civil e penal”. Portanto, entre os opositores mais entusiastas, com destaque para pessoas mais velhas e motivadas pela religião, surgiu a compreensão de que estas mulheres acabariam sendo punidas por si mesmas, pois nunca se perdoariam pelo ato. Por fim, outro núcleo conservador manifesto, ainda que timidamente, nas discussões sobre o aborto foi uma culpabilização das mulheres mais pobres por um suposto número excessivo de filhos, tornando-as responsáveis pelo contingente de crianças sem moradia.

Tanto nas discussões sobre aborto quanto sobre direitos da comunidade LGBTQIA+, a justificativa de defesa das crianças foi mobilizada como forma de legitimar posições conservadoras: contrárias à descriminalização do aborto, à possibilidade de adoção de filhos por pais homoafetivos e à demonstração de afeto homossexual em público.

Por fim, a tendência de maior progressismo entre a juventude também foi notada em outros achados, estes um pouco mais dispersos, ao longo dos tópicos desenvolvidos na pesquisa. Em primeiro lugar, quando interrogados sobre suas percepções a respeito da noção de “socialismo”, concentrou-se em alguns jovens a adoção de posições simpáticas, assim como a associação entre esta palavra e a ideia de

bem-estar social. Em segundo lugar, constatou-se entre jovens, especialmente entre jovens mulheres, uma maior tendência de criticidade na sua relação com o mundo do trabalho, particularmente a maior expressão de insatisfação frente a situações ruins de emprego – muito embora essas críticas não tenham passado pela defesa de direitos trabalhistas. Enquanto isso, as pessoas mais velhas pouco expressaram insatisfação e tenderam a manter uma postura mais pragmática, orientada às expectativas sobre o rendimento do trabalho. Ademais, um último elemento que pode auxiliar na interpretação das causas da maior reprovação a Bolsonaro entre jovens é o achado de que na pesquisa este público associou mais fortemente as origens da crise brasileira atual – principalmente econômica, mas também política – com a pandemia. Ou seja, ele ancorou sua interpretação da crise em eventos mais recentes, já do período do atual governo federal, ao passo que as pessoas mais velhas reconheceram elementos perenes na atual crise, vinculando-a a um período mais prolongado da história nacional.

Também foi observada em distintas discussões da pesquisa certa peculiaridade dos valores políticos das mulheres (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2022). Em linhas gerais, quando questionadas sobre o que mais teria marcado sua formação pessoal e sobre quais seriam os valores que consideram os mais importantes, as pessoas entrevistadas consistentemente destacaram o papel da família e, em segundo lugar, da igreja em suas vidas. Seriam estes os principais espaços de formação de caráter, responsáveis por dar o acolhimento, o sustento e o norte para se desenvolver aquele que seria, ao seu entender, o principal valor na construção de suas trajetórias de vida: a perseverança para “ser alguém na vida”, a capacidade para batalhar e “não desistir nunca”. No entanto, destacou-se entre as mulheres, especialmente as mulheres jovens, a emergência também de valores de caráter coletivo, como o amor ao próximo, o respeito com o outro e a solidariedade, para além da defesa única do “batalhador”.

Esta compreensão feminina mais ampliada das preocupações coletivas pôde também ser observada em outras constatações da pesquisa. Concluiu-se que as mulheres, assim como os homens jovens, demonstraram maior familiaridade e facilidade com discussões sobre diferentes tipos de desigualdade. Distintamente dos homens mais velhos – com maior predisposição a percepções superficiais do assunto, associando-o mais a meras diferenças culturais do que a questões basilares da estrutura social –, o público feminino e jovem apresentou as desigualdades sociais de maneira tátil e crítica, por meio de exemplos de suas rotinas, utilizados para a compreensão do problema a nível nacional. Esta maior predisposição feminina para discussões coletivas pode estar relacionada ao maior contato deste grupo com o cuidado da casa e dos filhos. Tarefas como ir ao mercado, cozinhar, fazer a higiene do lar, ser responsável pelo cuidado e educação das crianças acabam por expor as mulheres aos efeitos da dinâmica social e política, tornando-as mais atentas a esta realidade.

As mulheres também demonstraram uma compreensão peculiar acerca das diferentes posições de classe na sociedade. Em primeiro lugar, atribuíram significados mais ampliados sobre o que configura ser rico, para além dos critérios financeiros. Nesta interpretação, denotam também atributos de riqueza expressões como: “rico de saúde”, “ser feliz”, “ter uma família que te apoie” e “fazer viagens a lazer”. Postura similar foi adotada no que se refere à pobreza. Ao passo que houve uma tendência consistente entre as pessoas entrevistadas de associar a pobreza com a dificuldade de sobreviver sob circunstâncias materiais muito precárias; entre as mulheres apresentou-se uma predisposição para pensar um conjunto mais ampliado de atributos, para além do foco na miséria e no desalento. Neste sentido, surgiram critérios como a qualidade dos alimentos, o acesso à saúde e à educação de qualidade e até mesmo a conexão à internet. Por fim, verificou-se também entre as mulheres uma maior tendência otimista de considerar, na análise sobre a sua pró-

pria posição na sociedade de classes, a ausência de vulnerabilidade social como critério para definir-se como pertencente à classe média. Diversamente, entre os homens com mesma faixa de renda familiar predominou a avaliação de estarem *em busca de* ascender à classe média.

Outro resultado que pode ser compreendido nessa chave de maior preocupação com a coletividade remete à leitura das mulheres sobre a atuação estatal. Elas apresentaram uma agenda de reivindicações mais ampla para as políticas públicas do que os homens, buscando um conjunto de políticas que garantam o bem-estar da população, como melhores condições de salário, de combate à fome, de desenvolvimento de projetos culturais e de lazer e de preservação do meio ambiente. Em contraposição, ainda que em caráter mais pontual, entre alguns homens de maior renda a reflexão sobre a forma de atuação do Estado se reduziu à preocupação de que ele não aja de maneira excessivamente “assistencialista” com a população, limitando-se a uma compreensão patrimonialista do Estado brasileiro.

Similarmente, uma compreensão feminina mais expandida da política emergiu de discussões sobre o processo eleitoral. De forma geral para o conjunto das pessoas entrevistadas, foi atribuído ao voto status de grande relevância, pois configuraria a principal ferramenta de exercício da cidadania. Assim, o voto foi considerado em linhas gerais tanto um dever cívico quanto um importante direito. Entre as mulheres, porém, houve um reconhecimento do voto enquanto um direito historicamente *conquistado* de participação no espaço público.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A juventude parece se configurar como um segmento populacional que precisa ser melhor compreendido na análise política atual. De um lado, as pesquisas eleitorais sinalizam para uma tendência significativamente consistente de menor adesão ao voto bolsonarista em

2022. De outro, os resultados do segundo turno das eleições presidenciais de 2018 sinalizam que pode haver uma forte discrepância desta adesão entre os jovens de acordo com seu gênero. Para compreender melhor esta tendência, seria relevante interseccionar as categorias idade e gênero nos resultados das pesquisas eleitorais. De qualquer forma, os resultados da pesquisa “Cultura política: percepções e valores da população brasileira não polarizada” sinalizam para uma maior aderência de pautas vinculadas à defesa de direitos civis e políticos de minorias entre este público, com reduzida influência da variável gênero. Este tipo de defesa é sabidamente avessa ao posicionamento político bolsonarista. Dessa maneira, tal interpretação, unida à compreensão de que a conjuntura socioeconômica vem se tornando cada vez mais difícil para os jovens desde o início do governo do atual presidente, podem ajudar a explicar a tendência geral de resistência dos jovens ao voto em Bolsonaro.

Já entre as mulheres, a tendência se mostra mais consolidada. Em linhas gerais, elas se inclinam a apresentar menor adesão ao voto em Bolsonaro, o que pode ser observado tanto nas pesquisas eleitorais atuais quanto nos resultados das eleições de 2018. Os resultados da mencionada pesquisa sobre cultura política auxiliam na interpretação de que essa resistência pode estar vinculada a uma propensão a valores eminentemente coletivos e a reivindicações sobre a política e o Estado que passam mais pela garantia do bem-estar social e da participação. Esta tendência parece se mostrar ainda mais intensa ao observar a intersecção entre estes dois segmentos populacionais tratados, ou seja, as mulheres jovens.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. “Uberização e juventude periférica: Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho”. *Novos estudos CE-BRAP*, v. 39, p. 579-597, 2021.

CORROCHANO, Maria Carla; DOWBOR, Mônica; JARDIM, Fabiana A. A. “Juventudes e política no Brasil do século XXI: quais horizontes?”. *Laplage em Revista*, v. 4, n. 1, p. 50-66, 2018.

CORROCHANO, Maria Carla; SOUZA, Raquel; ABRAMO, Helena. “Jovens ativistas das periferias: Experiências e aspirações sobre o mundo do trabalho”. *Revista Trabalho Necessário*, v. 17, n. 33, p. 162-186, 2019.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. (2022). “Cultura política: Percepções e valores da população brasileira não polarizada”. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/publicacao/cultura-politica/>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA DATAFOLHA. (2021a). “Intenção de voto para presidente, 2022”. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/05/12/1984ppjlr3m3poekfrblsintv2022pnc.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021b). *Pesquisa Nacional*. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/07/12/ivprndntijvpcidntr0708521j.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021c). *Pesquisa Nacional*. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/09/17/48inte432532nfasdfacao42352386568t-wet.pdf>>. <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/01/26/b212555312706e10691cf0ef9a8c981babpckt.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021d). *Pesquisa Nacional*. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/12/20/P2ri345r2353IV9ns894-343402iSP1x2r21_ivBrzl.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021e). *Pesquisa Nacional: Avaliação do presidente Jair Bolsonaro*. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/01/26/b212555312706e10691cf0ef9a8c981babpckt.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021f). *Avaliação do presidente Jair Bolsonaro*. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/03/17/6879812ac6be2a-83138f6379ef5711cdabsnr.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021g). *Avaliação do presidente Jair Bolsonaro*. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/05/13/574c277a171a64f166dee28d-083f08cfavbc.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021h). *Pesquisa Nacional*. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/07/12/x19y745284bz1i4r0lj0av6gwov08072121.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021i). *Pesquisa Nacional*. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/09/20/ava4352go532453br4485rsmd.pdf?_ga=2.118695113.1707378124.1646991953-1923082593.1629679070>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021j). *Pesquisa Nacional*. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2021/12/20/P2ri345r2353IV9ns894-343402iSP1x2r21_AVaoBrzl.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2022a). *Eleições 2022*. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/03/25/Intencao_de_voto_presidente_mar_22.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2022b). *Eleições 2022*. Disponível em: <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2022/03/25/Avaliacao_presidente_mar_22.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

INTELIGÊNCIA EM PESQUISA E CONSULTORIA. (2021a). *Pesquisa de opinião pública sobre intenção de voto*. Disponível em: <https://www.ipecc-inteligencia.com.br/Repository/Files/27/03_14_IPEC_JOB_21_0046-7_Intencao_de_voto_Relatorio_de_tabelas.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021b). *Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos/administrativos*. Disponível em: <[https://www.ipecc-inteligencia.com.br/Repository/Files/40/JOB_0046-9_AVALIA%C3%87%C3%83O%20E%20VOTO%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20\(Imprensa\).pdf](https://www.ipecc-inteligencia.com.br/Repository/Files/40/JOB_0046-9_AVALIA%C3%87%C3%83O%20E%20VOTO%20-%20Relat%C3%B3rio%20de%20tabelas%20(Imprensa).pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021c). *Pesquisa de opinião pública sobre assuntos políticos/adminis-*

trativos. Disponível em: <[https://www.ipeec-inteligencia.com.br/Repository/Files/47/JOB_0046-12_AVALIACAO%20E%20VOTO_Relatorio%20de%20tabelas%20\(Imprensa\).pdf](https://www.ipeec-inteligencia.com.br/Repository/Files/47/JOB_0046-12_AVALIACAO%20E%20VOTO_Relatorio%20de%20tabelas%20(Imprensa).pdf)>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021d). *Pesquisa de opinião pública sobre as eleições 2022*. Disponível em: <https://www.ipeec-inteligencia.com.br/Repository/Files/16/14_IPEC_JOB_21_0042_Eleicoes_Relatorio_de_tabelas.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021e). *Pesquisa de opinião pública sobre avaliação do governo federal*. Disponível em: <https://www.ipeec-inteligencia.com.br/Repository/Files/14/16_IPEC_JOB_21_0042_Avaliacao_do_Governo_Relatorio_de_tabelas.pdf>. Acesso em: 02 jun. 2022.

_____. (2021f). *Pesquisa de opinião pública sobre avaliação do governo federal*. Disponível em: <https://www.ipeec-inteligencia.com.br/Repository/Files/26/04_13_IPEC_JOB_21_0046-7_Avaliacao_do_Governo_Relatorio_de_tabelas.pdf>. Acesso em:

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). *Trabalho doméstico no Brasil*. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 02 jun. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio Contínua Divulgação Especial: Mulheres no Mercado de trabalho*. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Estudos_especiais/Mulheres_no_Mercado_de_Trabalho_2018.pdf. Acesso em: 02 jun. 2022.

LHOMOND, Brigitte. Sexualidade. In: *Dicionário Crítico Feminista*. HIRATA, Helena *et al.* (Orgs.) São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MAZZA, L., & BUONO, R. (09 de agosto de 2021). *Sem internet nem aprendizagem*. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br>. Acesso em: 02 abr. 2022.

NICOLAU, J. *O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana; SCALCO, Lucia Mury. Da esperança ao ódio: juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo. *Cadernos IHU Ideas*, 2018.

PINTO NETO, Moysés. Juventude em chamas: pessimismo, organização e utopia. *Lugar Comum*. Rio de Janeiro. v. 45, p. 117-137, 2015.

PUENTE, B. (23 de março de 2022). “Número de adolescentes com título de eleitor em fevereiro é o menor já registrado”. *CNN Brasil*. Disponível em: <https://cnnbrasil.com.br>. Acesso em: 02 abr. 2022.

SILVA, Tarcisio Augusto Alves. As políticas públicas de juventude no Brasil pós-golpe de 2016. *Revista de Ciências Sociais*, n. 54, p. 150-167, 2021.

TOMIZAKI, Kimi; DANILIAUSKAS, Marcelo. A pesquisa sobre educação, juventude e política: reflexões e perspectivas. *Pro-Posições*, v. 29, p. 214-238, 2018.

O CONSUMO DE INFORMAÇÃO, AS NOTÍCIAS FALSAS E A GRANDE MÍDIA

DAVID DA SILVA JUNIOR¹

PEDRO SIMON CAMARÃO TELLES RIBEIRO²

Embora não apresente em seu relatório final dados sobre consumo de informação, a pesquisa “Cultura política: percepções e valores da população brasileira não polarizada”, da Fundação Perseu Abramo, abordou o tema com todos os seus entrevistados. Ao mesmo tempo que os padrões de resposta não diferiram muito dos apontados por outras pesquisas, questões interessantes podem ser levantadas, sobretudo no que se relaciona à identificação e consumo de notícias falsas. Uma vez que os dados sobre o tema mostram que a maioria dos entrevistados afirma não buscar conteúdo sobre política por não gostar, não entender muito do assunto ou não ter tempo. Uma parcela minoritária diz buscar, seja porque gosta do assunto, seja porque acha necessário manter-se informada sobre ele. Entre os que consomem notícias sobre política, há uma distinção geracional: os mais velhos consomem

1. Jornalista, sociólogo e videomaker, especialista em Gestão de Marketing e Gestão Cultural. Atua como gerente de comunicação na Fundação Perseu Abramo.

2. Pedro Simon Camarão Telles Ribeiro é mestre em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), é analista e jornalista na Fundação Perseu Abramo (FPA) desde 2017.

mais notícias pela televisão, especialmente das redes Globo e Record, e acreditam que o local de circulação de notícias falsas e desinformação se restrinja à internet; já entre os mais jovens, a maioria dos entrevistados consome notícias pela internet, via redes sociais ou portais de notícias, principalmente G1 e UOL, ou em sites de jornais.

Independente do perfil, todas as pessoas entrevistadas disseram que já receberam notícias falsas, inclusive no período eleitoral de 2018, entretanto, a maioria afirma não ter medo delas por acreditar que tem condições de checar a veracidade das informações recebidas, embora temam que outras pessoas possam acreditar naquilo que é falso. Entre as formas relatadas de verificação da veracidade de uma informação estão: pesquisa e cruzamento de dados em outras fontes; atenção ao que circula no “boca a boca”; checar se a informação está sendo veiculada em outros canais.

É justamente nessa relação das pessoas entrevistadas com as notícias falsas que os dados da pesquisa começam a ficar interessantes. Essa crença de que as notícias falsas só atingem as outras pessoas é ilusória, porque: 1) qualquer pessoa com acesso a meios de comunicação de massa ou à internet é bombardeada diariamente por um volume de estímulos que ultrapassa a capacidade humana de racionalização; 2) as notícias falsas são intencionalmente falsas, produzidas com a finalidade de enganar quem as recebe, seja por adicionarem um elemento falso em meio a informações verdadeiras ou por serem pensadas para segmentos de público específicos; 3) porque não há qualquer garantia de que as formas apontadas de verificação da veracidade de notícias funcionem.

Quanto às formas de verificação, vale aqui se deter um pouco mais em cada uma delas. Se a maior parte dos entrevistados não se interessa por conteúdo político e não acompanha o noticiário sobre o tema, como poderia identificar quais fontes seriam fontes confiáveis para cruzamento de dados? É comum que antes mesmo de viraliza-

rem, notícias falsas se espalhem pela web de forma coordenada e muito rápida, seja por interesse político ou pela corrida por cliques e pelo dinheiro que trazem consigo. Também é importante ponderar que, a depender da plataforma em que a notícia falsa é disponibilizada, é comum hoje que algoritmos direcionem o usuário para conteúdos similares e essa repetição pode trazer uma falsa sensação de segurança que valide o conteúdo falso. Além disso, a produção de notícias falsas voltadas a segmentos de público muito específicos, faz com que mesmo conteúdos que soem absurdos para a maioria das pessoas tornem-se virais em determinados nichos.

Atenção ao que circula no “boca a boca” também é um caminho frágil. Se uma notícia falsa chega por um contato com o qual se compartilha uma sociabilidade, então é grande a chance de que outras pessoas próximas também já tenham recebido a mesma notícia. Dados da pesquisa da Fundação Perseu Abramo mostram também que uma notícia recebida que não é comentada pela rede de relações tende a ser interpretada como falsa, ao passo que uma notícia não veiculada pela imprensa profissional, mas que está sendo muito comentada, tende a ganhar status de verdade. Neste cenário, é grande a chance de que o boca a boca se torne um elemento de legitimação da notícia falsa e não o contrário.

Por fim, a simples checagem da informação em outros canais também pode ser um modo precário de verificação da veracidade de uma notícia. Na pesquisa, a televisão aparece como uma forma de validação da informação, especialmente entre os mais velhos, mas, por um lado, meios de comunicação de massa como a TV não permitem a postura proativa de buscar o que se deseja saber, por outro, a história da imprensa no Brasil é marcada por uma forte concentração do controle dos veículos de grande circulação e pela frequente opção por interesses empresariais, em detrimento de uma suposta objetividade jornalística.

A televisão e o rádio são meios de comunicação muito marcantes na cultura política brasileira. Desde sempre, os dois dispositivos têm muito mais capacidade de comunicar do que jornais impressos ou livros. Uma das causas, certamente, é o nível de analfabetismo ou ainda de analfabetismo funcional que o Brasil teve até o início dos anos 1990, fazendo dos meios impressos veículos acessíveis para um número de pessoas muito reduzido. Portanto, a indicação da pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo de que a televisão e o rádio são utilizados como meios para aferir informações sobre a política nacional – principalmente por gerações mais antigas –, é algo reconhecido e confirmado por diferentes estudos da área da Comunicação e do jornalismo. A TV e o rádio sempre foram os únicos meios capazes de atingir todas as diferentes parcelas da sociedade brasileira. Isso se altera apenas com o advento da internet conectada nos aparelhos de telefone celular, mais precisamente os *smartphones*, que se popularizara a partir do final da primeira década dos anos 2000 quando o governo de Luiz Inácio Lula da Silva transformou os referidos aparelhos em “produtos essenciais”. Ou seja, a TV e o rádio vigoraram como os meios de comunicação de referência para informação da população durante décadas no Brasil.

O RÁDIO E A TV NO BRASIL

O rádio chega ao Brasil em meados dos anos 1920. A data é relevante porque, até então, não havia meio de comunicação de massa que fosse capaz de atingir todo o país. Na época, a área atingida por um transmissor era muito maior. Há episódios em que uma rádio sediada na cidade de São Paulo ou no Rio de Janeiro podia ser sintonizada até mesmo fora do país. Muito diferente do período atual, na época um aparelho de rádio podia custar o preço de um automóvel. Ou seja, os aparelhos portáteis ficavam nas mãos dos mais ricos. Entretanto,

fazer com que aquele meio de comunicação atingisse a todos era um interesse de políticos e, claro, da elite que tinha todo o interesse de dominar o “jornal do povo”, como o rádio era chamado por dialogar com qualquer um. A história do rádio é contada em detalhes por Luiz Artur Ferrareto em *Rádio – O veículo, a história e a técnica*. Não por acaso, é interessante contar que a produção industrial do rádio ocorreu porque a fabricação de aparelhos utilizados na guerra excedeu a demanda, cresceu demais.

A popularização do rádio ocorreu, em grande parte, pela autorização da veiculação de publicidade na programação das emissoras, o que transformou o veículo em um grande negócio para a época, como demonstra a obra *O Rádio no Brasil* de Sônia Virgínia Moreira. E mais, o aumento da audiência fez também aumentar o controle sobre as informações veiculadas. O controle governamental era forte desde o nascimento do rádio no Brasil:

Além do controle sobre as concessões, o governo de Getúlio também controlou o conteúdo das rádios através do Departamento de Imprensa e Propaganda. Ao longo dos anos, o poder do órgão aumentou e ele mudou de nome algumas vezes: Departamento Oficial de Propaganda (DOP), criado em 1932; Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural, em 1934; e, finalmente, o DIP em 1939. O DIP, segundo diversos trabalhos que analisam a época, foi utilizado para propagar os ideais do Estado Novo. (GUERRA *et. al.*, 2017, p. 101,102).

Desde o início, os dois meios de comunicação de massa aos quais nos referimos neste item serviram como fonte de propagação do que era a cultura estadunidense do momento e como difusores de um jornalismo, como na Rádio Nacional, no caso do rádio, controlado por ideais conservadores e pelo capital. Esse cabresto sobre a informação se mantém através do tempo. Basta ver o conteúdo jornalístico

da maior parte das rádios líderes de audiência no país. Cito como exemplos Jovem Pan FM, Rádio Eldorado e Rádio Bandeirantes. “O reinado das rádios como principais influenciadoras do consumo no Brasil só vai acabar diante da popularização da televisão, história que começa na década de 1950, mas que se concretiza apenas a partir dos anos 1960” (GUERRA *et. al.*, 2017, p. 102). Assim como no caso do rádio, os televisores eram equipamentos muito caros e eram poucas as pessoas com possibilidade de ter acesso a um. No entanto, a Ditadura Militar decidiu fazer da popularização da TV uma política governamental e criou mecanismos para baratear os preços dos televisores como demonstra a tabela a seguir:

Ano	Nº de aparelhos
1950	200
1952	11.000
1954	34.000
1956	141.000
1958	344.000
1960	598.000
1962	1.056.000
1964	1.663.000
1966	2.334.000
1968	3.276.000
1970	4.584.000
1972	6.250.000
1974	8.781.000

Fonte: ABINEE – Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletrônicos *apud* Guerra, 2017, p. 101.

A meta do governo era utilizar a televisão como meio para criar uma identidade nacional (OLIVEIRA, 2001). Para isso, os militares decidiram esvaziar o poder da TV Tupi fazendo com que a recém-criada TV Globo tivesse muito mais poder.

Os militares concederam uma série de benefícios à recém-criada TV Globo, dessa maneira, a TV Tupi foi enfraquecida e a emissora escolhida pelos militares para ser a comunicadora do governo contou com o apoio tecnológico estatal para ter a capacidade de atingir todo o território nacional. Portanto, existiu um projeto político sustentando o poder de comunicação da TV Globo. Durante as décadas em que a ditadura militar imperou, a censura aos veículos de comunicação se fez presente e manteve o bloqueio para determinados discursos que não podiam ser abordados pela imprensa. (RIBEIRO, 2020, p. 17)

Desde o seu nascimento, a TV Globo é a maior e única emissora de televisão do país com potencial para atingir todo o território nacional. O “carro chefe” da emissora é o *Jornal Nacional*, telejornal que em 2015 tinha o potencial de atingir cerca de 198 milhões de telespectadores, de acordo com o IBOPE Media Workstation. O JN é considerado um telejornal-referência (GOMES, 2005) para todos os outros programas do gênero no Brasil, tamanha sua importância histórica, política e social. Ao analisar as formas e práticas comunicativas do *Jornal Nacional*, Itania Gomes considera que uma das marcas do telejornal é o “recorte” dos fatos que são considerados pelo jornalismo da TV Globo como os mais importantes do cotidiano do país. O horário também fez do JN um programa de sucesso:

Aqui, quando o *Jornal Nacional* estreou, em 1969, estava firmada uma receita que resultaria no formato global da televisão brasileira: “ensanduiçar” o telejornal em meio às novelas. O que significa pegar uma carona no hábito do público com a ficção e, nessa carona, entrar com o jornalismo (na época, precisava ser um jornalismo governista, de integração nacional). Foi assim que o telejornalismo se tornou um hábito: não como uma estrela de luz própria, mas como um entretenimento a mais na rotina do público. (BUCCI, 1997, p. 30)

As marcas conservadoras e antiesquerda do telejornal já foram apontadas em diferentes trabalhos, como é o caso da autora Itânia Gomes que une *cultural studies* com estudos da linguagem: “Além do apelo ao civismo (“o ser cidadão”, o “saber sobre os seus direitos”), o discurso sobre a nação apresentado pelo JN é marcado por um forte nacionalismo, maniqueísmo e conservadorismo” (GOMES, 2005, p.12). Tais marcas foram detalhadas também na dissertação de mestrado *O impeachment de 2016 no Jornal Nacional: Análise dos discursos antagonistas na polarização política* de Pedro Simon Camarão Telles Ribeiro.

OS BARÕES DA MÍDIA

O conservadorismo, o nacionalismo, o maniqueísmo e a exclusão de qualquer discurso que destoe dessas ideias não é uma exclusividade da TV Globo ou das emissoras de rádio que vigoram nos dias de hoje. Essas características são comuns a todos os grandes meios de comunicação de massa do Brasil. O levantamento Monitoramento da Propriedade da Mídia no Brasil (Media Ownership Monitor, MOM), publicado pelas organizações Intervezes e Repórteres Sem Fronteiras, mapeou os veículos de maior audiência – que têm maior potencial de influenciar a opinião pública – e os grupos que os controlam. O estudo desenvolveu indicadores do risco ao pluralismo e à independência da mídia, entre eles concentração da audiência, a concentração da propriedade e a existência ou não de controles externos, como também a transparência. De acordo com a conclusão do levantamento, nosso sistema de mídia mostra alta concentração de audiência e de propriedade, alta concentração geográfica, falta de transparência, além de interferências econômicas, políticas e religiosas. Foram analisados cinquenta veículos em quatro segmentos (TV, rádio, mídia impressa e *on-line*), que pertencem a 26 grupos de comunicação: nove pertencem

cem ao Grupo Globo, cinco ao Grupo Bandeirantes, cinco à família Macedo (considerando o Grupo Record e os veículos da IURD, ambos do mesmo proprietário), quatro ao grupo de escala regional RBS e três ao Grupo Folha. Outros grupos aparecem na lista com dois veículos cada: Grupo Estado, Grupo Abril e Grupo Editorial Sempre Editora/Grupo SADA. Os demais grupos possuem apenas um veículo da lista. São eles: Grupo Sílvio Santos, Grupo Jovem Pan, Grupo Jaime Câmara, Diários Associados, Grupo de Comunicação Três, Grupo Almi-care Dallevo & Marcelo de Carvalho, Ongoing/Ejesa, BBC – British Broadcasting Corporation, EBC – Empresa Brasil de Comunicação, Publisher Brasil, Consultoria Empiricus, Grupo Alfa, Grupo Mix de Comunicação/Grupo Objetivo, Igreja Renascer em Cristo, Igreja Adventista do Sétimo Dia, Igreja Católica/Rede Católica de Rádio e In-brac – Instituto Brasileiro de Comunicação Cristã.

Chama atenção o Grupo Objetivo, um dos maiores conglomerados de educação privada no país, dono da rede MIX FM de rádio, a sexta rede nacional na preferência dos ouvintes. Seu fundador e presidente, João Carlos Di Genio, foi apontado como o maior proprietário de imóveis de São Paulo, e suas empresas imobiliárias, segundo dados obtidos na Receita Federal e nas Juntas Comerciais, têm capital de quase um bilhão de reais.

Di Genio está longe de ser o único. Outros proprietários de mídia que investem sua fortuna em imóveis são os irmãos José Roberto, Roberto Irineu e João Roberto Marinho, do Grupo Globo; membros da família Saad, do Grupo Bandeirantes; e Aloysio de Andrade Faria, do Grupo Financeiro Alfa, da Rede Transamérica de rádio e da Rede Transamérica de hotéis.

Tantos negócios geram “conflitos de interesses”, mas estes não são alvo de preocupação dos “barões da mídia”. Porém, é bom lembrar do “cabresto sobre a informação” que vigora no Brasil desde sempre. Ou seja, nenhum dono de meio de comunicação de massa vai abrir

espaço para informações que critiquem os seus outros negócios, os seus interesses ou os interesses de aliados. Portanto, a informação jornalística no Brasil vive contaminada, desde sempre.

REFERÊNCIAS

BUCCI, Eugênio. *Brasil em tempo de TV*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1997.

FERRARETTO, Luiz Artur. *Radio o veículo, a história e a técnica*. 2. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2001.

GOMES, Itania Maria Mota. “Modo de endereçamento no telejornalismo do horário nobre brasileiro: o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão”, In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – INTERCOM, 28., 2005, Rio de Janeiro. Congresso... Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. p. 1-15. Trabalho apresentado ao NP 07 – Comunicação Audiovisual. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/74277217742772103772621605140235486090.pdf>. Acesso em: 8 mai. 2019.

MOREIRA, Sônia Virgínia. *O Rádio no Brasil*.

OLIVEIRA,

RIBEIRO, Pedro S. C. T. “O impeachment de 2016 no Jornal Nacional – Análise dos discursos antagonistas na polarização política”. In: *Poder e corrupção do capitalismo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

ANEXO

SÍNTESE DO RELATÓRIO FINAL PESQUISA

FORMULAÇÃO DO ESTUDO

Ao longo do primeiro semestre de 2021, o NOPPE/FPA organizou uma série de debates para contribuir com a formulação deste estudo. Participaram desse processo:

- Esther Solano – “Bolsonarismo em Crise?”
- Tereza Campello – “Evolução da Avaliação do Governo e o Auxílio Emergencial”
- Marcos Coimbra – “As Pesquisas e os Resultados Eleitorais: Brasil e EUA”
- André Singer – “Lulismo e o (re)arranjo das forças políticas no país”
- William Nozaki – “Um Capitão entre os Generais: Militarização do Governo Bolsonaro”
- Bruno Paes Manso – “República das Milícias: Dos Esquadrões da Morte à Era Bolsonaro” com participação de Juliana Borges, do Reconexões Periferias
- Leonardo Avritzer – “Retrocessos Democrático e Degradação Política”
- Isabela Kalil – “Extrema-direita e Teorias da Conspiração”
- OXFAM Brasil – “Pesquisa: Nós e as Desigualdades 2021”
- Ana Carolina Evangelista – “A Direita Cristã: Política e Religião”

1

METODOLOGIA





Estudo qualitativo realizado por meio de Entrevistas em Profundidade online (via zoom) com um perfil **pré-definido**: conversas dirigidas e orientadas com base em um **roteiro semi-estruturado** com duração de **2 horas** de temas e perguntas previamente definidos, buscando captar a compreensão, percepção e valores presentes a respeito destes assuntos, assim como a narrativa discursiva construída em torno deles.






É uma metodologia eficaz para indicar valores a respeito do pensamento médio dos públicos-alvo escolhidos, mas **não tem a finalidade de mensurar quantitativamente** quais opiniões são mais frequentes.


2

PERFIL DA AMOSTRA

- 
 - MULHERES E HOMENS
 - FAIXA ETÁRIA 1: DE 18 A 25 ANOS
 - FAIXA ETÁRIA 2: DE 36 A 50 ANOS
- 
 - PRETOS / PARDOS
 - BRANCOS
- 
 - POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA: TRABALHA EM EMPREGO FORMAL (CLT OU NÃO), AUTÔNOMA OU DESEMPREGADA
- 
 - POSICIONAMENTO POLÍTICO: PERFIL CONSIDERADO NÃO POLARIZADO, A PARTIR DOS CRITÉRIOS UTILIZADOS EM "SENTIMENTOS EM RELAÇÃO AO PT" - VOX POPULI DE 2019. SEGUNDO A PESQUISA, ESTE PERFIL CORRESPONDE A 39% DOS ELEITORES.

- 
 - CAPITAIS E CIDADES DO INTERIOR (ESTAS COM ATÉ 50 MIL HABITANTES) DE CINCO ESTADOS REPRESENTANTES DE TODAS AS REGIÕES DO PAÍS
 - ESTADOS: SÃO PAULO, RIO GRANDE DO SUL, BAHIA, AMAZONAS E GOIÁS
- 
 - BENEFICIÁRIOS, EX-BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS DE PROGRAMAS SOCIAIS
- 
 - DUAS FAIXAS DE RENDA FAMILIAR*:
 - RENDA 1: ATÉ DOIS SALÁRIOS MÍNIMOS
 - RENDA 2: DE DOIS A CINCO SALÁRIOS MÍNIMOS

ATENÇÃO: A escolha por Renda Familiar se deu para garantir possibilidade de comparações com outras pesquisas, em especial, as produzidas pela própria FPA, mas também por outros institutos (Datafolha, IPEC, IPESPE etc.)
 Foi considerado parâmetros de renda familiar per capita para evitar distorções a partir da divisão desta renda pelo número de pessoas por domicílio – dialogando também com parâmetros da PNAD 2019 que considera que cada domicílio tem 2,9 pessoas.



Fevereiro de 2022

www.fpubramo.org.br

DISTRIBUIÇÃO DA AMOSTRA

• **64 Entrevistas em Profundidade (EP)** com pessoas dos seguintes perfis:

Sexo	Local	Idade	Faixa de renda 1	Faixa de renda 2
Mulheres	Capital / cidade grande	18 a 25 anos	1 EP	1 EP
		36 a 50 anos	1 EP	1 EP
	Interior / cidade pequena	18 a 25 anos	1 EP	1 EP
		36 a 50 anos	1 EP	1 EP
Homens	Capital / cidade grande	18 a 25 anos	1 EP	1 EP
		36 a 50 anos	1 EP	1 EP
	Interior / cidade pequena	18 a 25 anos	1 EP	1 EP
		36 a 50 anos	1 EP	1 EP
TOTAL			16 entrevistas por estado representativas das regiões do país	


Regiões - estados

- SUL - Rio Grande do Sul
- SUDESTE - São Paulo
- NORDESTE - Bahia
- CENTRO-OESTE/NORTE - Amazonas / Goiás**

**Devido à menor densidade populacional e, segundo padrões para comparação com outras pesquisas, Amazonas e Goiás foram agrupados dentro da amostra.

Período de campo: de 27 de setembro a 18 de outubro de 2021.

A amostra contemplou segmentação por raça/cor: metade de brancos e metade de pretos e pardos distribuídos, proporcionalmente, entre as regiões.



Fevereiro de 2022

www.fpubramo.org.br

CAPÍTULOS

I. SOCIEDADE

- 1 TRAJETÓRIAS DE VIDA E INSERÇÃO PRODUTIVA
- 2 IDENTIDADES DE CLASSE
- 3 SENTIMENTOS EM RELAÇÃO À VIDA E MOBILIDADE SOCIAL
- 4 PERCEPÇÕES E VALORES

II. ESTADO

- 5 ATUAÇÃO DOS AGENTES ESTATAIS E PAPEL DO ESTADO
- 6 IMPOSTOS E POLÍTICAS PÚBLICAS

III. DEMOCRACIA E POLÍTICA

- 7 COMPREENSÕES SOBRE REGIMES POLÍTICOS E PARTICIPAÇÃO CÍVICA
- 8 POLÍTICA E CONSUMO DE INFORMAÇÃO
- 9 "CRISE PERMANENTE" E SUA FACE POLÍTICA

Profissões e ocupações declaradas pelos entrevistados



Estudante: ocupação presente apenas no perfil Jovem.

Somente uma parte dedica-se exclusivamente aos estudos (Ensino Médio, pré-vestibular, faculdade). A outra parte encontra-se desempregada ou concilia estudos (atividade principal) com trabalhos não remunerados.

Vendas de:

- Consórcio
- Papel de parede
- Roupas
- Móveis
- Cosméticos
- Acessórios
- Marmitas
- Material de construção
- Trufas
- Salgados
- Automóvel

Satisfação com o trabalho

Jovens e mais velhos diferem-se no modo como avaliam suas condições de trabalho:

- Apesar de os jovens serem recém-ingressantes no mercado de trabalho e, portanto, mais propensos a ocupar cargos de menor remuneração e qualificação, eles costumam expressar **maior criticidade** em relação ao mundo do trabalho e **maior insatisfação quando submetidos a condições ruins de emprego**. Reclamações mais consistentes giram em torno de cobrança excessiva dos superiores, tratamento desrespeitoso, stress e excesso de trabalho [críticas que, como se vê, não passam pela garantia de direitos trabalhistas].



Esse criticismo é mais presente entre **jovens mulheres**, possivelmente por serem mais afetadas pela sobrecarga de trabalho não remunerado e, em alguns casos, pela maternidade. Também é possível que jovens homens tendam a falar menos sobre suas frustrações profissionais e procurem aceitá-las como “parte do jogo”, sujeitando-se mais facilmente a condições insatisfatórias.

NOPPE
Núcleo de Opiniões e Pesquisas em Políticas Públicas

Fevereiro de 2022

www.fpabramo.org.br

Satisfação com o trabalho

Já os mais velhos **pouco** expressam esse tipo de crítica ou insatisfação em relação às condições de trabalho, o que demonstra serem menos atravessados por essas questões em comparação aos jovens.

- ▶ Sua postura tende a ser mais pragmática e orientada aos **rendimentos** que o trabalho é capaz de oferecer. Por isso, sua insatisfação se expressa com maior evidência quando se sentem mal remunerados e, consequentemente, distantes da segurança financeira desejada.



Ainda não me considero bem-sucedido porque o **trabalho não está tão bom, faltam recursos para ter uma condição melhor.**

(Homem, +Velho, negro, BA, interior, Renda 2)

NOPPE
Núcleo de Opiniões e Pesquisas em Políticas Públicas

Fevereiro de 2022

www.fpabramo.org.br

Autoidentificação no mercado de trabalho

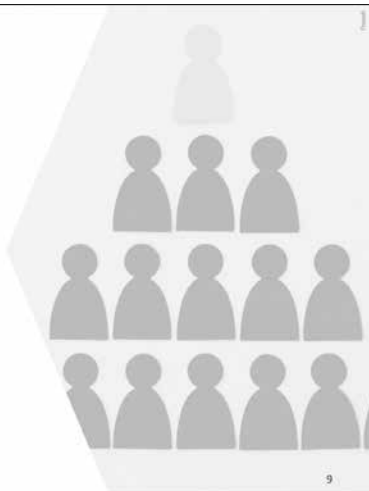
Quando questionados sobre autoidentificação no mercado de trabalho como “trabalhadores, empreendedores, patrões e outros”...

Muitos se identificam como “trabalhadores”, termo que é visto mais como um adjetivo, um atributo de valor, do que com uma descrição de lugar na sociedade de classes e no mundo do trabalho.

>> Ser “trabalhador” é, sobretudo, ter força de vontade, ser guerreiro, esforçado, lutador, empenhado.

Não foram identificadas tendências por perfil.

Entre quem se considera **empreendedor**, ganham destaque as mulheres, de diferentes perfis, que vinculam o termo tanto a “trabalhar pra si própria”, quanto a “poder empregar alguém”.



Comecei a trabalhar com 14 anos e de lá para cá eu nunca parei. Então **trabalhador é uma qualidade ou um adjetivo que eu gosto de ser chamado**. Eu me acho um bom profissional. (Homem, +Velho, branco, SP, capital, Renda 2)



Mesmo não trabalhando eu me considero **trabalhadora, porque eu vou atrás de coisas, tento não ficar parada**. Fazer bico, mesmo não sendo uma coisa fixa. Eu me defino como **trabalhadora, batalhadora trabalhadora**. (Mulher, +Velha, negra, SP, capital, Renda 1)



Me definiria como **guerreira**. Trabalhadora porque meu primeiro emprego registrado foi com 18 anos e eu já era mãe. **Trabalhadora, esforçada**, não para buscar algo para mim, mas para meus filhos. (Mulher, +Jovem, negra, São Paulo, capital, Renda 1)



Sou trabalhador. Empreendedor é a pessoa que empreende, cria alguma coisa no sentido de trabalho. A outra é chefe, aquele cara que tem sua empresa, que toca o barco, toca a vida. **O trabalhador é aquele que bota a mão na massa, me julgo trabalhador**. (Homem, +Velho, negro, RS, interior, Renda 2)

Desigualdades de classe percebidas na sociedade brasileira

Mas vimos que, mais do que a identificação enquanto “trabalhador”, é a **identificação enquanto pobre, classe média ou rico** que melhor elucida sua inserção dentro da sociedade brasileira, bem como as **desigualdades** nela observadas.

Prevalece uma percepção bastante consistente de que **vivemos em condições desiguais, apesar de sermos iguais perante a lei.**

>> A desigualdade entre ricos e pobres surge espontaneamente, em especial com menções à desigualdade de oportunidades e da diferenciação do tratamento dado a pessoas de rendas distintas – há espaços ‘para ricos’ nos quais ‘os pobres’ não são bem aceitos. Em geral, é detectada uma relação de rejeição dos ricos, e não da classe média, em relação aos pobres.

>> Mulheres e homens jovens falam de forma mais fácil e espontânea sobre as desigualdades. Homens mais velhos tendem a ficar em um lugar comum e superficial de percepção das diferenças (e não desigualdades) entre os brasileiros – com exemplos mais vinculados a questões culturais, como religião, culturas típicas e estereótipos regionais.

11



[Rico é] quem **pode ir ao supermercado e comprar tudo que deseja**. (Homem, +Jovem, negro, BA, capital, Renda 1)



Eu vejo em relação à saúde de pessoas ricas. Você vê um sistema de saúde. **Um rico vai se tratar no Albert Einstein. A gente depende do SUS**. Graças a Deus nosso sistema de saúde do SUS, eu acho, muito bom. Mas você vê? Nota a diferença aí, né? Já vê uma diferença aí. (Mulher, +Velha, negra, SP, interior, Renda 1)



Compram, compram tudo. Silêncio, sua voz, sua dignidade, sua alma. A única coisa que não compram é saúde, tentam mas não podem. Ainda bem, né? Porque se não... Seriam imortais. (Mulher, +Velha, negra, BA, interior, Renda 2)



Poder, né? Filho de rico faz o que quer. Aqui em Goiânia é uma cidade pequena, tem um milhão e pouco de habitantes, mas filho de rico aqui... Se você sair na rua e fizer uma cagada, você tá enrolada, agora filho de rico não. (Homem, +Velho, branco, GO/AM, capital, renda 1)



Para mim o que é ser rico é você ter uma família que te apoie. Então, **riqueza para mim é você ter uma base familiar**. (Mulher, +Jovem, branca, SP, interior, Renda 1)

12



É muito trabalho para poder ter uma baixa qualidade de alimentação. **Muitas vezes, uma pessoa pobre não tem uma fruta para dar para um filho, não tem uma carne para dar pro filho, muitas vezes uma pessoa pobre não tem nenhum arroz.** (Mulher, +Velha, branca, RS, interior, Renda 1)



Não tem a mesma preocupação que eu de chegar e pagar as contas e tal, mas eu acredito que tem um pouquinho mais de conforto assim, **sabe que vai chegar no fim do mês, vai poder pagar tudo.** (Mulher, +Jovem, branca, RS, interior, Renda 1)



É não somente falta de recurso, mas de oportunidade, **essa é a pior pobreza, a falta de oportunidade. Desemprego, isso é pobreza**, essa é a maior pobreza, e essa é a pobreza administrativa do país. (Homem, +Velho, negro, BA, capital, Renda 1)



Olha, **estou na classe média, porque eu acho que o pobre mesmo passa muito mais dificuldades do que eu passo.** (Mulher, +Velha, negra, GO/AM, Renda 1)



Eu posso dizer que eu sou pobre. Já vivi uma condição miserável. Eu posso dizer isso com todas as letras. **Já fui pobre, pobre, pobre de marré, marré, marré. Mas hoje eu sou uma pobre trabalhadora.** (Mulher, +Jovem, branca, RS, capital, Renda 1)

13

Resiliência como atributo pessoal e nacional

Além disso, mesmo diante das dificuldades do momento atual, muitos se mostram **esperançosos e resilientes em relação à vida**, acreditando na possibilidade de que, mais cedo ou mais tarde, podem **conquistar mais melhorias e progresso financeiro**.

Essa postura está intimamente ligada à autoimagem (de si e também do brasileiro de modo geral) do ser **batalhador, forte e persistente**.

>> Num país marcado pela crise e instabilidade econômica, são a **perseverança, a garra, a força, o “não desistir nunca”** que garantem energia para seguir buscando construir uma trajetória de vida que lhes possibilite satisfação.

“Perseverança em conseguir com todas as dificuldades, eu conseguir seguir adiante, e conseguir não desistir nunca. Isso é uma coisa que eu me orgulho”.
(Homem, +Velho, branco, SP, capital, Renda 1)

14

Valores fundamentais — Família e Religião

Indo para a esfera pessoal, a **Família** destaca-se como instituição guardiã dos valores: é a que forma, dá apoio financeiro e moral, não deixa ninguém na mão, é o esteio de tudo, que “está ali quando a gente precisa”.

Junto com a Família - ainda que em menor força - aparece a **Igreja**, como formadora de caráter, de princípios, de espaço que acolhe, norteia e ensina a nunca desistir.



A religião é meu forte, é ela que me dá fé, que não me deixa desistir. Porque sei que algo bom está guardado pra mim.

(Mulher, +Jovem, negra, RS, interior, Renda 2)

Estes dois núcleos de produção e reprodução de valores garantem a perpetuação daquele que, como vimos, parece ser o mais importante norteador na construção da trajetória de vida: a **Perseverança para ser “alguém” na vida**.

Entre as mulheres - principalmente entre as mais jovens - destacam-se com bastante força os valores de caráter eminentemente coletivo: **empatia, amor ao próximo, respeito pelo outro, educação com os demais, solidariedade**.

15

Percepções e Valores

De modo geral, vimos que a racionalização acerca dos temas não segue a lógica do espectro político que vai da “direita à esquerda” ou do “progressista ao conservador”.

>> **Não há comprometimento com um “campo político”**: os entrevistados flutuam por diferentes visões ideológicas, ora demonstrando posicionamento mais progressista, ora demonstrando posturas conservadoras.

>> Os posicionamentos são formados a partir de **vivências e experiências bastante próprias**, individuais, razão pela qual é possível encontrar, por exemplo, pessoas religiosas com postura progressista com relação à pauta LGBTQIA+.

Há, no entanto, um **núcleo de conservadorismo** mais resistente aos avanços do tempo que se organiza, principalmente, por um viés religioso. O alvo principal são os **corpos e vida das mulheres**, tema no qual posições conservadoras se expressam com maior força.

16

Desigualdade de gênero

GÊNERO

Desigualdades marcadas por questões de gênero não são negligenciadas. Há percepção de que o país, ainda que tenha avançado neste sentido nos últimos anos, continua sendo machista.

Os entrevistados entendem que **existem diferenças naturais que separam homens e mulheres**: homens estão mais associados à força, praticidade e racionalidade. As mulheres à sensibilidade, humanidade, **capacidade de gerenciamento e de organização da vida (principalmente familiar)**.

Novamente, **é nestes termos que persiste e se organiza uma dimensão importante do conservadorismo**: ainda que a maioria acredite que as tarefas domésticas devam ser divididas, a **responsabilidade é e deve continuar sendo da mulher**, já que ela teria mais "capacidade" de cuidar da casa e gerenciar a vida da família.

Entre os jovens, esta tendência é significativamente **menos perceptível**. São eles os mais críticos em relação a diferenças de padrões comportamentais.

Para eles, as limitações impostas a mulheres no mercado de trabalho ou a desigualdade de tratamento entre homens e mulheres nos espaços públicos seriam injustificáveis – **apesar de diferentes, mulheres e homens deveriam ter os mesmos direitos**.

17

Desigualdade racial

RAÇA

O problema do racismo no Brasil não é negado: há consenso de que negros não acessam as mesmas oportunidades que brancos.

Há ainda, principalmente entre os jovens, **uma análise bastante crítica em relação ao processo de colonização do Brasil**: tido como um processo violento, que escravizou o povo negro e que demorou muito para abolir a escravidão. Esse passado deixou marcas sentidas até hoje.

Ainda sim, essa visão mais crítica convive com **uma visão bastante romântica em relação à miscigenação** (presente em todas as recortes): uma mistura que fez um povo rico culturalmente, que sabe acolher, com fama no exterior, um país único. E que, ao contrário de outros países, como EUA, logrou em não produzir processos de *apartheid*.



Os meus antepassados não puderam estudar, não puderam fazer muita coisa, em prol dos descendentes de italianos, japoneses nesse processo depois de **embranquecimento**. (Homem, +Jovem, negro, SP, capital, Renda 1)

18

Desigualdade racial

Para os entrevistados, o racismo se expressa de diferentes maneiras:

No mercado de Trabalho: negros têm mais dificuldade de conseguir emprego, principalmente, quando a vaga é disputada por brancos.

Foram encontrados alguns relatos pessoais sobre a questão. "Eu percebi que não fui chamado justamente por ser negro, por a cor da minha pele não condizer com a estrutura da empresa".

Na associação indevida com a criminalidade (percepção principalmente entre homens): negros são sempre o alvo mais fácil de seguranças de lojas, supermercados. São suspeitos antes mesmo que aconteça o crime.

>> Ainda que admitam que negros e brancos não encontrem as mesmas condições de competição, dado o preconceito racial, a maioria tende a ser **contra políticas afirmativas como cotas** (inclusive negros), já que elas reafirmariam o racismo. Porém, entre os jovens, esta percepção é, consideravelmente, menos presente.



19



Às vezes o olhar é diferente. Você já sente o olhar de desprezo. Já vivi isso muito, com colegas já. Então isso é um desrespeito, falta de humanismo. (Homem, +Velho, branco, SP, interior, Renda 1)



Se tiver um branco e um negro, vão achar que o negro que roubou. O racismo tá aí e não tem como falar que não. Infelizmente, né? Uma realidade que precisa ser mudada. (Homem, +Jovem, negro, RS, capital, Renda 1)



Vai entrando em um banco, um branco e um preto. Se o alarme tocar e a polícia chegar, o primeiro que ele vai colocar a mão vai ser no preto, isso é certeza né? Não tem nem, muita dúvida não. (Homem, +Velho, branco, GO/AM, capital, Renda 2)



[Cota racial] Reforça o racismo. Porque para mim o direito tem que ser igual, independente de ser preto ou não, se a faculdade ali tem capacidade para mil alunos, independente de ser quinhentos preto e quinhentos branco, a vaga tem que ser a mesma. Só de você separar as cotas, eu acho errado, já é um racismo. (Homem, +Velho, branco, GO/AM, capital, Renda 2)

20

Preconceito quanto à sexualidade

SEXUALIDADE

Desigualdades marcadas por questões de sexualidade não são negligenciadas. Há percepção de que o país, ainda que tenha avançado neste sentido nos últimos anos, continua sendo homofóbico.

- **Poucos entrevistados demonstram ter algum tipo de restrição em relação à homossexualidade** – em geral, por questões religiosas: "Deus fez o homem e a mulher para formar uma família". Porém, mesmo entre a maioria dos que se dizem religiosos, há uma tendência bastante significativa de tolerância para com pessoas LGBT.
- Há defesas bastante contundentes sobre o **direito de casais homoafetivos se casarem e adotarem filhos** (adoção em menor medida). Os argumentos, majoritariamente, giram em torno de três esferas:

- **Princípio da Liberdade Individual:** cada indivíduo sabe o que é melhor para si e tem o direito de escolher como viver. "Isso não está te fazendo mal, acho que não me convém ficar dando pitaco", "Liberdade de cada um".
- **Princípio da Equidade:** todos são iguais e se outros casais têm direito a adotar e casar, os LGBT também teriam.
- **Desdobramento prático positivo:** crianças que não têm família passariam a ter. "Melhor ter carinho em casa do que crescer em abrigo".

21

Aborto

ABORTO

A descriminalização do aborto é rejeitada pela ampla maioria, exceto em caso de estupro.

Em geral, a condenação do aborto mobiliza argumentos de duas ordens:

- **Quantidade de métodos contraceptivos disponíveis no mercado** (argumento mobilizado também por grande parte das mulheres): Aqui, a gravidez seria fruto sempre de uma escolha puramente racional de responsabilidade inteiramente da mulher - "engravidou porque quis".
- **Defesa da vida:** um princípio tido como fundador de todos, "a gente prioriza alguns princípios, e o primeiro deles é a vida"; "eu acho o fim do mundo, eu acho assim um absurdo, porque a criança não pediu para estar ali". (Mulheres)

>>Ainda que minoritário na amostra, restrito a um perfil mais conservador, a discussão ainda dá margem para críticas em relação a **mulheres mais pobres** que, de maneira irresponsável, têm muitos filhos.



Os métodos de contraceptivos hoje em dia consegue de graça no posto de saúde, pelo SUS. Então não tem mais motivo para dizer "ai, eu não sabia o que eu tava fazendo". (Mulher, +Velha, branca, RS, capital, Renda 1)



A gente sabe que as pessoas não têm condições de ter filhos ou manter uma família, mas fazem filhos um atrás do outro, aí querem abortar. Aí eu sou contra. (Homem, +Velho, branco, SP, capital, Renda 2)

22

Aborto

Apenas entre os **jovens** (mulheres e homens) foi encontrada alguma **disposição em discutir o assunto** – ainda que não haja defesas entusiasmadas da descriminalização. Os argumentos são:

- **Existem muitas crianças abandonadas nas ruas:** o que evidenciaria uma preocupação social exagerada com o feto, mas não com as crianças que são frutos de gravidez indesejada. Para estes, a medida teria potencial de reduzir o número de crianças nas ruas.
- **Há potencial de reduzir o número de abortos:** na Inglaterra, EUA e Uruguai, após a descriminalização, as mulheres que passaram a receber atendimento psicossocial passaram a desistir de fazer o procedimento.
- **A mulher pode decidir sobre o corpo dela:** dentre a minoria que defende a descriminalização, a questão da autonomia do corpo da mulher é a menos mobilizada - restrita apenas às mulheres jovens.

Em casos de **estupro**, no entanto, a medida encontra **aceitação quase consensual entre todos os perfis**, justamente porque retira da mulher a “culpa” pelo sexo. Aqui, o argumento “engravidou porque quis” perde sua força.

23

Criminalidade e segurança pública

CRIMINALIDADE

Forças policiais são importantes, mas abusam de seu poder ao se dirigir contra inocentes. Mesmo assim, cabe a elas, e não à população, o uso de armas. Tendência punitivista em relação a criminosos.

O Brasil é visto como um país muito violento, havendo também a percepção de que é **especialmente violento com as mulheres** (juízo trazido de forma espontânea com destaque para jovens).

Além disso, para a maior parte das pessoas, a **violência estatal é, muitas vezes, tão bruta como a violência social**, o que leva a certo nível de criticismo em relação à atuação de agentes policiais e guardas, que recebem **avaliação ambígua**:

- Embora as *corporações policiais* sejam vistas como necessárias, importantes e que devem ser valorizadas, as *abordagens policiais* são percebidas como violentas, discriminatórias e abusivas (o que gera mais indignação quando voltadas a inocentes do que a “bandidos”).

>> Entre a população negra e de renda mais baixa, a polícia é vista mais como **violenta e corrupta**.

>> Entre a população branca e de renda mais alta, a polícia é vista mais como **despreparada e mal remunerada**. Entre os **homens** há mais elogios aos policiais do que entre as mulheres.

- Mesmo assim, para parcela expressiva dos entrevistados, a **solução para o problema da violência passa pelas forças policiais** e de segurança pública, que deveriam ser ampliadas e melhor preparadas.

- Concomitantemente, **políticas de inclusão social** também são defendidas como caminho para se prevenir o ingresso na criminalidade.

24



A polícia já tem um preconceito na mente, que o pobre é bandido. (...) generalizam, chegam batendo, chegam agredindo. As vezes forja prisões, infelizmente a gente vê isso. Você está cansada de ver policiais chegando batendo em rodinha de adolescente, porque **acham que são vagabundos** que estão ali, usando drogas. (Mulher, +Velha, negra, SP, capital, Renda 2)



Infelizmente, em comunidade é o pior lugar, porque a gente ouve falar na televisão mas é a pura verdade, **eles entram sem respeito, invadem sua casa sem respeito. Eles pegam um filho que é negro que está correndo descalço na rua, brincando.** (Mulher, +Velha, negra, BA, capital, Renda 2)



Só porque está com uma farda acha que tem o direito de agredir. E muitas vezes até matam, e outras coisas. (...) Eles mais cometem violência, hoje em dia com certeza. (Mulher, +Jovem, branca, SP, interior, Renda 1)



Deveríamos ter **policiais mais bem treinados** do que nós temos. (Homem, +Velho, branco, SP, capital, Renda 2)



Eu acho que a solução seria **investir mais na nossa segurança. Com mais policiais**, não deixar alguém sair de liberdade provisória ou responder em liberdade quando tem provas contra ela. (Mulher, +Jovem, branca, SP, capital, Renda 1)

25

Armas para a população

A maioria dos entrevistados é **contra a ampliação do acesso às armas** para a população e a principal justificativa é a de que o **brasileiro não teria “preparo psicológico” para ter posse e porte de armas.**

Mesmo entre a minoria que **defende a ampliação do acesso às armas** há ressalvas, como a necessidade de preparo e a **restrição para uso da arma dentro de casa e em legítima defesa.**



Arma... **acho que não. Só a polícia mesmo.** (Homem, +Velho, branco, BA, capital, Renda 1)



Eu acho que a arma não resolve problema nenhum. **Eu acho que as pessoas iriam se matar mais.** (Mulher, +Velha, branca, RS, interior, Renda 1)

26

Punitivismo e sistema carcerário

Há uma percepção bastante consistente de que as **prisões no Brasil são lugares superlotados e que os presos vivem em condições insalubres**.

Soma-se a isso, ainda que de maneira residual, uma leitura de que a **prisões "formam bandidos"**, que saem piores do que entram.

>> Esta situação, no entanto, **não é suficiente para mobilizar algum tipo de indignação mais densa** (com raras exceções, no caso de jovens homens negros).

Há uma percepção de que existem três classes de "bandidos" que deveriam receber tratamentos punitivos diferentes:

.....

- **Quem comete delitos considerados menos condenáveis, como roubo de alimentos.** Para estes, é reservada maior consideração - são vítimas do sistema e mereceriam cumprir a pena com dignidade.
- **Independente do delito cometido, quem já carrega o estigma de "criminoso", os bandidos "irrecuperáveis".** Podem ter cometido assassinato, estupro, roubo à mão armada - crimes hediondos - mas também apenas tráfico. A estes, deveria estar reservada uma carga punitiva maior, sem "regalias, a perda dos direitos constitucionais ou mesmo a pena de morte. Entre homens mais velhos conservadores surgem espontaneamente críticas às famílias de presos que recebem auxílios.
- **Ricos que cometem crimes de "colarinho branco".** É notada a diferença de tratamento dado a estes, que corrompem agentes, compram a justiça e saem impunes.

27

Papel do Estado

- Há uma ampla expectativa de que o **Estado deveria garantir não apenas o básico** (educação, saúde e segurança), mas deveria atuar em uma **gama mais ampla de políticas públicas**.
- Entretanto, diante das dificuldades com os políticos, impostos e outras questões, **espera-se que o Estado faça, pelo menos, aquilo que é mínimo de forma adequada e eficiente – e não um Estado mínimo**.

>> A agenda de reivindicações é maior entre as **mulheres** e passa por salário, combate à fome, cultura, lazer e meio ambiente.

>> Entre alguns **homens de maior renda**, embora pontualmente, surge a preocupação de que o Estado não fomente o assistencialismo.



Estado, ele tem que dar a base para a sobrevivência da população, né. Eu acho que tudo isso tá incluído dentro dos deveres do Estado. Porque não adianta você ter uma saúde, se você não tem Cultura, né? (Mulher, +Velha, branca, RS, interior, Renda 1)

28

Programas de transferência de renda

- Os programas de transferências de renda encontram avaliação majoritariamente positiva. São entendidos como necessário num país marcado pela pobreza. As críticas pontuais giram em torno de “desvios” (pessoas que recebem o benefício, sem precisar; pessoas que tentam, mas não conseguem acessar).
- Bolsa Família e Auxílio Emergencial são percebidos, claramente, como programas distintos.
 - >> O Bolsa Família é sabidamente mais duradouro, para os mais pobres e tem valor mais baixo. O Auxílio Emergencial, por seu turno, atende mais pessoas com um valor mais elevado e é passageiro.
- O Auxílio Brasil, por sua vez, é percebido como uma jogada eleitoral de Bolsonaro para tirar a marca do PT (note-se que o campo foi realizado antes da divulgação de maiores informações sobre o novo Auxílio Brasil).



São diferentes porque o **Bolsa Família**, eles recebem mais para poder ajudar em casa, e o **Emergencial foi só por conta da falta de emprego** e de tudo que estava acontecendo. (Mulher, +Jovem, branca, SP, interior, Renda 1)



A gente sabe que tem pessoas aí de natureza elevada financeiramente, que recebe porque fez coisas erradas, fazem coisas erradas. (Homem +Velho, negro, BA, capital, Renda 1)



A primeira coisa que passa pela minha cabeça é só para mudar o nome. Outra, ele vai usar isso na campanha política. Porque ele não queria usar o mesmo nome que o PT deu, que era o Bolsa Família. Só que aí ele cria outro programa, que é a mesma coisa, só muda o nome. Vai ser distribuição de renda que todo mundo criticava quando tinha o Bolsa Família. **Todo candidato que ia disputar pegava nessa questão que não tinha que distribuir renda, mas todo mundo faz isso, só muda o nome.** (Homem, +Velho, branco, SP, capital, Renda 2)

Percepções sobre Democracia

Destaca-se a percepção de que vivemos em uma democracia no Brasil, mas que ela não se daria de maneira plena ou “na prática” (existe apenas em teoria).

A democracia é vista como o sistema ideal, mas que não funciona, seja porque não existe respeito aos direitos, seja porque não existe igualdade de oportunidades.

► A liberdade aparece como um conceito chave para a noção de democracia, especialmente liberdade de expressão e de escolha, respeito pelas diferenças e direito ao voto – neste sentido, comunismo aparece como o inverso das liberdades individuais.

Prevalece a percepção de que a democracia é a melhor forma de governo, no entanto, as visões sobre o conceito diferem, sendo que a defesa da democracia e a relativização da ditadura podem coexistir.

“Algo bom para todos, mesmas oportunidades. Não vivemos uma democracia porque a sociedade é muito desigual”. (Homem, +Velho, branco, SP, capital, Renda 2)

“Vivemos numa falsa democracia pois vivemos numa sociedade de proibições e a desigualdade é fruto dessa falsa democracia”. (Homem, +Velho, branco, GO/AM, capital, Renda 1)

31

Percepções sobre Ditadura

A maioria dos entrevistados se posiciona **contra a ditadura** por relacioná-la a falta de liberdade de expressão, opressão, violência policial, imposição de ordens que nem sempre são boas, rigidez, perda de direitos e repressão da população.

Também surgem relatos do passado de seus familiares que viveram nesse período.

>> Ínfima minoria mostrou-se plenamente a favor da ditadura, sendo todos mais velhos (não houve padrão de cor/raça ou sexo).

- Entre os jovens que repudiam a ditadura, surgem relatos de pais e avós que sofriram repressão policial. A ditadura para este perfil aparece relacionada à tortura, mortes, ausência de eleições, supressão de direitos e liberdade de expressão, autoritarismo.
- Alguns jovens demonstram desconhecimento do assunto e, por isso, não têm opinião formada. Outros a associam a algo ruim, mesmo desconhecendo.

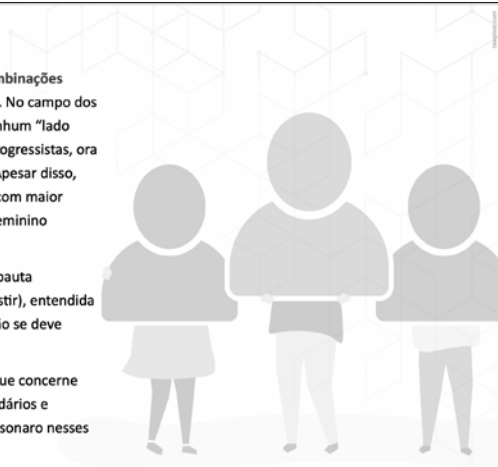
32

Conclusões gerais- Percepções e valores da sociedade brasileira não polarizada



33

- ▶ Não se trata de um perfil homogêneo. Há diversas combinações misturadas de posições progressistas e conservadoras. No campo dos valores, ele não demonstra comprometimento com nenhum "lado ideológico". Posicionamentos ora identificados como progressistas, ora como conservadores, coexistem no mesmo indivíduo. Apesar disso, existem temas nos quais o conservadorismo impõe-se com maior força, como a defesa do controle social sobre o corpo feminino (rejeição à legalização do aborto).
- ▶ Por outro lado, encontrou-se bastante receptividade a pauta LGBTQIA+ (união homoafetiva, direito de amar e de existir), entendida como uma questão de ordem individual sobre a qual não se deve interferir.
- ▶ Jovens mostram bastante adesão ao progressismo no que concerne aos direitos civis e liberdades; e mulheres a valores solidários e coletivos - o que pode explicar a menor aderência a Bolsonaro nesses grupos, conforme indicam diversas pesquisas.



34

- O valor da perseverança e a imagem do brasileiro “trabalhador” e “resiliente” compõem a moralidade desse eleitorado. A riqueza do Brasil está nas suas belezas naturais e no seu povo, que precisa manter-se forte e resistente para viver num país desigual, conduzido por uma elite vista como beneficiária de sua condição de poder e por uma classe política percebida como corrompida e comprometida apenas com seus interesses. A base dessa força está na disposição incansável para o trabalho e é ela que lhe dá confiança para seguir, deixando o pessimismo de lado e acreditando que, apesar da gravidade do cenário social, é possível batalhar para melhorar de vida.



35

- A esfera do consumo (incluindo bens essenciais) é determinante na constituição de sua identidade de classe e de sua visão sobre a crise. A quantidade e qualidade de produtos, bens e serviços aos quais têm acesso – ou seja, seu nível de sua segurança financeira para subsistência e/ou padrão consumo – é o principal marcador de classe. Em contextos de crise como o atual, é o decréscimo do poder de compra (inflação) que mais sinaliza a piora de vida – em alguns casos, até mais do que a queda na renda (desemprego). Ou seja, a crise é mais percebida na dimensão de como se gasta do que na dimensão de como se ganha.



36

- ▶ Não desejam um Estado mínimo defendido pelos liberais, mas um Estado que provenha pelo menos o mínimo satisfatoriamente. Valorizam as instituições públicas de Estado – ainda que descredibilizem os agentes públicos de governo (parlamentares e políticos), quase sempre associados a atos ilícitos e corrupção. Desejam ser providos por políticas públicas, começando pelas básicas, como saúde, educação e segurança (que deveriam ser melhoradas), mas querem mais do que isso.
- ▶ É possível que a pandemia tenha colaborado para um reenquadramento da política em que se valoriza o papel do Estado e as decisões políticas, especialmente na saúde, educação e no custo de vida.



37

- ▶ Tem na democracia um valor – ainda que perceba limites na democracia brasileira marcada pelas desigualdades. Acredita no sistema eleitoral brasileiro, mas é descrente com a classe política. Apesar disso, não se mostra indeciso, alheio à política ou movido pela antipolítica: é um perfil disputável, que votou na última eleição presidencial e que, em geral, pretende votar para presidente em 2022.
- ▶ Muitos já votaram em Lula e em Bolsonaro, mas hoje estão distantes do lulismo e do bolsonarismo. Ainda que tenham este passado/presente em comum, o futuro está em disputa - não se trata de um grupo homogêneo de eleitores. Foi encontrado na amostra tendência em voto em Lula; e em Bolsonaro com críticas em diferentes graus. São raros os que cogitam não comparecer às urnas.



38



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ENTREVISTADORAS/ES E ANALISTAS

Coordenação: Jordana Dias Pereira
Análise e Produção do Relatório Final: Gabriela Mendes

Análise:
Isabela Kalil
Marcelo Rocco
Matheus Toledo
William Nozaki
Vilma Bokany

Entrevistas e Pré-Análise:
Giovanna Marquesano
Juliana Nascimento
Katharina Santos
José Del Ben Neto
Rebeca Theodora Freitas de Melo Rosa

EQUIPE DEPE (Diretoria de Editora, Pesquisas e Estudos)

Diretor da área: Carlos Henrique Árabe

Eduardo Tadeu
Jordana Dias Pereira
Juliana Nascimento
Matheus Toledo
Raquel Costa
Rogério Chaves
Vilma Bokany

DIRETORIA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

Presidente: Aloizio Mercadante
Vice-presidente: Vivian Farias

Alberto Cantalice
Artur Henrique
Carlos Henrique Árabe
Elen Coutinho
Geraldo Magela
Jéssica Italoema
Jorge Bittar
Valter Pomar

NOPPE
Núcleo de Opinião e Políticas da Pesquisa em Economia

Fevereiro de 2022

www.fpabramo.org.br

VISITE O SITE DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO WWW.FPABRAMO.ORG.BR

The screenshot shows the website's interface with a dark navigation bar at the top containing menu items: Fundação Perseu Abramo, Formação, Publicações, Memória, Teoria e Debate, Acervo Social, and Observa BR. Below this is a secondary navigation bar with categories: POLÍTICA, ECONOMIA, CULTURA, MEIO AMBIENTE, PÚBLICO, INTERNACIONAL, SOCIAL, PERIFERIAS, PODCAST, VÍDEOS, and AGENDA. The main content area features several featured articles and sections:

- DIÁLOGOS PELO BRASIL**: A conversation about basic sanitation in Brazil, moderated by Alex M.S. Aguiar, featuring Leo Heller, Renata Furigo, and Marcos Montenegro. The event is on 24/08, Thursday, at 19h.
- formação FPA**: A section for courses, including a "Plano de reconstrução e transformação do Brasil" and a "Chamada pública para capítulos do livro PERIFÉRIAS NO PLURAL".
- PERIFÉRIAS**: A section for articles, including "Fundação Perseu Abramo e USP lançam Memorial da Pandemia" and "Chamada pública do livro Periferias no Plural tem inscrições prorrogadas".
- NEGROS**: A section for articles, including "Publicado o segundo volume dos Cadernos de igualdade racial" and "Reconexão Periferias reúne seu Conselho Consultivo".
- igualdade racial 2**: A section for articles, including "Publicado o segundo volume dos Cadernos de igualdade racial".
- Publicações**: A section for publications, including "COLO NIALISMO DE DADOS" and "A luta contra o fascismo".

The website also includes a search bar, social media icons (Assine, YouTube, Twitter, Facebook), and a logo for "focus BRASIL".



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

ESTE LIVRO FOI COMPOSTO
EM ADOBE GARAMOND PRO,
CORPO 12,5/18,3.

TIRAGEM DE MIL EXEMPLARES
EM PRIMEIRA EDIÇÃO.
CAPA EM CARTÃO SUPREMO 250G
E MIOLO PÓLEN SOFT 80G .

Neste livro, fruto de um trabalho vigoroso do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (NOPPE) da Fundação Perseu Abramo, leitores e leitoras encontrarão informações relevantes a parcela não polarizada da população.

E, a partir dos dados presentes no estudo qualitativo, convidamos autores e autoras a apresentar suas análises e observações em artigos que tendem a ampliar nosso conhecimento e o necessário debate sobre cultura política no Brasil.



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores